



DRS

DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
SUSTENTÁVEL

PLANO DE AÇÃO

NOVEMBRO/2022



INSTITUTO FEDERAL
do Espírito Santo

FAPEs
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO EM ESPÍRITO SANTO

#jsn45anos
Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO



Instituto Jones dos Santos Neves

Desenvolvimento Regional Sustentável - Plano de Ação.

Vitória, ES, 2022. 131 p. il. tab. (Relatório)

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Planejamento
Microrregional. 3. Estado do Espírito Santo.

I. Receputi, Ana Luiza Morati. II. Laranja Monteiro,
Latussa. III. Bonadiman, Nathalia Nogarolli. IV. Louzada,
Bruno Casotti. V. Dias, Lázaro Cezar. VI. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Maria Emanuela Alves Pedroso

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

Joseane Geraldo Zoghbi

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ricardo Claudino Pessanha

SUBSECRETARIA DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Paulo Meneguelli

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Cristina Engel de Alvarez

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Paulo Sérgio de Paula Vargas

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Jadir Pela

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Latussia Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Geral

Latussia Laranja Monteiro

Elaboração

Ana Luiza Morati Receputi

Latussia Laranja Monteiro

Nathalia Nogarolli Bonadiman

Bruno Casotti Louzada

Lázaro Cezar Dias

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	9
Apresentação	10
1. Introdução	11
2. Construindo Cenários: Novos Contextos	12
2.1 Grandes Tendências - Megatrends	14
2.2 Uma Referência necessária a Pandemia da Covid-19	17
2.3 Cenários para o Espírito Santo	19
2.4 Visão de Futuro	23
2.5 Diretrizes do Plano de Ação	25
3. A construção pactuada do Plano	29
3.1 Estruturação e implantação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável e das Câmaras Temáticas	30
3.2 Votação dos desafios temáticos	34
3.3 Captação das propostas	40
3.4 Construção das Macrodemandas	41
3.4.1 Macrodemandas x ODS	42
3.5 Sistematização/Hierarquização das propostas	45
3.5.1 Votação das propostas hierarquizadas	50
3.6 Alinhamento com Agentes Promotores do Governo	52
4. Resultados	53
4.1 Propostas Hierarquizadas	54
4.2 Ações Priorizadas	65
5. Considerações Finais	67
Referências	69
Apêndices	71
Agentes de Governo Consultados	133
Demais Envolvidos por Atribuição	135
Equipes Projeto DRS/Fapes	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Palavras e expressões das expectativas de futuro das microrregiões do estado.	25
Figura 2 - Exemplificação da distribuição temática das diretrizes realizada para cada microrregião.....	27
Figura 3 - Macro etapas do Modelo Metodológico de construção do Plano de Ação de Desenvolvimento Regional Sustentável.....	30
Figura 4 - Composição do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável.	31
Figura 5 - Priorização dos desafios das Microrregiões por Eixo.....	36
Figura 6 - Representação da priorização dos desafios das Microrregiões por Eixo.....	38
Figura 7 - Proporção dos temas estruturantes do Projeto que apresentaram maior quantidade de desafios votados.....	39
Figura 8 - Conjunto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável associados às macrodemandas por Eixos do Projeto.	44
Figura 9 - Distribuição das notas das 519 propostas após a hierarquização.	47
Figura 10 - Exemplificação do primeiro corte quantitativo das propostas.	48
Figura 11 - Exemplificação do método de corte da hierarquização das propostas.	49
Figura 12 - Esquema geral das etapas de hierarquização das propostas.	50
Figura 13 - Quantidade de propostas totais, hierarquizadas e priorizadas após votação dos CDRSs.....	51
Figura 14 - Resultado da votação das ações priorizadas associadas às macrodemandas.	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização do processo de transição das tendências mundiais.....	13
Quadro 2 - Megatendências mundiais.	16
Quadro 3 - Cenários projetados para cada eixo estratégico.....	20
Quadro 4 - Características dos cenários.....	22
Quadro 5 - Síntese da visão de futuro das Microrregiões do estado de acordo com o ES 2030.24	
Quadro 6 - Macrodesafios Regionais.	28
Quadro 7 - Definição das Câmaras Temáticas das Microrregiões.	33
Quadro 8 - Desafios mais votados por Eixo.	34
Quadro 9 - Macrodemandas do DRS por Eixo.....	42
Quadro 10 - Agentes Promotores do Governo da primeira e segunda rodadas de revisão.....	53
Quadro 11 - As 166 propostas ranqueadas, com destaque para as nove priorizadas em cada Eixo.	54

Apresentação

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, instituída pelo Decreto nº 6.047/2007 e posteriormente atualizada pelo Decreto 9.810/2019, apresenta como finalidade a redução das *“desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população”* (BRASIL, 2019).

Seguindo a mesma abordagem, e no intuito de promover uma atuação regionalizada no Estado do Espírito Santo, no ano de 2011 o Governo do Estado reformulou a divisão microrregional de planejamento, por meio da Lei 9.768/2011, de 26 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a definição das Microrregiões e das Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. Esta divisão territorial objetivou a eficiência da organização das ações no setor público, assim como a realização das vocações produtivas dos espaços regionais atreladas à rede de influência das cidades.

O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030 (ES 2030) foi elaborado na sequência, fornecendo ao estado um planejamento de longo prazo. Faz parte do seu escopo definir prioridades, traçar estratégias, metas e apontar caminhos a serem percorridos por toda a coletividade – setores público, privado e sociedade civil –, numa visão de futuro com horizonte no ano de 2030.

O Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo (DRS/ES) nasce da continuidade do esforço de planejamento sintetizado pelo Plano ES 2030, com o princípio de garantir a aderência aos acordos previamente estabelecidos nas microrregiões e consolidados nas peças do Planejamento Estratégico e no PPA.

Estruturado em dois pilares, o DRS se constituiu a partir da formação de (i) Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRSs), e da condução de (ii) Projeto de Pesquisa, composto por extensas investigações e levantamentos. Em respeito à complexidade do tema e a pluralidade de atores e instituições com atuação nos territórios, o DRS trabalhou com as seguintes premissas:

- Respeito aos instrumentos de planejamento anteriores, em especial consonância com o Plano ES 2030;
- A assertividade das propostas, por meio da integração ao Planejamento Estratégico de Governo (PE 2019-2022) e ao Plano Plurianual (PPA 2020-2023); e

- A descentralização da construção do conhecimento, a partir da participação de Instituições Públicas de Ensino Superior.

1. Introdução

Iniciado em 2019, o Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo (DRS/ES) surge como proposta prioritária na busca pela promoção de um planejamento regional equilibrado, com o objetivo geral de promover o desenvolvimento de forma equitativa e distribuir os benefícios gerados por todo o território capixaba.

Para atingir esse objetivo, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo – FAPES; a Secretaria de Estado de Planejamento e Economia - SEP; a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico – SECTIDES; o Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN; a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES celebraram no ano de 2020 o Convênio de Cooperação Técnica Nº 001/2020.

O Convênio 001/2020 foi o ponto de partida para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para as nove microrregiões de planejamento do estado, além da criação de um índice sintético para aferição dos resultados e um painel de indicadores. O Plano é composto por Diagnóstico das microrregiões com apontamentos dos principais desafios e potencialidades de cada uma delas, a partir do Plano ES 2030, e Plano de Ação Microrregional tendo como base os apontamentos e descobertas dos Diagnósticos.

A participação das instituições de ensino superior ressalta o pioneirismo da experiência do Projeto, em que a produção de conhecimento é somada aos esforços do Governo do Estado em fomentar a pesquisa em instituições no interior, representando uma inovação nas possibilidades futuras de pesquisa acadêmica como subsídio às questões regionais do Estado. Essa participação teve como objetivo uma descentralização partindo da produção do conhecimento, de modo a reconhecer a importância e a capilaridade das instituições no território, bem como a relevância do capital humano para o planejamento.

Insta ressaltar que os Planos de Ação para cada microrregião, elaborados com base nos diagnósticos e informações dos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRSs), primam por: transparência e participação social; solidariedade regional e cooperação estadual; planejamento integrado e transversalidade da política pública; atuação multiescalar no território estadual; desenvolvimento sustentável; reconhecimento e valorização da diversidade

ambiental, social, cultural e econômica das regiões; competitividade e equidade no desenvolvimento produtivo; e sustentabilidade dos processos produtivos.

Para garantir maior robustez normativa, no ano de 2020 foram constituídos os CDRSs que apresentam natureza consultiva e de participação social em nove microrregiões do estado. Vale lembrar que se exclui a Região Metropolitana em razão da existência do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT), e do seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) já elaborado e implementado (Lei Complementar Nº 872/2017).

O Plano de Ação Geral do Espírito Santo, aqui descrito, como instrumento de gestão e planejamento, tem o objetivo de apresentar a consolidação das informações dos Planos Preliminares, das reuniões de integração com os Conselhos, das Câmaras Temáticas, sociedade e demais pesquisadores, resultando na indicação de ações contendo programas, metas e responsáveis para alcançar o desenvolvimento regional sustentável das nove microrregiões do Espírito Santo.

Na seção seguinte é realizada uma breve contextualização sobre os novos contextos que moldam cenários possíveis para o estado, e apontam desafios e visões de futuro desejadas para o desenvolvimento à luz do ES 2030. Na seção 3 são apresentadas, de maneira mais detalhada, as etapas metodológicas que levaram à construção pactuada do Plano, e por fim, na seção 4 são expostos os resultados obtidos das metodologias aplicadas durante todo o processo.

2. Construindo Cenários: Novos Contextos

O futuro é por natureza incerto, principalmente quando se trata de realidades complexas integradas por sistemas sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e de outras dimensões que interagem de forma cada vez mais acelerada. É também imprevisível, o que torna a tarefa de decifrá-lo um desafio cujo caminho mais apropriado resume-se na busca, na análise e na avaliação dos elementos centrais de sua dinâmica, também denominados condicionantes ou tendências dominantes do processo evolutivo dos acontecimentos.

Mapear, analisar e compreender esses condicionantes torna-se fundamental na tarefa que se impõe, tanto para a projeção de possíveis cenários, quanto, e mais importante, na definição e formulação de estratégias capazes possibilitar um alcance mais ágil dessa trajetória almejada e projetada. Nesse aspecto o planejamento apresenta-se como ferramenta fundamental,

constituindo-se como um mapa de navegação para orientar agentes econômicos, governamentais e da sociedade.

A palavra ‘transição’ é a peça chave para a refletir sobre os acontecimentos, pensando em uma expressão adequada para se retratar a percepção de momento e a fluidez da temporalidade. Só que diferentemente do que é deixado como memória do passado, a fluidez de cada momento presente evolui de forma acelerada. Eventos como o da pandemia da Covid-19 podem ser compreendidos como parte dessa transição, assim como outros tipos de fenômenos: a transição climática; transição energética; transição digital e tecnológica; e transição da sociedade. O Quadro 1 traz uma breve caracterização em relação a esses tipos de transição observados no contexto mundial.

Quadro 1 - Caracterização do processo de transição das tendências mundiais.

Características dos novos contextos	Aspectos observados
Volatilidade alta, com presença forte de	Inesperado
	Instável
	Desconhecido, desvendado ou desvelado
Incertezas crescentes	Aumento de eventos desconhecidos
	Resultados desconhecidos
Complexidade	Interconectividade exponencial provocada pelos avanços em tecnologias de informação e comunicação
	Dados e informações expandidos em evolução exponencial
Ambiguidade crescente	Polarização e fragmentação no campo social e na política
	Contrastes mais evidentes do desenvolvimento tecnológico

Fonte: Elaborado por DRS, 2021.

Detalhando as informações do quadro, a **volatilidade** em alta associa-se a fenômenos inesperados, como o surgimento de uma nova cepa mais transmissível da Covid-19, a erupção

de um vulcão que afeta a vida de milhares de pessoas, ou os recordes de chuvas vivenciados pelos estados da Bahia e Minas Gerais nas primeiras semanas de 2022.

A **incerteza** é um conceito muito atrelado à probabilidade de um acontecimento ou resultado. Quando a incerteza é alta, é difícil prever com precisão os eventos futuros.

A **Complexidade** se relaciona com a globalização, os 8 bilhões de pessoas no mundo estão conectados virtualmente e realizam trocas e transações a cada milésimo de segundo. Essa interação é geradora de complexidade em duas principais escalas, uma primeira ligada ao volume de informações ou ao *Big Data* (ou grande volume de dados), que para servir à sociedade necessita estar disponível e ser analisada em tempo; uma segunda escala ligada ao avanço das tecnologias e das inovações criadas nesses processos, que rompem paradigmas passados e criam novos.

Com a **Ambiguidade** crescente, as três tendências anteriores corroboram um ambiente de ambiguidade das relações econômicas, sociais e geopolíticas. Com a mudança no quadro dos grandes jogadores do ponto de vista global, chefes de Estado buscam na racionalidade evitar, quando possível, polarização e conflitos. Um acordo comercial que privilegia um país ou um bloco específico deixa de favorecer outros. No nível microeconômico, a declaração pública de voto no partido A ou B pode em alguns casos aproximar ou distanciar atores sociais, a depender das ideologias envolvidas. Na Era da Informação, o diferencial está na capacidade de acesso, leitura e interpretação de uma quantidade de dados muito superior, porém ainda acessível a poucos.

2.1 Grandes Tendências - Megatrends

Denominadas também de “*megatrends*”, principalmente por implicações e abrangência global, as Grandes Tendências representam forças ou movimentos macroeconômicos, geoestratégicos e geopolíticos que estão transformando e moldando o mundo e o futuro do coletivo das pessoas de maneira profunda.

Entre as grandes transformações no cenário internacional destaca-se o fato de que, pela primeira vez na história, a população urbana no mundo superou a rural, embora ainda muitos países possuam um predomínio da população rural (UNITED NATIONS, 2014).

A introdução e a difusão de inovações também ganham cada vez mais destaque nas discussões que envolvem o sistema produtivo, incluindo o sistema de transportes, o modo de vida das

pessoas e as próprias relações entre o público e o privado. Este tema tem sido alvo de reflexão, tanto em relação aos sistemas educacionais, quanto à maior inter-relação dos setores produtivos e das instituições de pesquisa.

Diante desse cenário e das incertezas que permeiam o futuro das próximas gerações, o meio ambiente e o crescimento econômico de modo inclusivo têm assumido papéis centrais na formulação de políticas de desenvolvimento das nações.

As implicações dessas forças são abrangentes, variadas, e podem representar tanto grandes oportunidades a serem aproveitadas, quanto riscos a serem mitigados e/ou enfrentados.

A PwC – *PriceWaterHouseCooper*, que representa uma rede (*network*) de empresas especializadas em consultoria de negócios que operam em aproximadamente 158 países resumiu as megatendências mundiais em 5 grupos:

- I. Mudança no poder econômico global;
- II. Mudanças demográficas;
- III. Urbanização acelerada;
- IV. Crescimento tecnológico;
- V. Mudanças climáticas e escassez de recursos.

Essas megatendências terão suas influências e impactos diferenciados por países e regiões, e podem ser ainda desdobradas em dimensões e variáveis específicas, representadas no Quadro 2.

A análise dessas condicionantes e das tendências observáveis no mundo e no Brasil servem de suporte para se pensar a inserção do Espírito Santo nesse futuro vislumbrado. Busca-se, então, identificar as oportunidades que esses cenários podem propiciar, ampliar as condições de bem-estar da população capixaba e superar as possíveis ameaças, que se não percebidas a tempo poderão impedir o alcance almejado de uma sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Procurou-se, assim, estabelecer um pano de fundo de apoio para a construção de cenários sustentáveis para o Espírito Santo e suas microrregiões, num horizonte que visa o ano de 2030. Com o apoio de estudos retrospectivos e das discussões realizadas no decorrer dos trabalhos, foi possível traçar as perspectivas de desenvolvimento que se colocam diante de cada uma das microrregiões, com o estabelecimento de visões de futuro, a definição de diretrizes para o Plano de Ação, e a indicação dos principais desafios até 2030.

Quadro 2 - Megatendências mundiais.

Megatendências Mundiais - transformações no cenário internacional
A população mundial vai desacelerar seu crescimento e ampliar seu processo de envelhecimento, mas ainda haverá descompasso entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas;
O processo de envelhecimento da população mundial modifica as taxas de dependência e vai alterando o perfil da demanda por serviços básicos de saúde, de educação, de alimentação e de tudo o que diz respeito aos cuidados com a vida;
A participação da classe média passará dos atuais 41% de participação para cerca de 60% nos próximos 30 anos. Isso implica em pressão crescente por bens e serviços, e em especial por alimentos;
Atualmente, 50% da população mundial já vive em cidades. Em 2050, a previsão é de que essa proporção será ampliada para dois terços;
Com o aumento da população urbana, a sociedade atual deve buscar o desenvolvimento sustentável, capaz de promover o crescimento econômico necessário (produção de alimentos e de energia para suprir as crescentes demandas), ao mesmo tempo em que seja capaz de garantir a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para as gerações futuras;
Cidades, especialmente grandes e médias, terão papel crescente na melhoria da competitividade entre países, funcionando como elos conectores de extensas e complexas teias de relações econômicas, sociais, culturais e política;
Os continentes asiático e africano aumentarão suas respectivas participações no total da população mundial;
Mudanças no poder econômico mundial implicarão no fortalecimento da economia chinesa, que passará à condição de liderança, bem como também da Índia;
A industrialização e o crescimento econômico e populacional dos novos países emergentes contribuem para o agravamento das mazelas ambientais que afligem a humanidade em escala global, como é o caso da emissão de gases do efeito estufa, que podem reforçar as tendências de mudanças climáticas;
A economia mundial está se desconcentrando e novos países entram na era da industrialização de forma cada vez mais sofisticada e integrada, alterando a dinâmica produtiva e ampliando os fluxos comerciais internacionais;
A inovação é, reconhecidamente, um dos principais fatores de competitividade econômica, além de possuir um importante potencial para o desenvolvimento social e ambiental. Entretanto, as incertezas e imprevisibilidades em torno do desenvolvimento científico e tecnológico e suas aplicações sociais e de mercado requerem grandes esforços institucionais;
Novas tecnologias, especialmente aquelas de natureza disruptiva, provocarão impactos significativos na “moldagem” das cidades do futuro, em áreas referentes à infraestrutura e à indústria da construção; processo que será intensificado pela pandemia da COVID-19;

Ainda no campo das novas tecnologias, são previsíveis mudanças estruturais nos meios de transporte pelo uso de inteligência artificial atrelada à automação de processos em serviços tipicamente urbanos, tais como limpeza pública, transporte público e privado;
Com o processo de Integração Global, especialmente dos países e continentes, as cidades crescem em importância, funcionando estrategicamente como “nós” por meio dos quais fluem informações, dinheiro, mercadorias, serviços e pessoas, tudo por intermédio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
Cresce a consciência em torno do conceito de cidades sustentáveis, não somente no sentido ambiental do tipo <i>green cities</i> (cidades verdes: água, saneamento, energia renovável, etc.), mas também incorporando, enquanto elementos de sustentabilidade, a produção de riquezas, o equilíbrio e a equidade social, a qual permita o acesso livre e democrático aos benefícios de se viver em uma cidade;
A “internet das coisas” – <i>internet of things</i> – é também um potente <i>driver</i> transformador da organização e da vida nas cidades, tornando-as cada vez mais inteligentes. Dessa maneira, a chamada “ <i>network</i> das coisas” facilitará o acesso dos cidadãos a serviços, a produtos e a pessoas, reduzindo os “atritos” de tempo e espaço;
As fontes alternativas de energia tendem a ocupar mais espaço na matriz energética mundial, com destaque para a biomassa, no entanto, o petróleo deve manter sua hegemonia no consumo energético mundial;
A aceleração das mudanças climáticas incrementará a velocidade da transição energética já em curso em países mais desenvolvidos, inclusive na China. Crescerá a busca por fontes energéticas limpas.

Fonte: Elaborado por DRS, 2021.

2.2 Uma Referência necessária a Pandemia da Covid-19

Ao longo da história mundial, durante momentos de crise como os das grandes pandemias, a construção e melhoria das cidades se pauta numa tentativa de estancamento dos grandes traumas sofridos durante esses eventos. Esse fato se relaciona principalmente às transversalidades dos temas referentes à saúde, segurança e bem-estar. Como consequência, a forma como se planeja a cidade se torna um reflexo de tendências culturais e tecnológicas predominantes, principalmente durante essas grandes crises (BERG, 2020).

O fato é que nem mesmo os cenários mais bem projetados puderam prever o impacto que um evento em escala global, como foi o da pandemia da COVID-19, pudesse provocar. Pelo menos não na intensidade e dimensão destrutiva, para não dizer também disruptiva. Os efeitos modificam tanto a estrutura da sociedade e sua organicidade de comportamentos, quanto - e principalmente - a economia global, e em intensidades diversas, porém sempre destrutivas, as economias nacionais.

Ao mesmo tempo que a pandemia a destrói também expõe mais fortemente os contrastes, as desigualdades e incongruências do modelo de desenvolvimento que prevalece no mundo, que por meio de seu efeito destrutivo e disruptivo faz acelerar, bem mais do que se previa, as transformações nos modos de produção, geração e acesso à riqueza, e também nos modos de relacionamento das pessoas e das instituições. Os impactos da pandemia global da Covid-19 seguem sendo absorvidos e mensurados. Suas marcas físicas e sociais, contudo, já inscrevem uma nova realidade e reverberarão ao longo das próximas décadas e gerações.

Assim, ao mesmo tempo que o mundo precisa lidar com os impactos destrutivos da pandemia, superando-os com a retomada do crescimento, terá também que se preparar para a compulsória transição climática, digital e, principalmente, tecnológica.

Portanto, sem ainda se ter discernimento em termos de intensidade e velocidade da retomada da economia em escala mundial, não há como enveredar-se em ensaios mais precisos de previsões ou estimativas dos principais indicadores de desenvolvimento das principais economias.

O que se faz necessário observar, para além dos indicadores, são os novos comportamentos, este cenário futuro chamado de “novo normal”. Ou seja, compreender o estabelecimento mais firme das novas formas de trabalho (*home-office*, teletrabalho), consumo (*e-commerce*, *delivery*), transporte, lazer e saúde e quais ações precisam ser incorporadas no planejamento para que esses novos caminhos e cenários construam cidades mais prósperas, justas e sustentáveis.

Na prática, estes novos cenários foram se desenvolvendo simultaneamente à observação desses novos comportamentos. À vista disso, em função das consequências impostas pela pandemia da Covid-19, o desenvolvimento de uma capacidade de adaptabilidade foi necessária para que a aplicabilidade do trabalho firmado no Convênio Nº 001/2020, descrita no plano de trabalho, pudesse ser não somente realizada mas finalizada conforme a indispensabilidade da participação social. Para este fim, foram necessárias adaptações metodológicas, principalmente em relação ao formato das reuniões, numa transição para as plataformas e meios digitais (conforme será detalhado na seção 3 - Construção Pactuada do Plano).

2.3 Cenários para o Espírito Santo

A metodologia da construção dos cenários consistiu em formular hipóteses sobre possíveis ocorrências que poderão moldar o futuro do Espírito Santo e de suas microrregiões. O ponto de partida de cada cenário está amparado nas hipóteses sobre o comportamento dos indicadores econômicos e das possibilidades de mudanças estruturais, no âmbito da inserção competitiva do Espírito Santo nos mercados de bens e serviços que poderá manter e conquistar.

Essa análise se concentrou em avaliar a evolução do estado, para melhor situá-lo em seu contexto atual e identificar os elementos estruturais de sua dinâmica; apontar as principais condicionantes exógenas de futuro, para identificar seus reflexos na sociedade e na economia capixabas; levantar hipóteses e incertezas relacionadas ao futuro, para a identificação de possíveis trajetórias; e, finalmente, quantificar os cenários construídos por meio de indicadores selecionados.

Os eixos centrais e modelagem dos cenários apresentados a seguir foram construídos dentro do Plano ES 2030. Naturalmente, ajustes foram feitos adequando-os à temporalidade, principalmente em função das mudanças ocorridas em anos subsequentes às suas formulações, que são fruto do comportamento de variáveis consideradas relevantes em anos recentes, em especial decorrentes da crise gerada pela pandemia da Covid-19.

O ES 2030 trabalhou com perspectivas evolutivas de três cenários, conforme descritos:

1. **Avançar com inovação:** representa a trajetória **otimista**, tendo como propósito principal o desenvolvimento sustentável, alinhado às tendências internacionais de competitividade, porém fundamentado nas potencialidades regionais e locais;
2. **Reproduzir com crescimento:** Considerando-se a perspectiva de um cenário **moderado**, dando sequência e continuidade ao modelo de desenvolvimento até então estabelecido no estado, isto é, fortalecendo o legado de exportação de *commodities*, mantendo-se baixa diversificação, e assim, ainda fortemente dependente do contexto econômico internacional;
3. **Retroceder com desigualdades:** é o cenário mais **pessimista**, que tem como principais referências a desarticulação do desenvolvimento do estado, tanto interna como externa, inclusive com as demais regiões do país e do mundo, e o consequente agravamento dos problemas sociais, econômicos e ambientais.

Assim, de acordo com o ES 2030, os três cenários podem assim ser resumidos, em frases simbólicas:

1. **Avançar com Inovação:** "o desenvolvimento é positivo e acompanha as principais tendências mundiais, siga adiante";
2. **Reproduzir com Crescimento:** "o desenvolvimento requer atenção, ou pare agora para refletir ou siga com muita atenção"; e
3. **Retroceder com desigualdades:** "o desenvolvimento requer muita atenção, é melhor parar e refletir, e mudar a tempo".

Projetando esses três cenários possíveis para o Espírito Santo para o ano de 2030 foram estruturadas eventuais tendências, consideradas relevantes para eixos considerados estratégicos (Quadro 3):

Quadro 3 - Cenários projetados para cada eixo estratégico.

Cenário	Capital Humano	Infraestrutura e Logística	CT&I	Dinamismo Econômico
Avançar com Inovação	Sistema educacional de alta qualidade, com elevado desempenho dos alunos e na formação profissional	Ampliação e articulação dos modais logísticos dentro de padrões internacionais e com elevada competitividade: portos, ferrovias e rodovias integradas	Articulação sistêmica nos processos de inovação tecnológica	Crescimento acelerado, com ênfase em inovação, desenvolvimento tecnológico, diversificação e complexidade
Reproduzir com Crescimento	Sistema educacional de média qualidade, com desempenho mediano, coexistindo com alguns centros de excelência	Conservação da infraestrutura já existentes, com pequenas melhorias, porém com limitações para um crescimento mais robusto	Existência de núcleos isolados de inovação	Crescimento acelerado, embora concentrado
Retroceder com Desigualdades	Sistema educacional de baixa qualidade e deteriorado	Deterioração da infraestrutura logística, com perda acentuada de competitividade	Baixa articulação institucional ou inexistência de processos inovativos relevantes	Crescimento baixo e concentrado

Fonte: IJSN, 2018.

O **Cenário Otimista** representa o que pode ser denominado como terceiro ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo, um cenário para além das commodities. O terceiro ciclo é fundamentado em uma sociedade baseada no conhecimento, na qual os capitais social e institucional são centrais para o alcance de melhores índices de desenvolvimento social, humano, ambiental e econômico, rompendo-se com o paradigma até então presente de um crescimento assentado apenas no volume de exportações de commodities. Commodities são importantes, mas a estratégia é ir além, inclusive contando com elas.

Esse cenário contempla uma sociedade com elevado padrão educacional, empreendedora, capaz de transformar a sua realidade com base nas suas potencialidades e em seus recursos naturais, mas fundamentalmente em recursos humanos. Assim, o Espírito Santo se desenvolverá de forma sustentável e contará com uma economia mais diversificada, complexa, sofisticada e tendo a ciência e a tecnologia como instrumentos e ferramentas básicas.

O trajeto para se chegar a esse cenário exitoso deverá passar necessariamente pela inserção de cada uma das regiões e do seu conjunto, integradas e alinhadas ao propósito estadual.

No **Cenário Moderado**, o Espírito Santo conviverá ainda com disparidades sociais e econômicas, embora em crescimento, fruto de uma economia ainda mantida de forma concentrada e mantendo-se fortemente dependente da dinâmica internacional, podendo comprometer potenciais avanços sociais, especialmente em termos de um desenvolvimento mais inclusivo.

A intensificação das atividades econômicas em torno de *commodities* – inclusive com o petróleo – sem uma contrapartida de produção local de conhecimento e de desenvolvimento de novos negócios, não será suficiente para transformar a sociedade como um todo e de forma inclusiva e sustentável, podendo-se prever o surgimento de ilhas de prosperidade em meio às desigualdades.

Por fim, a pior perspectiva é sintetizada num **Cenário Pessimista**. Caracterizado por uma economia concentrada, tanto setorial quanto geograficamente. As regiões interioranas perderiam dinamismo econômico de forma acentuada, ampliando-se as disparidades entre elas. O Quadro 4 confronta as características desses três cenários (otimista, moderado e pessimista).

Quadro 4 - Características dos cenários.

Cenário Otimista	● Competitividade sistêmica na era do conhecimento, com diversificação produtiva em um novo ciclo de desenvolvimento; ● Ambiente institucional favorável aos negócios; ● Desenvolvimento científico e tecnológico próximo da fronteira do conhecimento; ● Inserção competitiva dentro de um contexto global de desenvolvimento; ● Uso racional e eficiente dos recursos naturais dentro do conceito de economia verde; ● Integração regional e desenvolvimento sustentável do interior.
Cenário Moderado	● Manutenção de forte dependência de commodities exportáveis; ● Manutenção das condições de competitividade atuais, mantendo-se estrutura produtiva já existente, com avanços comedidos; ● Sistema estadual de inovação e de desenvolvimento tecnológico ainda incipiente; ● Infraestrutura incompleta do ponto de vista de inserção competitiva ● Economia pouco eficiente em termos de usos de fontes alternativas de energia; ● Reduzida integração regional, dificultando o desenvolvimento do interior.
Cenário Pessimista	● Perda da competitividade e do dinamismo econômico; ● Baixa qualidade do capital social e institucional, ● Baixo investimento em CT&I; ● Piora nas condições de vida e aumento da pobreza e da violência; ● Uso predatório dos recursos naturais; ● Baixa integração regional e aumento das desigualdades regionais

Fonte: IJSN, 2018.

A concepção de cada cenário apresenta, respectivamente, uma ótica de avanço, reprodução e estagnação ou retrocesso nos setores selecionados para intervenção, por meio de políticas especificamente voltadas para as microrregiões.

Os cenários passam, então, a servir de referência para a construção de estratégias de desenvolvimento que irão reforçar as potencialidades e mitigar os efeitos das ameaças e dos riscos de forma a guiar o estado em direção ao futuro desejado pela sociedade.

A consolidação desses cenários dependerá da evolução dos diferentes aspectos de ordem social, institucional, econômica e ambiental e a trajetória a ser seguida pelo estado do Espírito Santo depende de sua capacidade de entender tais condicionantes, aproveitar as oportunidades que se apresentam e reagir aos desafios que lhe forem apresentados.

2.4 Visão de Futuro

As visões de futuro para cada região tomam como referências as visões discutidas e referendadas em oficinas de realização do Plano ES 2030. O planejamento de longo prazo proposto pelo ES 2030 teve como premissa a governança democrática, possibilitando assim a construção de sinergia entre as frações do território estadual e estímulo à participação social, na busca do caminho desejado por toda a coletividade.

Para concretizar essa premissa básica foram realizadas oficinas regionais nas dez microrregiões de planejamento do estado, com a finalidade de mapear os desejos e expectativas da sociedade e as potencialidades e desafios na construção do caminho necessário ao desenvolvimento regional almejado.

No Quadro 5 são apresentadas as visões de futuro desenhadas para cada região, que foram construídas por meio de dinâmica participativa envolvendo lideranças da sociedade organizada, especialistas, representações empresariais e de setores produtivos, representantes dos trabalhadores e gestores públicos estaduais e municipais.

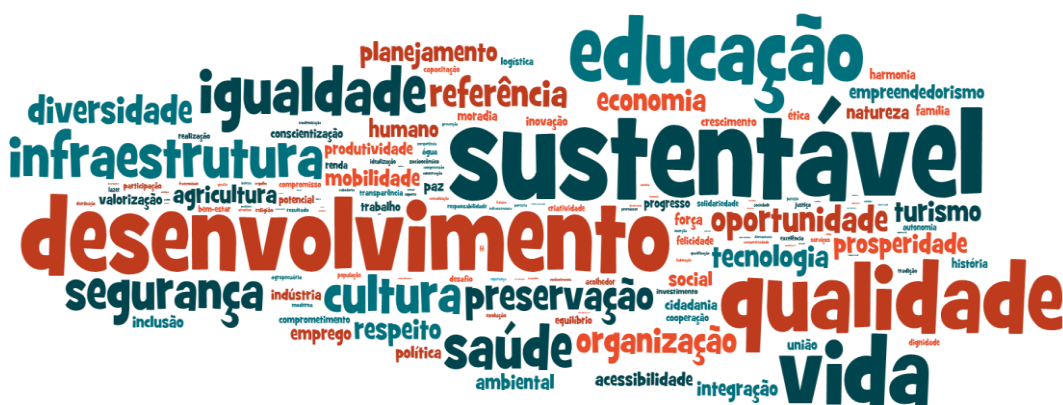
Com base nessas formulações coletivas, a partir da compilação das principais palavras e expressões utilizadas nas visões de futuro se chegou a uma nuvem de palavras, que representa a síntese das expectativas de futuro das microrregiões do Espírito Santo, identificando-se três principais pressupostos de futuro: Qualidade de vida, Desenvolvimento e Sustentabilidade, com forte presença da educação (Figura 1) (ESPÍRITO SANTO, 2013).

Quadro 5 - Síntese da visão de futuro das Microrregiões do estado de acordo com o ES 2030.

MICRORREGIÃO	VISÃO DE FUTURO ES 2030
LITORAL SUL	A Região Litoral Sul próspera, feliz, econômica e socialmente sustentável com a natureza conservada e economia diversificada, justa e humana, com qualidade de vida, rompendo fronteiras e superando os limites.
CENTRAL SUL	A Região Central Sul será um lugar ideal para se viver, com desenvolvimento sustentável, justiça social e qualidade de vida, avançada no uso de tecnologia e detentora de uma infraestrutura adequada, fruto de um crescimento organizado, atingindo uma plena realização humana.
CAPARAÓ	Uma região empreendedora e turisticamente atraente, modelo de qualidade de vida e sustentabilidade.
SUDOESTE SERRANA	Microrregião Sudoeste Serrana moderna, integrada e sustentável, reconhecida por belezas paisagísticas e culturais.
CENTRAL SERRANA	A Região Central Serrana é desenvolvida, sustentável, com qualidade de vida e respeito às diferenças, com forte agricultura familiar, educação de qualidade voltada para o homem do campo e respeito ao meio ambiente. A região terá água em abundância com preservação das tradições, incluindo a sua primeira língua e valorizando os pontos turísticos.
RIO DOCE	A microrregião Rio Doce quer se tornar uma região sustentável que, garantindo os serviços básicos e especializados à sua população, propicie uma elevada qualidade de vida associada à preservação de seus recursos naturais.
CENTRO-OESTE	Na microrregião Centro-Oeste a infraestrutura está em posição central. Esta região quer a participação de instituições públicas e privadas, além da sociedade, na promoção do desenvolvimento sustentável, que deve ser pautado na diversificação para gerar emprego, distribuir renda e melhorar a qualidade de vida, garantindo saúde e educação à população.
NORDESTE	A região Nordeste visa um futuro com desenvolvimento próspero, com atratividade em tecnologia e infraestrutura, onde suas bases social, cultural e ambiental são valorizadas.
NOROESTE	A região Noroeste quer um desenvolvimento sustentável pautado em suas bases social e econômica, que permita viver com qualidade de vida.

Fonte: Espírito Santo, 2013.

Figura 1 - Palavras e expressões das expectativas de futuro das microrregiões do estado.



Fonte: Espírito Santo, 2013.

Nesse sentido, considerando a diversidade das expectativas manifestadas nas oficinas regionais e nas temáticas, e os contextos referenciados como impulsionadores de um novo ciclo de desenvolvimento, a visão de futuro para o Espírito Santo no horizonte de 2030 foi definida como (ESPÍRITO SANTO, 2013):

“Um Estado Inovador, Dinâmico e Sustentável”.

As visões de futuro e as diretrizes apresentadas a seguir, em termos metodológicos, serviram também como referência para que na sequência fossem identificados e priorizados os desafios a serem trabalhados para o alcance das respectivas visões.

2.5 Diretrizes do Plano de Ação

Como forma de orientar e subsidiar a elaboração do Plano de Ação foram construídas Diretrizes, definidas pelos coordenadores regionais das instituições de ensino através de metodologias próprias, e tendo como base os diagnósticos regionais com a utilização dos cinco Eixos do Projeto sendo, portanto, subsidiadas teórica e empiricamente pelas etapas de estudos prévios. As diretrizes foram tratadas, de acordo com as metodologias adotadas, como:

(...) orientadores estratégicos que, para o caso do DRS, direcionam a organização de políticas e de suas estratégias de operacionalização, atuando como placas sinalizadoras para os caminhos mais vantajosos que possam ser desenhados para que os projetos e ações efetivamente alcancem resultados em termos de desenvolvimento (...) (UFES, 2021).

(...) diretrizes estratégicas são concebidas como os caminhos, as linhas mestras que devem ser seguidas para o alcance de um objetivo (OLIVEIRA, 2009 apud IFES, 2021).

Nesse sentido, as diretrizes sistematizam questões relevantes que devem ser trabalhadas nos territórios, originando posteriormente os desafios temáticos microrregionais. As Diretrizes² encerram a participação dos coordenadores regionais e servem, portanto, de ligação entre a etapa do Diagnóstico e a do Plano de Ação elaborada pela equipe coordenada pelo IJSN.

De maneira geral, e aqui apresentados de forma simplificada, os aspectos metodológicos para a elaboração das diretrizes levaram em consideração, em um primeiro momento, a adoção de premissas e/ou de princípios norteadores, que constituem marcos gerais do processo de planejamento e incluíram, entre outros, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os princípios do desenvolvimento regional e os princípios do desenvolvimento sustentável. Em um segundo momento, foram resgatadas diretrizes, ações e programas já formulados e relacionados a outros Planos e Políticas Públicas do Estado, em especial o ES 2030, além da análise das evidências advindas dos diagnósticos.

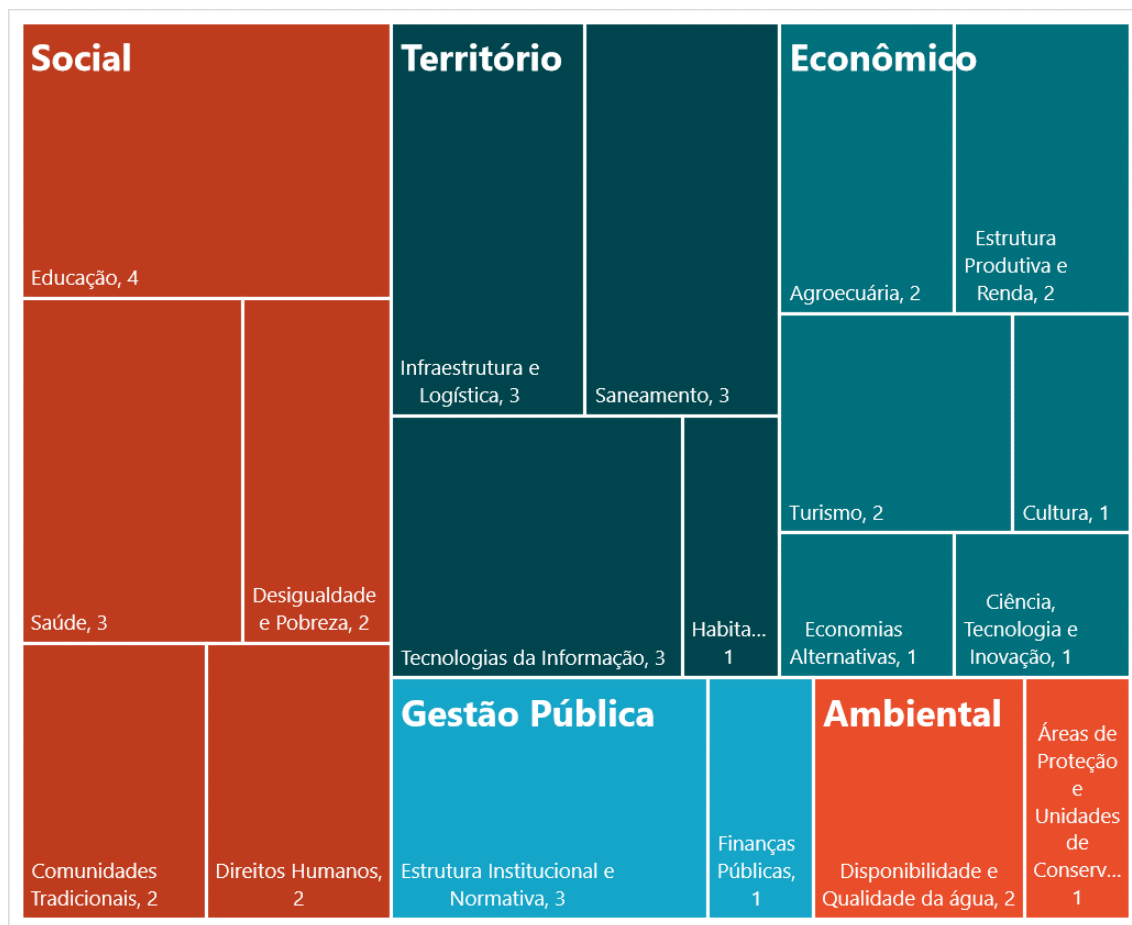
Após a entrega dos documentos pelos coordenadores, a equipe de pesquisadores do IJSN realizou a compilação das informações, e foram criados quadros (*treemaps*) que representam uma fotografia da distribuição temática das diretrizes para cada microrregião, com o objetivo de entender onde estavam concentradas as proposições e os maiores desafios para todo o estado (Figura 2).

Os desafios foram extraídos das constatações dos diagnósticos e da análise das megatendências, a partir da identificação de ameaças às microrregiões, assim como das indicações das diretrizes do Plano de Ação, e considerando também as visões de futuro almejadas. Consequentemente, os desafios representam os caminhos a serem seguidos para que expectativas e desejos de desenvolvimento possam ser alcançados.

A princípio foram identificados, para cada microrregião, 23 desafios específicos que representam cenários regionais de desafios, relacionados aos temas contidos nos cinco Eixos do Projeto. Ressalta-se que as regiões do litoral possuem um desafio extra e específico referente à temática do gerenciamento costeiro.

² Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/drs/produtos#planodeacao>

Figura 2 - Exemplificação da distribuição temática das diretrizes realizada para cada microrregião.



Fonte: Elaborado por DRS, 2021.

Embora os desafios sejam diferentes, podem existir variáveis de mudança, chamadas também de fatores-chave, que sejam comuns. Esses fatores são considerados determinantes de mais de um desafio, onde podem estar centradas preocupações e estratégias de ações. Como exemplos de fatores-chave identificados durante a elaboração do Plano podem ser citados: recursos hídricos; infraestrutura e logística; turismo; agropecuária; entre outros. As análises que seguem explicitam melhor essas constatações. Os desafios identificados para todas as microrregiões estão no Apêndice A.

Buscando identificar desafios mais amplos, e como maneira de se produzir um retrato do estado, foram sintetizados nove Macrodesafios (Quadro 6), a partir da agregação por afinidade dos 24 desafios.

Quadro 6 - Macrodesafios Regionais.

Macrodesafios Regionais	
1	Acesso de toda a população à habitação digna (preferencialmente em áreas infraestruturadas para controle da expansão urbana), à terra (para agricultura familiar), aos sistemas de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos e às tecnologias de informação (de qualidade a preços acessíveis).
2	Dispor de plataforma logística de integração rodoviária, ferroviária, aeroviária e portuária intra e entre microrregiões, e matriz energética renovável, diversificada e integrada.
3	Desenvolvimento dos potenciais turísticos locais com integração das comunidades tradicionais (produtiva, cultural e socialmente); valorização das expressões, identidades, equipamentos culturais e das paisagens.
4	Acesso ao sistema de saúde facilitado; universalização da educação básica; erradicação do analfabetismo; desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada.
5	Gestão e conservação dos recursos hídricos fortalecidas, com o uso eficiente da água, reservação, recuperação de nascentes e redução dos riscos associados a eventos críticos, incluindo a restauração da cobertura vegetal nativa e ampliação das áreas naturais protegidas.
6	Gestão fiscal responsável, integrada ao desenvolvimento regional, com governança democrática, participativa e fortalecimento institucional e normativo.
7	Desenvolvimento local dos setores econômicos – em específico das cadeias ligadas às economias verde, criativa e solidária e à agricultura familiar 0– com CT&I (ciência, tecnologia e inovação) como motores do crescimento, integrando competitivamente as atividades (bens e serviços) ao mercado internacional.
8	Orla costeira ordenada e ecossistemas marinhos e costeiros protegidos, com uso racional dos recursos do mar.
9	Segurança e direitos humanos garantidos, promoção da diversidade populacional e territorial com ações específicas nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Fonte: Elaborado por DRS, 2021.

Considera-se notória a relação umbilical entre os desafios identificados e as visões de futuro construídas no âmbito do ES 2030, reiterando a validade e o caráter interseccional e consonante dos planos desenvolvidos no Espírito Santo ao longo da última década.

3. A construção pactuada do Plano

Como primeiro passo para a elaboração do Plano de Ação, pesquisadores, conselheiros e governo, com base em dados e nos diagnósticos, caminharam juntos para hierarquizar demandas e prioridades de cada localidade do estado.

Durante esse percurso, foram realizadas 73 reuniões distribuídas em três rodadas, sendo 18 reuniões com os CDRSs para a preparação do Plano, 27 reuniões com os CDRSs para a elaboração do Plano e 28 reuniões com órgãos e entidades governamentais para integração. Essas reuniões tiveram o intuito de disseminar as principais informações, apresentar as etapas do trabalho, e realizar votações para selecionar prioridades, possibilitando a abertura de canal de diálogo permanente e contínuo. Além disso, foram produzidas 18 publicações³ específicas que resumem informações levantadas nos diagnósticos das microrregiões e apontam as diretrizes para o Plano de Ação.

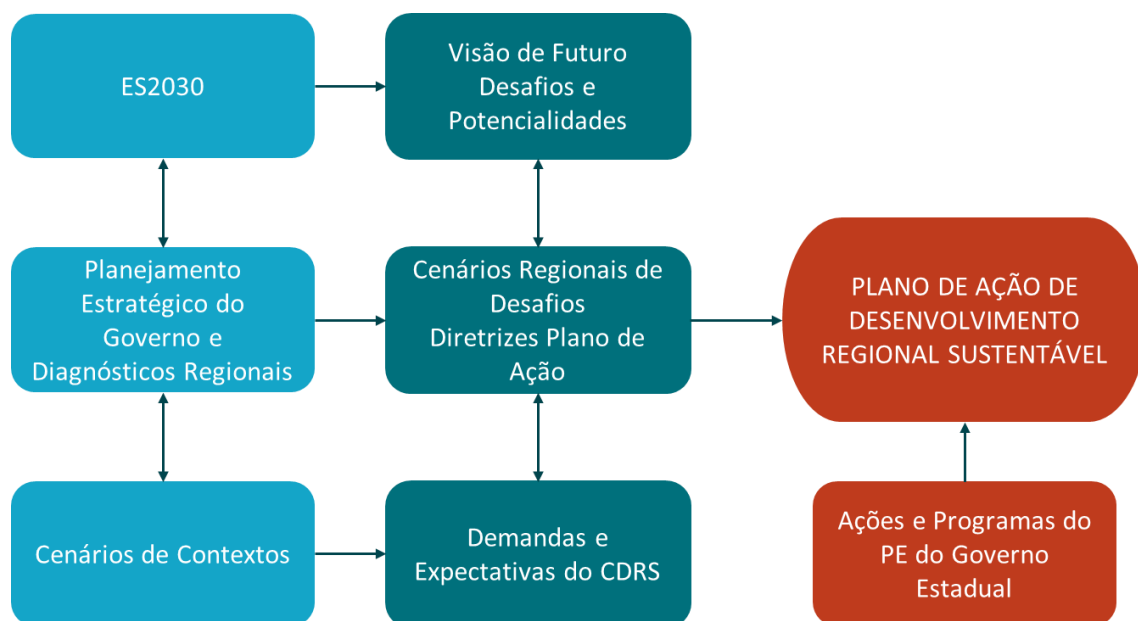
No decorrer de todo o processo de elaboração do Plano, foram organizadas 519 propostas necessárias em todo o Estado. A coordenação da pesquisa, então, criou um sistema de hierarquização das propostas, que será detalhado na subseção 3.5, levando em consideração os seguintes critérios: capacidade de transformação, capacidade de resposta, fonte de financiamento, governança e gestão. O objetivo foi fornecer subsídio para o estabelecimento de um plano assertivo, um mapa para o melhor e mais eficiente percurso rumo ao que se deseja para o futuro. Com as propostas hierarquizadas em mãos os Conselhos puderam eleger aquelas que são prioritárias.

Importante destacar que Planejamento Estratégico (PE) do Governo foi relevante em todo o processo de construção do Plano de Ação, por ser a ferramenta de governança corporativa que consegue dar visão sistêmica das ações prioritárias e estratégicas do Governo do Espírito Santo, com o monitoramento intensivo dessas ações. Tendo também o ES 2030 como referência, conta com uma série de ações e metas, principalmente no curto prazo, e define estrategicamente carteiras de projetos com maior ou menor prioridade para execução entre 2019-2022.

Todas essas etapas serão descritas com mais detalhes ao longo do texto. A Figura 3 demonstra o sequenciamento lógico – *workflow* – com as macro etapas trabalhadas até a elaboração do Plano de Ação.

³ Os Sumários Executivos dos Diagnósticos e as Diretrizes do Plano de Ação estão disponíveis em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/drs/produtos#microrregioes>>.

Figura 3 - Macro etapas do Modelo Metodológico de construção do Plano de Ação de Desenvolvimento Regional Sustentável.



Fonte: Elaborado por DRS, 2021.

3.1 Estruturação e implantação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável e das Câmaras Temáticas

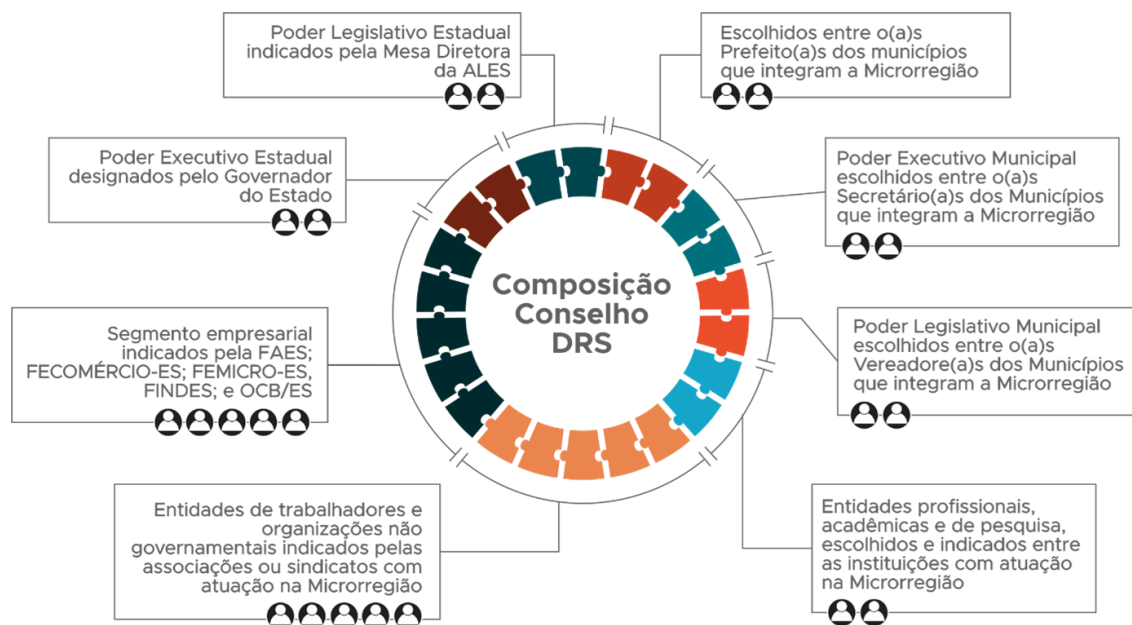
Considerados pilares do DRS, e instâncias regionalizadas de pactuação, a partir da Lei 9.768/2011, que dispõe sobre a definição das micro e macrorregiões no Estado, foram instalados nove Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRSs), como forma de buscar a perenidade da iniciativa e acompanhamento das ações por toda a sociedade capixaba. Com a criação dos Conselhos lançou-se o desafio de ampliar a participação social na proposição de políticas públicas.

Ressalta-se que antes da implantação dos Conselhos, com o objetivo de garantir representatividade em suas composições, a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES) realizou uma grande mobilização com lideranças e atores locais, em que mais de 1.400 entidades, entre públicas e privadas, foram contatadas para apresentação do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável.

Todos os CDRSs foram implantados entre os meses de maio e setembro de 2019, e são compostos por 22 representantes das esferas públicas e sociedade organizada, representados

pelos Poderes Executivos Estadual e Municipal, Poderes Legislativos Estadual e Municipal, setor produtivo, sociedade civil e instituições de ensino, com vistas a criação de um ambiente de pactuação e integração de interesses regionais (Figura 4). A composição de cada Conselho foi regulamentada pelo Decreto nº 4701-R, de 30 de julho de 2020.

Figura 4 - Composição do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável.



Fonte: Elaborado por DRS, 2020.

A coordenação dos Conselhos é realizada pelo Governador e pela SEP, já a assistência executiva fica sob responsabilidade da SECTIDES e a assistência técnica é prestada pelo IJSN.

Definidos como órgãos colegiados de natureza consultiva e de participação social os CDRSs possuem as seguintes finalidades⁴:

- I - identificar as demandas de interesse das microrregiões do Estado do Espírito Santo às quais estão vinculados;
- II - recomendar programas, projetos e ações prioritárias nos diversos níveis de governo, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento sustentável das microrregiões;
- III - sugerir medidas para aperfeiçoar a distribuição regional e setorial da aplicação dos recursos públicos nas microrregiões que tenham impacto sobre o desenvolvimento regional sustentável;
- IV - propor a criação de mecanismos de articulação entre os programas, projetos e os recursos públicos que tenham impacto sobre o desenvolvimento regional sustentável das microrregiões;
- V - contribuir com o monitoramento dos programas e projeto de interesse regional;

⁴ Conforme o Artigo 2º do Decreto nº 4701-R, de 30 de julho de 2020.

- VI - articular e estimular as lideranças políticas e sociais das microrregiões na construção e no acompanhamento de projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento regionalmente equilibrado e sustentável e;
- VII - articular ações que promovam a estruturação de projetos e empreendimentos privados e do terceiro setor que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável (ESPÍRITO SANTO, 2020a).

De maneira a oportunizar o melhor cumprimento de todas essas atribuições, após a sua implantação, cada Conselho definiu agendas prioritárias e constituiu suas Câmaras Temáticas (CTs) responsáveis por estudos de aprofundamento de entendimentos referentes a assuntos relevantes para a microrregião (ESPÍRITO SANTO, 2020b). No Quadro 7 estão listadas as CTs criadas em cada microrregião, de acordo com as definições de seus respectivos CDRSs.

Os nove CDRSs são compostos atualmente por 198 representantes das esferas públicas e sociedade organizada, formaram 23 Câmaras Temáticas, e entre 2019 e 2021 realizaram 70 reuniões.

As CTs reúnem representantes dos próprios Conselhos, e também representantes externos de entidades públicas e privadas, não havendo número estabelecido de participantes, e se configuram como fóruns de apoio para a discussão de temas prioritários, reivindicações, deliberações e apresentação de propostas para o desenvolvimento das microrregiões, sempre com foco nas matérias específicas da competência para a qual foram criadas.

Assim, foram formadas 23 CTs que trataram de diferentes temas, por um lado considerados mais amplos e transversais, como Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura/Logística e Meio Ambiente e Agricultura, e por outro, mais específicos, como Gestão de recursos hídricos, Segurança hídrica e manejo de solo e Recursos Pesqueiros.

Interessante observar a relevância dos temas propostos, tomados como fundamentais para o desenvolvimento e superação de desafios microrregionais. Exemplo disso são as CTs de Segurança hídrica criadas nas microrregiões Nordeste e Centro-Oeste, e a de Gestão de recursos hídricos na microrregião Noroeste, microrregiões que são fortemente impactadas por problemas relacionados à escassez hídrica, qualidade da água e processos de desertificação.

Outro apontamento, e tema em sete das 23 CTs, diz respeito à preocupação premente em relação às questões ligadas à Infraestrutura. É considerada nas CTs principalmente a infraestrutura econômica, que está relacionada ao setor produtivo e inclui os sistemas de transporte e vias para o escoamento da produção, além dos sistemas de comunicação, entendidos aqui como acessos físicos e virtuais. A baixa qualidade da infraestrutura logística e a

falta de diversificação e integração de modais foram apontadas, de maneira geral, como gargalos, e como grandes fragilidades nas microrregiões.

Quadro 7 - Definição das Câmaras Temáticas das Microrregiões.

Microrregião	Câmaras Temáticas
Central Sul	1- Infraestrutura/Logística 2 - Fortalecimento das Cadeias Produtivas 3 - Saúde
Litoral Sul	1 - Turismo 2 - Infraestrutura/Logística 3 - Recursos Pesqueiros
Caparaó	1 - Turismo 2 - Meio Ambiente e Agricultura
Sudoeste Serrana	1 - Turismo 2 - Empreendedorismo Rural
Central Serrana	1 - Segurança Hídrica 2 - Infraestrutura Rural
Centro-Oeste	1 - Infraestrutura logística e rural 2 - Segurança hídrica 3 - Desenvolvimento Econômico
Rio Doce	1 - Infraestrutura Rural e Urbana 2 - Segurança Pública 3 - Ampliação, Fortalecimento e Modernização Econômica Integrada
Nordeste	1 - Infraestrutura logística 2 - Fortalecimento dos arranjos produtivos 3 - Segurança hídrica e manejo de solo
Noroeste	1 - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura 2 - Gestão de recursos hídricos (produção, acumulação e uso)

Fonte: Elaborado por DRS, 2020.

Nesse sentido, como instâncias prévias às decisões dos Conselhos, as CTs contribuíram significativamente para a proposição de prioridades. É importante salientar, entretanto, que devido ao caráter heterogêneo das CTs, no sentido de serem compostas por membros com diferentes graus de entendimento sobre as temáticas, as contribuições durante todo o processo

foram assimétricas entre os grupos. Consequentemente algumas CTs tiveram participação mais efetiva que outras, o que refletiu na quantidade e na qualidade das propostas apresentadas, e também nos resultados da hierarquização.

Os Conselhos tiveram papel essencial na estruturação do Plano de Ação que se apresenta agora, auxiliando no levantamento de propostas e ações prioritárias para seu atendimento.

Passado esse primeiro processo de formulação do Plano de Ação, o CDRS de cada microrregião permanece estabelecido, mantendo seu caráter consultivo e de participação social, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento, a integração e a compatibilização das ações, estudos e projetos de interesse comum.

3.2 Votação dos desafios temáticos

Na primeira rodada de reuniões com os CDRSs, realizada entre os meses de julho e agosto de 2021, foram apresentados aos Conselheiros os desafios temáticos elaborados para cada microrregião. Os Conselheiros foram então convidados a votar por seis desafios que considerassem prioritários para o desenvolvimento da região, dentre os 23 desafios⁵ listados, sublinhando os principais temas a serem trabalhados como meios para se atingir o cenário otimista desenhado após a análise de contextos.

As reuniões aconteceram de maneira virtual, assim a votação dos desafios foi realizada através da plataforma *Google Forms*⁶ com a utilização de formulários contendo campos para identificação da Microrregião e do Município dos Conselheiros, a visão de futuro da microrregião e os desafios a serem escolhidos. Como já explicitado, os desafios se referem a temas ou temáticas estruturantes que estão contidas nos Eixos do Projeto. Os desafios priorizados em todas as microrregiões e separados por Eixo estão listados no Quadro 8.

Quadro 8 - Desafios mais votados por Eixo.

AMBIENTAL
Áreas naturais protegidas ampliadas e recuperadas.
Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo.

⁵ Como já destacado, as microrregiões localizadas no litoral apresentaram 24 desafios, sendo um específico relacionado ao Gerenciamento Costeiro.

⁶ Serviço gratuito para a criação de formulários online personalizados para pesquisas e questionários.

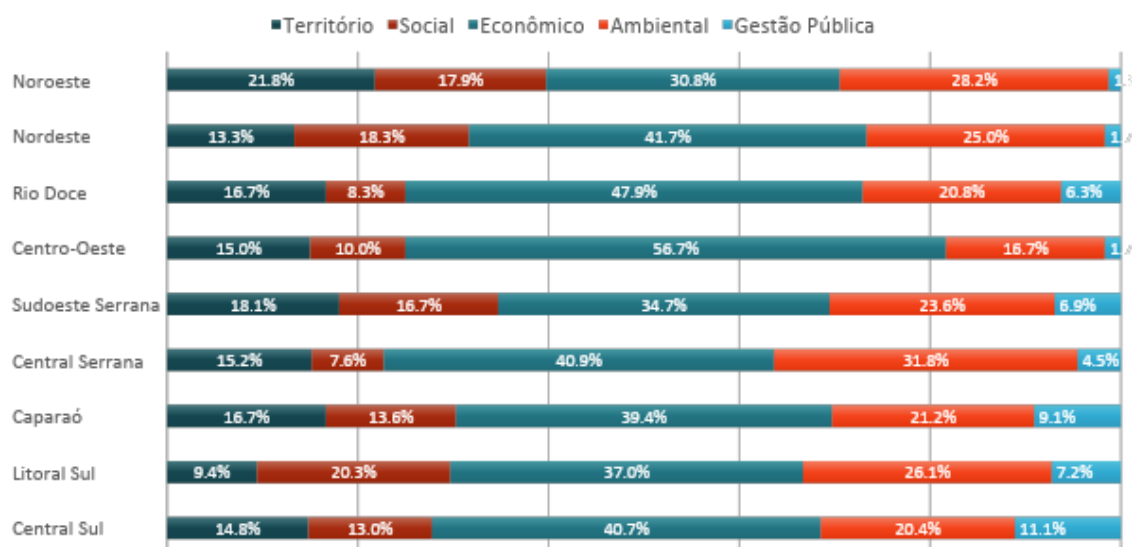
Condições de oferta hídrica em quantidade e qualidade recuperadas, e uso eficiente dos recursos hídricos em todos os setores.
Gestão e conservação dos recursos hídricos fortalecidas, com uso eficiente da água, reservação, e redução dos riscos associados a eventos críticos.
Gestão e uso eficiente dos recursos hídricos fortalecidos, com disponibilidade de água em quantidade e qualidade de maneira equitativa.
Orla costeira ordenada e ecossistemas marinhos e costeiros protegidos.
Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos.
ECONÔMICO
Agregação de valor à agroindústria e fomento à agricultura familiar.
Valorização da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável da agroindústria.
Agropecuária moderna sustentável e agricultura familiar.
Recuperação e fortalecimento da agricultura orgânica e pecuária.
Agricultura sustentável (cadeias de cafés especiais e de uvas).
Cadeia de cafés especiais e economia verde.
Economia verde e cafés especiais.
Agroturismo, turismo rural, ecoturismo.
Capacitação dos serviços e infraestrutura turística.
Fortalecer o turismo regional, especialmente o turismo rural e ecoturismo.
Fortalecimento do turismo característico da microrregião.
Potencial turístico aproveitado e diversificado (polo turístico).
Capacidade de geração de empregos em setores estratégicos.
Dinamizar e integrar a infraestrutura econômica.
Estrutura econômica diversificada e integrada às potencialidades locais.
Geração de emprego e renda
Inovações e pesquisas relacionados a mudanças climáticas, indústria 4.0, inteligência artificial.
Ter na ciência, tecnologia e inovação a base do desenvolvimento local.
Valorização da economia criativa, solidária e dos movimentos coletivos locais.

TERRITÓRIO
Melhoria da infraestrutura de transporte e mobilidade.
Integração rodoviária e ferroviária que possibilite a estruturação de uma rede de cidades compactas na região.
Ampliação da infraestrutura logística associada.
Economias da inovação e da energia (biocombustível e formas alternativas de energia elétrica).
Universalização do acesso aos serviços públicos de comunicação com qualidade, incluindo telefonia e internet.
SOCIAL
Acesso ao sistema de saúde facilitado a todos e melhoria nas articulações regionais de planejamento saúde.
Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada.
Educação básica universalizada e fortalecimento cultural local e desenvolvimento sustentável.
Educação básica universalizada e promoção das escolas rurais.
Educação básica universalizada.
Valorização das identidades culturais locais.
GESTÃO PÚBLICA
Governança regional participativa e fortalecimento institucional/normativo.
Planejamento e governança horizontal do território integrado.

Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Os desafios relacionados aos Eixos Econômico e Ambiental tiveram a maior proporção de votos, respectivamente, em todas as microrregiões (Figura 5), evidenciando a percepção dos Conselheiros de que os caminhos a se percorrer para atingir o cenário mais favorável passam, sumariamente, pelas questões ambientais, no que tange especialmente a exploração sustentável dos recursos naturais, e pela diversificação econômica, com desenvolvimento de potencialidades locais relacionadas principalmente à agricultura e ao turismo.

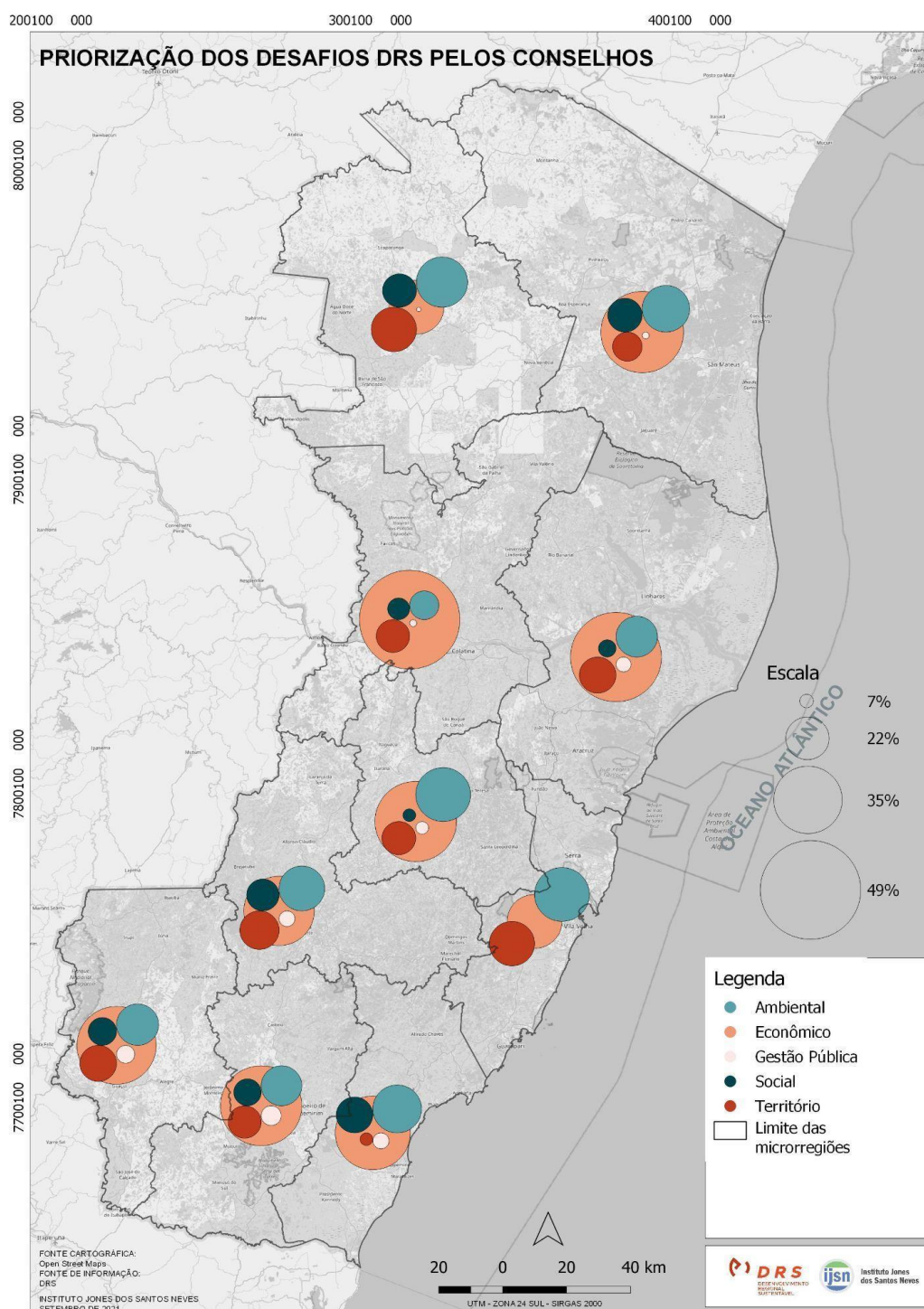
Figura 5 - Priorização dos desafios das Microrregiões por Eixo.



Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

A Figura 6 evidencia as diferenças nos resultados das microrregiões, dos pontos de vista inter e intra-regional. A maior relevância para os desafios do Eixo Econômico foi observada na microrregião Centro-Oeste, e para o Eixo Ambiental na Sudoeste Serrana. Interessante examinar a microrregião Noroeste, em que os resultados se apresentaram mais homogêneos, com diferença pouco significativa entre os desafios Econômicos e Ambientais, e o Eixo Território com o maior percentual entre as microrregiões. Para a representação da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foram utilizadas as ações priorizadas no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), distribuídas nos Eixos Econômico, Ambiental e Território.

Figura 6 - Representação da priorização dos desafios das Microrregiões por Eixo.

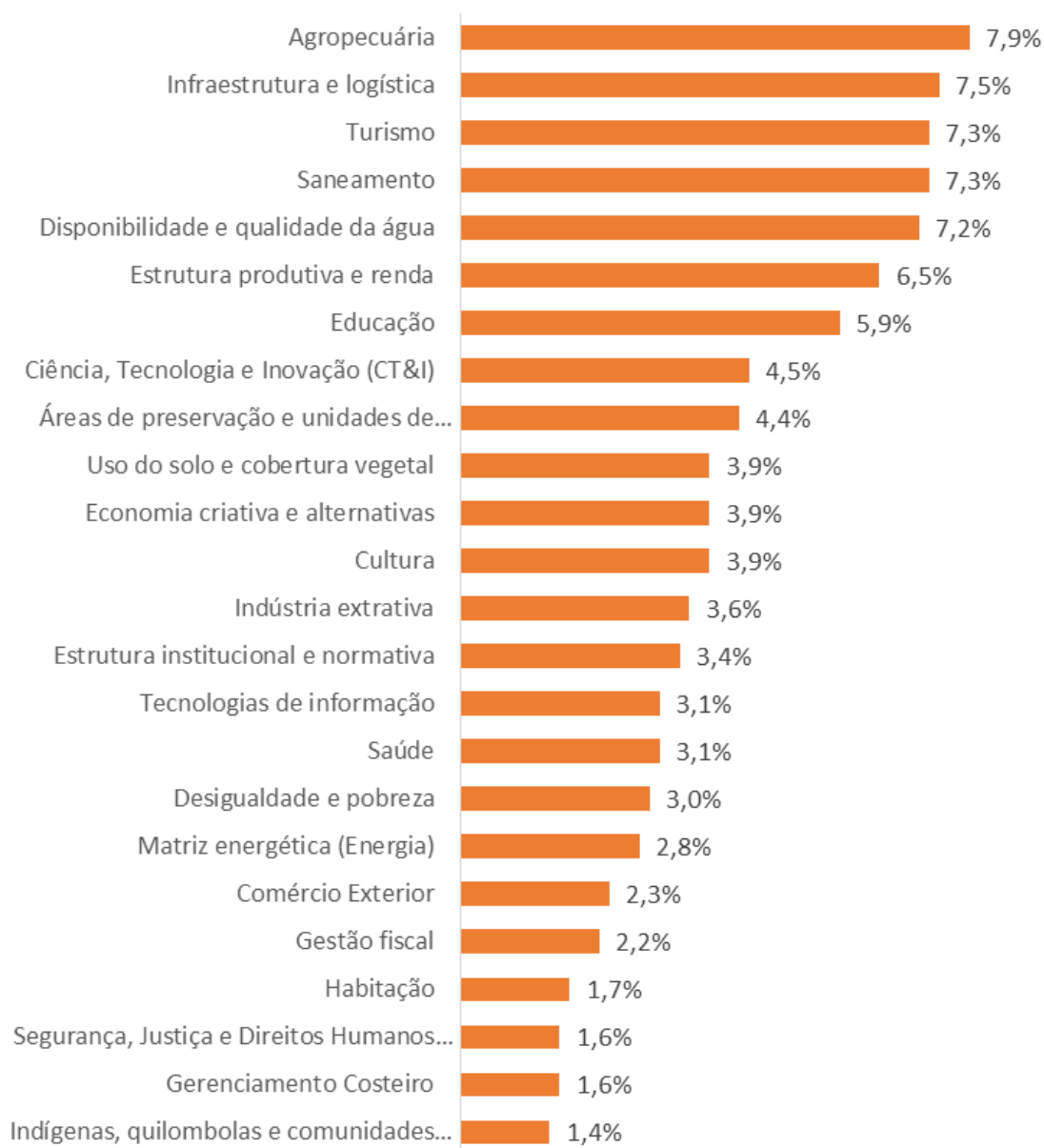


Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Além disso, se forem analisados os temas estruturantes relacionados aos Eixos, os maiores quantitativos de desafios votados estão vinculados à Agropecuária; Infraestrutura e Logística; Turismo; Saneamento e Disponibilidade e Qualidade da Água (Figura 7), estes podem ser considerados fatores-chave, como já evidenciado, e devem ser entendidos como elementos que

podem determinar as chances de sucesso no enfrentamento dos desafios, e por essa razão merecem atenção especial.

Figura 7 - Proporção dos temas estruturantes do Projeto que apresentaram maior quantidade de desafios votados.



Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Esses resultados refinam o entendimento e reforçam a visão dos participantes de que os principais desafios para o desenvolvimento estão relacionados ao fortalecimento da agricultura familiar e pecuária; modernização da infraestrutura rodoviária, portuária e ferroviária; promoção da

segurança hídrica com utilização responsável dos recursos hídricos e atenção especial ao saneamento; e estruturação do desenvolvimento turístico.

3.3 Captação das propostas

Entre 2020 e 2021, as diferentes fontes⁷ trouxeram ao Plano um total de 519 propostas, listadas no Apêndice B, diversificadas em termos de complexidade técnica, de conteúdo e que variaram em quantidade, fato que ocorreu por fatores múltiplos como a heterogeneidade das CTs, organização dos diagnósticos por diferentes instituições ou mesmo a partir da maior ou menor participação dos atores do território no período no qual a website do DRS⁸ esteve disponível para sugestão de ações.

Em relação a origem das propostas, 271 são encaminhamentos das CTs, 241 foram extraídas dos diagnósticos regionais e sete são originárias do website do DRS. Como etapa do modelo metodológico, todas as propostas foram associadas aos Eixos do Projeto pela equipe de pesquisadores do IJSN, de acordo com as temáticas abordadas. Assim, a distribuição das propostas por Eixos também é observada, de modo que o Econômico possui 183 propostas, o Território 134, o Ambiental 114, o Social 63, e o Gestão Pública 25.

No Eixo Econômico, as propostas com foco no desenvolvimento do turismo se destacam, assim como, as ligadas ao fortalecimento e diversificação de cadeias produtivas, e ao desenvolvimento do ambiente de negócios com incorporação de tecnologias e inovação.

Já no Eixo Território, as propostas são referentes, sobretudo, ao melhoramento da infraestrutura de logística e mobilidade, com propostas que buscam reabilitação de vias, pavimentação de estradas vicinais, duplicação de rodovias, e articulação e diversificação modal. Além disso, as propostas deste Eixo estão ligadas também à melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, e à diversificação da matriz energética.

As propostas apresentadas para o Eixo Ambiental versam principalmente sobre questões relacionadas aos recursos hídricos com foco na disponibilidade e qualidade da água, e saneamento, além de proposições ligadas à recuperação da cobertura vegetal nativa, áreas de preservação e manejo do solo.

⁷ Fontes de propostas: Diagnósticos, Câmaras Temáticas e website do DRS.

⁸ O website do DRS ficou disponível para o envio de propostas pelos atores do território entre agosto e setembro de 2021. Podendo ser acessado através do endereço: <<http://www.ijsn.es.gov.br/drs/propostas>>.

As propostas do Eixo Social apontam para a universalização da educação, para promoção da saúde e fortalecimento da segurança. E por fim, no Eixo Gestão Pública a maioria das propostas se refere à estrutura institucional e normativa.

3.4 Construção das Macrodemandas

Todas as propostas captadas foram organizadas em macrodemandas, que expressam as agendas mais amplas do estado e podem subsidiar ou ajustar ações já existentes, sejam políticas públicas ou atividades da sociedade civil. As macrodemandas são entendidas aqui, como programas que conectam propostas e pretendem resolver questões macro em comum. Essa etapa objetivou sintetizar a diversidade e a quantidade de propostas, além de sua integração para toda a extensão territorial do estado e levou em consideração especificidades regionais, abrangência territorial e temporal, dentre outros fatores.

Nessa etapa, as propostas receberam códigos de identificação de acordo com a microrregião de origem, simultaneamente foram atribuídos às propostas possíveis Agentes Promotores, definidos como responsáveis diretos ou indiretos pela execução das ações. Todo o trabalho culminou com a definição de 16 macrodemandas, cada qual pertencente a um dos Eixos específicos do Projeto, mas com visíveis e inerentes correlações entre as mesmas.

As macrodemandas são interdependentes, e do ponto de vista temático uma mesma macro, embora alocada em um Eixo específico, intersecciona outros Eixos e temáticas, e corrobora a complexidade intrínseca ao fenômeno do desenvolvimento regional sustentável. É o caso, por exemplo, da macrodemanda “Universalização do acesso aos serviços de saneamento básico” contida no Eixo Ambiental, mas que pode abarcar propostas que estabelecem ligações entre desenvolvimento econômico, infraestrutura, condições sociais e gestão.

As macrodemandas que sistematizam/interseccionam as propostas do ponto de vista global (estadual) estão apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Macrodemandas do DRS por Eixo.

ECONÔMICO
Desenvolvimento do turismo
Diversificação, adensamento e incorporação de tecnologias e inovações nas cadeias produtivas
Intensificação de programas de capacitação e qualificação para trabalho e empreendedorismo
Fortalecimento da cadeia produtiva de cafés especiais
Diversificação, incentivo e acesso ao crédito voltado à produção pesqueira
Melhoria do ambiente de negócios e desenvolvimento do ecossistema de inovação
Fomento à Economia Criativa
AMBIENTAL
Ampliação da Produção de Água e Floresta
Universalização do acesso aos serviços de saneamento básico
Reservação Hídrica
TERRITÓRIO
Desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação
Melhoria da Infraestrutura de Logística e Mobilidade
Fomento e incentivo à Transição energética
Acesso à Habitação e à Regularização Fundiária
GESTÃO PÚBLICA
Integração das ações interinstitucionais para o desenvolvimento regional
SOCIAL
Articulação dos meios de implementação das áreas estratégicas: Saúde, Educação, Segurança e Direitos Humanos

Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

3.4.1 Macrodemandas x ODS

Com o objetivo de alinhamento à discussão mundial em torno da sustentabilidade baseada na diminuição das desigualdades, o DRS respeita os esforços da Organização das Nações Unidas (ONU).

Como um plano de ação universal, resultado de um processo participativo global, coordenado pela ONU, e que envolveu governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tem como objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas.

Para tanto, a Agenda 2030 indicou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁹ e 169 metas de ação global que devem ser alcançadas até 2030. Os ODSs foram constituídos de forma integrada e inter-relacionada, e mesclam, de maneira equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a social, a econômica, a ambiental e ainda agrega uma quarta dimensão, a institucional.

Esses objetivos em conjunto constituem um esforço global para erradicar a pobreza, assegurar os direitos humanos, diminuir as desigualdades, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Dessa forma, buscam um ponto de equilíbrio entre o crescimento econômico, a utilização dos recursos naturais e a equidade social, o que representa o grande desafio da atualidade.

Apesar de sua natureza global e de serem universalmente aplicáveis, é importante que os ODSs sejam integrados a planos de ação setoriais ou a estratégias mais abrangentes. Para esse fim os objetivos e metas devem também ser traduzidos para as realidades regionais e locais, o que é considerado uma dificuldade, sendo necessário assim um esforço de diálogo entre poder público e organizações da sociedade civil. Além disso, o alcance das metas requer articulação entre diferentes entes governamentais, atores-chave neste processo, e também associação entre diferentes políticas públicas. Assim, uma das formas de buscar efetivamente a operacionalização do Desenvolvimento Regional Sustentável no Espírito Santo, é vinculá-lo à Agenda 2030 e aos seus ODSs.

Nesse sentido, e considerando as interconexões e o caráter integrador do desenvolvimento sustentável, as macrodemandas descritas anteriormente, e que expressam as agendas mais amplas do Estado, foram correlacionadas aos ODSs (

⁹ Informações detalhadas sobre os 17 ODSs, suas metas e indicadores estão disponíveis em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>.

Figura 8).

Figura 8 - Conjunto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável associados às macrodemandas por Eixos do Projeto.





AMBIENTAL

Ampliação da Produção de Água e Floresta



Universalização do acesso aos serviços de saneamento básico



Reservação Hídrica



GESTÃO PÚBLICA

Integração das ações interinstitucionais para o desenvolvimento regional



TERRITÓRIO

Desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação



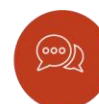
Melhoria da Infraestrutura de Logística e Mobilidade



Fomento e incentivo à Transição energética



Acesso à Habitação e à Regularização Fundiária



SOCIAL

Articulação dos meios de implementação das áreas estratégicas: Saúde, Educação, Segurança e Direitos Humanos



Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

3.5 Sistematização/Hierarquização das propostas

Após a compilação das 519 propostas encaminhadas pelos CDRSs, aquelas extraídas dos diagnósticos, e as encaminhadas via website do DRS, foi realizado o processo de hierarquização. Seu objetivo foi selecionar as propostas mais assertivas em termos de geração de efeitos coadunados ao desenvolvimento sustentável, compondo um plano de voo, uma carta de navegação para os próximos anos.

A hierarquização tomou como referência o método denominado de *Analytic Hierarchy Process* (AHP)¹⁰, atribuindo a escala numérica de 0 a 10 às propostas indicadas, e pesos diferenciados para os critérios de avaliação definidos (SAATY, 1991; SAATY e VARGAS, 2012).

Os critérios de avaliação e hierarquização e seus respectivos pesos foram definidos pela equipe técnica do IJSN, baseando-se na experiência de elaboração do PDUI/RMGV. As referidas notas foram dadas a partir da avaliação das potenciais contribuições, respostas e disponibilidade para cada um dos critérios estabelecidos. Para tanto foram adotados os seguintes critérios:

- a. Capacidade de transformação (peso atribuído = 40): Refere-se ao grau de contribuição da proposta para a obtenção dos resultados esperados (cenário otimista), para a geração de sinergia de efeitos multiplicadores e de transbordamentos, e para a melhoria da organização da sociedade local.
- b. Capacidade de resposta (peso atribuído = 25): Relação da proposta com os diagnósticos elaborados pelo Convênio de Cooperação Técnica 001/2020.
- c. Fontes de financiamento (peso atribuído = 20): Refere-se à possibilidade de obtenção, diversificação e oferta de fontes de financiamento.
- d. Governança e gestão (peso atribuído = 15): Refere-se à qualificação das entidades responsáveis, ao histórico de êxito e eficiência, à robustez da governança e da gestão na implantação e na operação das ações.

Na hierarquização, a atribuição das notas seguiu comparações recíprocas (*pairwise comparison*), ou seja, os critérios são comparados com seus respectivos pares por meio de escala numérica de preferência, no caso do DRS, a escala utilizada foi [1; 4; 7; 10], caracterizada por:

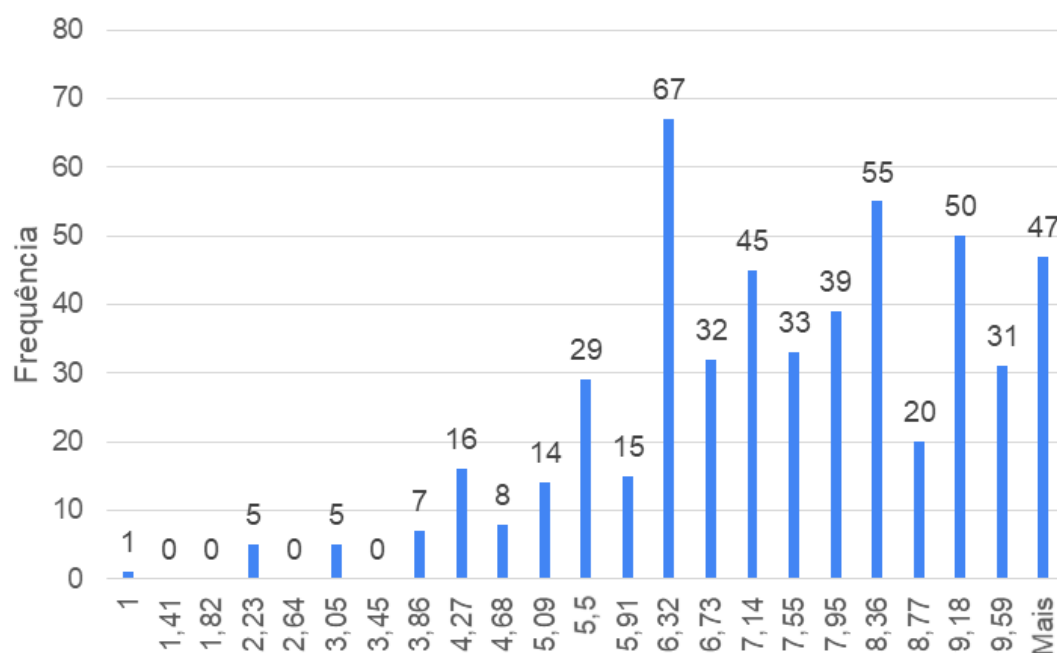
- 1) POUCA** importância, relação, contribuição, probabilidade ou influência;
- 4) MODERADA** importância, relação, contribuição, probabilidade ou influência;
- 7) ALTA** importância, relação, contribuição, probabilidade ou influência;
- 10) ALTÍSSIMA** importância, relação, contribuição, probabilidade ou influência.

Cada uma das propostas, avaliadas por especialistas e técnicos do IJSN e equipe de pesquisadores do DRS, teve como resultado uma nota que variou entre 0 a 10, conforme

¹⁰ Método de avaliação e hierarquização desenvolvido na década de 70 na Universidade de Pittsburgh pelo pesquisador Thomas Saaty, sendo depois revisto e robustecido, produz escalas de prioridades, a partir de comparações entre alternativas e julgamentos de “expertise técnica”. O fundamento do método de análise hierárquica, o AHP (*Analytic Hierarchy Process*), constitui-se de decomposição e síntese das relações entre os critérios até que se chegue a uma priorização dos seus indicadores, aproximando-se de uma melhor resposta de medição única de desempenho (Saaty, 1991). Em linhas gerais, o método se divide em duas etapas: a estruturação hierárquica do problema de decisão (estruturação dos critérios, seguindo níveis hierárquicos e definição das prioridades, definidas a partir de comparações par-a-par dos elementos, à luz de determinado critério); e a modelagem do método em si.

importância e ponderação pelos respectivos pesos. O grande contingente de propostas é composto por diferentes graus técnicos e apresentou distribuição de notas, cuja média foi de 7,25 e mediana de 7,15, conforme o histograma a seguir (Figura 9).

Figura 9 - Distribuição das notas das 519 propostas após a hierarquização.



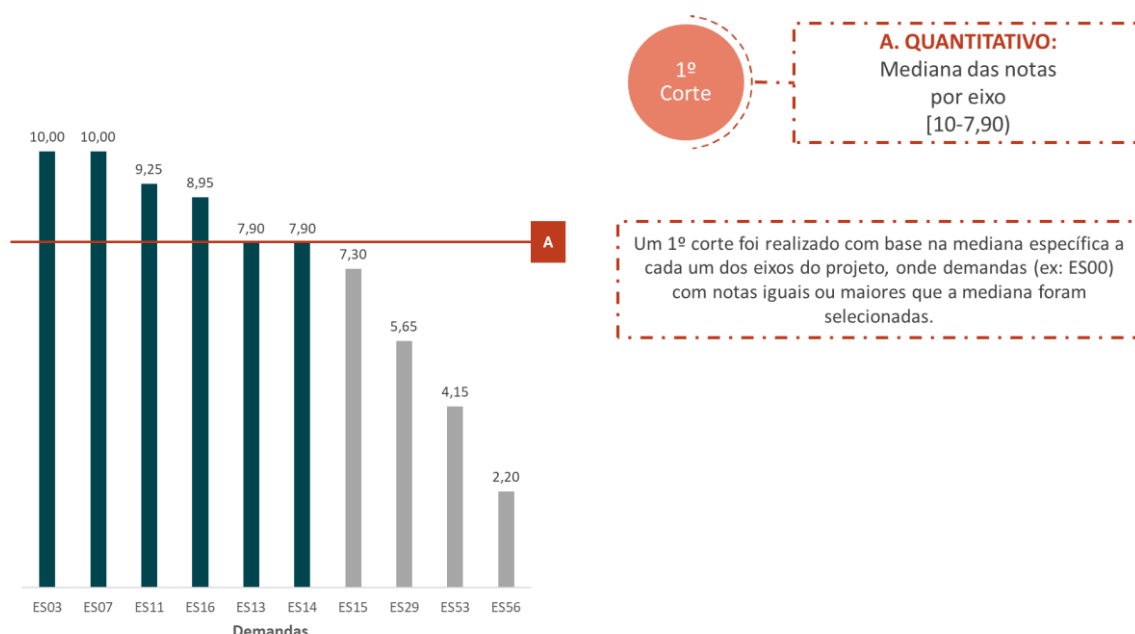
Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Foi aplicado método de corte, tendo em vista a heterogeneidade das notas resultantes e na intenção de qualificar o recorte de propostas priorizadas, visando principalmente sublinhar dentre o grupo total das propostas aquelas: que pudessem gerar maiores transformações nas realidades microrregionais e transbordamentos; que tivessem maior capacidade de resposta aos desafios diagnosticados e votados pelos CDRSs; que otimizassem orçamentos públicos e privados disponíveis; e que fossem mais viáveis do ponto de vista das capacidades fiscal e de governança das instituições responsáveis.

Na etapa de cortes foram utilizados dois métodos de corte quantitativos e um qualitativo:

- A) Primeiro corte quantitativo: Foi realizado com base na mediana específica a cada um dos Eixos do projeto. Dessa forma, as propostas com notas iguais ou maiores que as medianas foram selecionadas, como exemplificado na Figura 10.

Figura 10 - Exemplificação do primeiro corte quantitativo das propostas.



Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Em mais detalhes, quando o grupo de propostas foi ímpar, a mediana separou exatamente a metade inferior da metade superior. Portanto, nesses casos, selecionou-se a metade com valores maiores que a mediana. No caso de grupos pares ou nos quais a estatística de moda coincide com a mediana, a mediana pode não exatamente sugerir a separação exata entre as duas metades, pois o valor da tendência central está concentrado em duas ou mais propostas. No exemplo acima a mediana é 7,90, e conforme método realizado, as propostas selecionadas vão da nota 10,00 a 7,90, com isso as propostas hipotéticas no exemplo seriam ES03 à ES14.

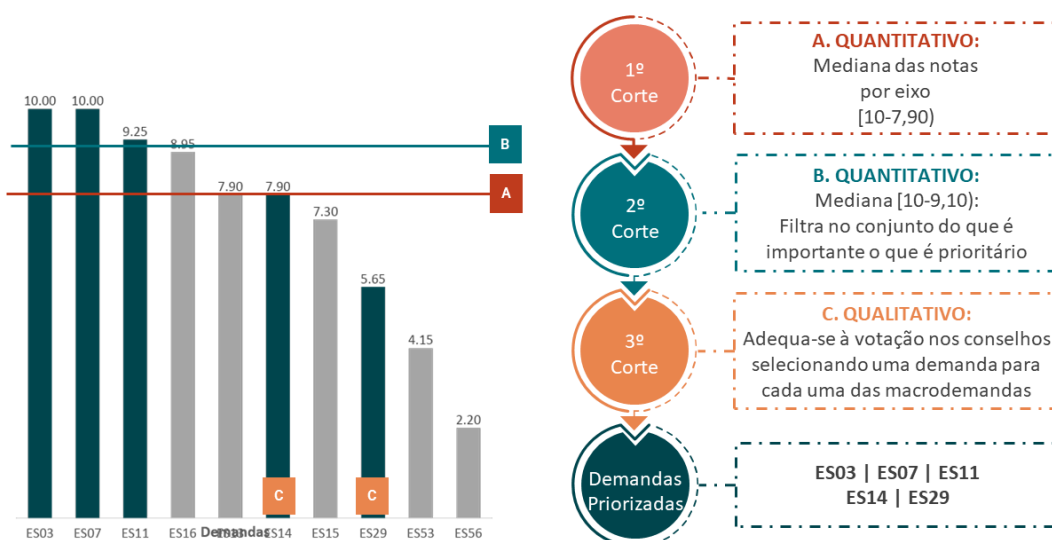
- B) Segundo corte quantitativo: realizado no intuito de privilegiar propostas dentro de um contexto pré-selecionado já relevante, segue método idêntico ao descrito em A, com a especificidade de que as propostas selecionadas apresentaram necessariamente notas superiores às do grupo anterior de propostas. Como exemplificado na Figura 7 a

mediana do corte superior tem como resultado 9,10, resultado da média entre as propostas ES11 e ES16. No exemplo, as propostas que geram as ações do Plano de Ação, prioritariamente, correspondem à ES03, ES07 e ES11.

C) Corte qualitativo: Após a seleção descrita em A e B, propostas foram selecionadas no intuito de integrar as macrodemandas do projeto prioritárias às microrregiões, mas a princípio ausentes após o segundo corte de hierarquização (

D) Figura 11).

Figura 11 - Exemplificação do método de corte da hierarquização das propostas.



Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

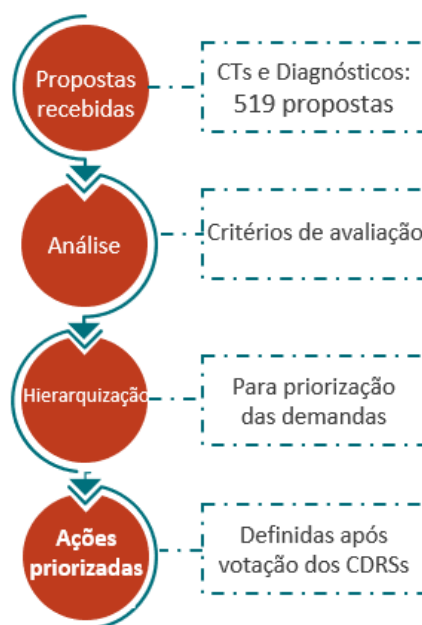
Ressalta-se que todo o trabalho de sistematização foi realizado internamente no IJSN em comunicação com as secretarias de Estado, órgãos parceiros e CDRSs, no intuito de mitigar assimetrias de informações, evitando que propostas com projetos já finalizados ou encaminhados pela atual gestão governamental não fossem tomadas como problemas.

Juntamente à etapa de alinhamentos internos, a etapa de consolidação buscou aparar quaisquer eventuais arestas do ponto de vista informacional. Importante destacar que todas as propostas levadas à votação passaram por um refinamento de escrita para dar maior clareza e precisão aos textos, haja vista a diversidade em termos de complexidade técnica e de conteúdo já citadas. Coube nessa etapa contatar os responsáveis que as encaminharam para que dúvidas fossem esclarecidas. Sob a perspectiva do planejamento, a consolidação buscou entender em que

medida os projetos em curso no Estado e órgãos parceiros são remetidos às propostas encaminhadas.

A Figura 12 resume o fluxo de todo o processo de hierarquização, que resultou nas 166 propostas hierarquizadas e que foram levadas para votação nos CDRSs, etapa que será detalhada a seguir.

Figura 12 - Esquema geral das etapas de hierarquização das propostas.

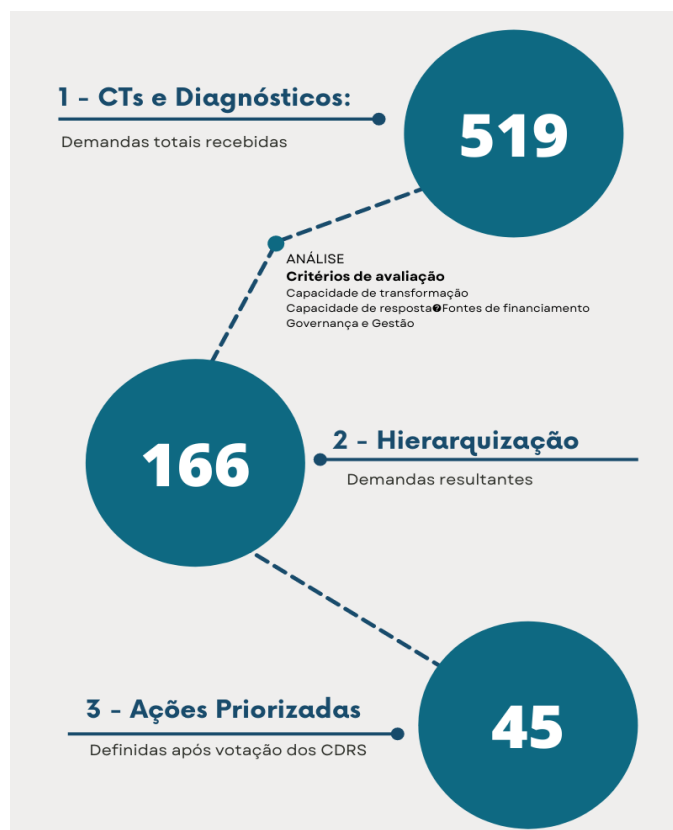


Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

3.5.1 Votação das propostas hierarquizadas

As propostas hierarquizadas, sendo consideradas prioritárias ou elegíveis em cada microrregião, foram apresentadas aos CDRSs na terceira rodada de reuniões, etapa que ocorreu em dezembro de 2021, e objetivou, via votação, selecionar dentre o grupo ranqueado, uma ação para cada um dos eixos do projeto, totalizando cinco ações por microrregião e 45 ações para o estado, votadas das 166 hierarquizadas que foram ranqueadas a partir dos 519 totais (Figura 13).

Figura 13 - Quantidade de propostas totais, hierarquizadas e priorizadas após votação dos CDRSs.



Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Durante as reuniões a equipe do IJSN apresentou sinteticamente as etapas descritas anteriormente e orientou os Conselheiros para a votação das propostas melhor hierarquizadas e que passaram na metodologia de cortes. Assim como para a escolha dos desafios, as votações foram realizadas através da plataforma *Google Forms* com a utilização de formulários contendo:

- i) campos para identificação dos Conselheiros, conforme o art 3º do Decreto nº 4701-R, de 30 de julho de 2020;
- ii) o regimento (Art. 8º, I, do Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável - CDRS, Portaria Nº 040-R, de 20 de outubro de 2020) pelo qual estão habilitados a votar somente os Conselheiros;
- iii) as orientações gerais para a votação; e
- iv) propostas hierarquizadas organizadas por Eixo.

Dessa forma, conforme deliberado pelos votos dos conselheiros, 5 propostas foram priorizadas para cada microrregião partícipe do DRS, totalizando 45 para o estado.

Salienta-se que, para os casos nos quais obteve-se empate em número de votos, foram aplicados critérios de desempate discutidos previamente pela equipe de pesquisa e esclarecidos nas reuniões com os CDRSs.

Como primeiro critério de desempate, utilizou-se o resultado da votação dos desafios temáticos prioritários realizada na segunda rodada de reuniões de elaboração do Plano de Ação. Em segundo lugar, a nota de transformação da ação, dada durante as etapas de avaliação e priorização das propostas. Por fim, quando e se necessário, realizou-se o desempate pela origem da proposta, tendo maior peso as provenientes das CTs, website do DRS e diagnósticos, em ordem decrescente de relevância.

3.6 Alinhamento com Agentes Promotores do Governo

Concluídas as etapas de hierarquização e priorização, as propostas passaram por um processo de validação e revisão para estabelecimento de agentes executores, metas e prazos. Para tanto, foram realizadas duas etapas de reuniões entre 2021 e 2022, com a finalidade de buscar a consonância nos planos e projetos interinstitucionais, em especial os do Planejamento Estratégico de Governo, a cargo da SEP. As reuniões foram híbridas, acontecendo presencial ou remotamente de acordo com as orientações sanitárias vigentes no momento de sua realização, em decorrência da pandemia.

Na primeira rodada, foram realizadas 12 reuniões entre os meses de outubro e novembro de 2021. Utilizou-se como estratégia metodológica, a avaliação, pelos possíveis Agentes Promotores, de suas prováveis atribuições ou contribuições, frente às 166 propostas hierarquizadas pelo método de corte da pesquisa (quantitativo e qualitativo), realizado na fase anterior.

A segunda rodada de reuniões foi realizada ao longo do mês de janeiro de 2022, após a votação das cinco ações prioritárias no CDRS de cada microrregião (Quadro 10). Essa etapa foi composta por 14 reuniões virtuais, em que os Agentes Promotores avaliaram sugestões e atribuíram metas para o total das 45 ações votadas em dezembro de 2021.

Para tanto, o conjunto de ações a cargo de cada Agente foi destacado e enviado previamente para a obtenção do melhor resultado da descrição final no Plano de Ação, o que permitiu ajustar

o rol de Agentes Promotores e ampliar o conhecimento do DRS em relação aos novos parceiros de Governo, tendo em vista o papel basilar da integração de esforços para a convergência e sinergia das ações propostas.

Quadro 10 - Agentes Promotores do Governo da primeira e segunda rodadas de revisão.

REVISÃO COM AGENTES PROMOTORES	
1ª RODADA DE REUNIÕES: ETAPA HIERARQUIZAÇÃO	SEAMA, SECULT, ADERES, SETUR, DER, SEDH, SETADES, SEAG, FAPES, SECTIDES, INCAPER, SEP
2ª RODADA DE REUNIÕES: ETAPA PRIORIZAÇÃO	SEP, SECTIDES, SEAG, SEAMA, SETUR, DER, ADERES, SEDU, FAPES, SECULT, AGERH, SEDURB, IEMA, INCAPER

Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Além da confirmação dos responsáveis, foi possível ampliar a precisão a respeito de projetos em andamento e/ou planejamento e realizar ajustes na redação de determinadas ações. O resultado foi uma maior aderência entre o conjunto de ações iniciais e as iniciativas existentes nas diversas áreas do Governo.

4. Resultados

Os resultados aqui apresentados, para além de sua importância participativa na elaboração de políticas públicas e setoriais de cunho regional, evidenciam a percepção dos partícipes sobre o que desejam como soluções para problemas regionais, e principalmente sobre o que consideram prioridades. De maneira geral, os resultados se mostram ainda em sintonia com a gama de proposições apresentadas pelas CTs, além de estarem em consonância com os desafios mais votados, discutidos na subseção 3.2.

Uma obviedade, mas que precisa ser explicitada, é que esses resultados e constatações são consequências da forma de elaboração deste Plano de Ação, que foi produzido através de uma metodologia que delimitou duas linhas de ação - que formam uma rede e se interconectam - constituídas pela:

- Governança e pactuação política e social representadas pelos CDRSs e o Governo do Estado; e

- Produção e sistematização de conhecimento técnico por meio de Projeto de Pesquisa envolvendo instituições de ensino superior.

Dessa forma, é evidente que a aplicação de outra metodologia para executar a construção do Plano poderia demonstrar resultados diferentes.

4.1 Propostas Hierarquizadas

Após os processos de avaliação e hierarquização descritos, os Eixos Econômico, Território e Ambiental tiveram, respectivamente 56, 46 e 39 propostas ranqueadas, resultados que acabam refletindo a quantidade de propostas sistematizadas em cada eixo, que seguiu essa mesma ordem como mostrado na subseção 3.3.

Em relação aos temas estruturantes, a maioria das propostas estava relacionada à estrutura produtiva e renda, turismo, infraestrutura e logística, tecnologia da informação, disponibilidade e qualidade da água, educação, e estrutura institucional e normativa. O Quadro 11 lista a distribuição das 166 propostas ranqueadas por Eixos do Projeto, e que foram levadas para votação. As nove primeiras linhas de cada Eixo representam as propostas que foram priorizadas pelos CDRSs, e o código atribuído a cada proposta identifica as microrregiões: CA - Caparaó, SE - Central Serrana, CS - Central Sul, CO - Centro-Oeste, LS - Litoral Sul, NE - Nordeste, NO - Noroeste, RD - Rio Doce e SS - Sudoeste Serrana.

Quadro 11 - As 166 propostas ranqueadas, com destaque para as nove priorizadas em cada Eixo.

EIXO ECONÔMICO	
PROPOSTA	CÓDIGO
Elaborar um programa de marketing para a rota dos cafés de qualidade do Caparaó (Rota do Café)	CA37
Elaborar plano municipal de turismo e marketing para os municípios e criação de roteiros integrados na microrregião	SE17
Ampliar programas e vagas em oficinas voltadas ao empreendedorismo e à inovação	CS25
Desenvolver o turismo característico da microrregião (agroturismo e turismo de aventura)	CO60

Fomentar o empreendedorismo nos municípios, assessorar homens do campo quanto aos avanços tecnológicos e capacitar moradores rurais para ações de caráter associativista e cooperativista	LS28
Articular a exploração das reservas de sal gema	NE36
Criar programas para o desenvolvimento de tecnologias de reprodução animal e tecnologias agrícolas	NO59
Desenvolver o turismo característico da microrregião (negócios; religioso; ecoturismo)	RD43
Capacitar empresários e trabalhadores das cadeias das Atividades Características do Turismo (ACTs)	SS20
Capacitar empreendedores e ocupados nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	LS16
Agregar valor à produção artesanal e articular a produção local a mercados externos	LS07
Apresentar e atualizar o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura Sustentável do Espírito Santo (Pedepas) 2013 - 2015	LS08
Realizar Estatística da Pesca	LS06
Investir na formação e na capacitação da mão de obra local (níveis técnico e superior)	LS27
Revitalizar a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que interliga rotas turísticas e ativos culturais microrregionais	LS44
Melhorar o ambiente de negócios para atração de novos investimentos vinculados às potencialidades locais	LS38
Revitalizar a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que interliga rotas turísticas e ativos culturais microrregionais	CS64
Ampliar os mecanismos de comercialização da produção da região	CS01
Ampliar programas e vagas em oficinas voltadas ao empreendedorismo e à inovação, focalizados nas mulheres	CS27
Ampliar vagas ofertadas em cursos para capacitação e qualificação profissional	CS26
Fomentar ações de desburocratização e apoio à inovação	CS54
Implementar o Circuito Sete Cumes	CA60

Implantar o Centro de Comercialização dos Agricultores Familiares e Centro de Atendimento aos turistas (CAT) - Muniz Freire	CA28
Aumentar o quadro de pessoal do INCAPER para atender as demandas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na região	CA47
Estabelecer programas para a ampliação da base tecnológica da Agroecologia na região	CA50
Fomentar as cadeias de comercialização e produção da agricultura orgânica e da agroecologia.	CA04
Oferecer os cursos voltados para inovação e economia criativa: programação, jogos digitais, design, multimídia, música, audiovisual, gastronomia etc.	CA26
Criar uma política estadual continuada de Compra Direta de Alimentos (CDA) para fortalecer a comercialização	CA46
Criar Roteiros Integrados de Turismo	SS19
Fortalecer a Agroecologia e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	SS13
Criar Programas de compra direta de alimentos (CDA), fortalecendo as cadeias curtas de comercialização	SS17
Desenvolver as cadeias produtivas locais ampliando a oferta qualificada de trabalho e melhorando o nível de emprego e renda	SS10
Estimular a cooperação e a integração entre as instituições de ensino técnico e superior presentes na região, empresas capixabas e instituições de fomento para produção de soluções inovadoras.	SS35
Oferecer os cursos voltados para inovação e economia criativa: programação, jogos digitais, design, multimídia, música, audiovisual, gastronomia etc.	SS25
Reduzir a quantidade de intermediários para encurtar os canais de distribuição das cadeias produtivas	SS21
Atualizar o Inventário da oferta turística da microrregião	SE19
Fortalecer o empreendedorismo, o associativismo e o cooperativismo	SE08
Fomentar soluções tecnológicas inovadoras que resolvam desafios diagnosticados pelas instituições públicas	SE02
Qualificar e capacitar os Trabalhadores do Sistema de Assistência Social (SUAS)	SE10

Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	RD06
Criar um Centro Tecnológico do Cacau	RD46
Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	CO06
Ampliar as agências e os mecanismos de investimento e financiamento voltados ao desenvolvimento regional	CO07
Unir cadeia produtiva ao turismo potencializando as atividades como atração e desenvolvimento regional.	NO31
Articular instituições e atores no projeto sustentável de beneficiamento e não apenas na extração do sal-gema extraído na microrregião Nordeste	NO56
Investir em Pesquisa e tecnologia para alavancar o café Conilon de qualidade, produção do gado leiteiro e de corte aumentando produtividade.	NO30
Capacitar os produtores da agricultura familiar	NO33
Estimular a atração de Investimentos Públicos e Privados	NO42
Promover um intercâmbio entre as diferentes esferas de ensino de forma a possibilitar soluções criativas para desafios comuns	NO52
Oferecer linhas de crédito especiais para a modernização das atividades tendo como horizonte a intensificação da produção, redução do impacto ambiental e aumento da eficiência de uso do solo	NE74
Ampliar financiamento e investimento em tecnologias agrícolas	NE83
Capacitar profissionais quanto à qualidade dos produtos e exigências de mercado nacional e internacional de café	NE78
Fomentar soluções tecnológicas inovadoras que solucionem desafios diagnosticados pelas instituições públicas	NE84
Desenvolver o turismo característico da microrregião (sol e praia; festas populares; comunitário; marítimo; religioso; ambiental)	NE80
Incentivar, capacitar e orientar ações de empreendedorismo e associativismo	NE71

Implantar, Ampliar e consolidar Programa de Compra Direta de Alimentos (CDA)	NE56
EIXO TERRITÓRIO	
PROPOSTA	CÓDIGO
Elaborar projeto e estudo de viabilidade técnica da Estrada Parque do Caparaó	CA58
Elaborar projeto e estudo de viabilidade técnica para a construção de anéis viários em Santa Leopoldina e Santa Teresa	SE55
Ampliar o Aeroporto de Cachoeiro de Itapemirim	CS35
Articular a duplicação da BR 259	CO12
Estabelecer prioridades e políticas no enfrentamento das desigualdades socioespaciais, projetos de reurbanização e regularização fundiária	LS23
Instalar e operacionalizar o Centro Portuário São Mateus (Petrocity).	NE64
Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel	NO02
Articular a duplicação da BR 101 norte, interligando Serra a Pedro Canário, conectando com o estado da Bahia.	RD12
Complementar a infraestrutura de vias estaduais conforme planejamento setorial	SS12
Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel	LS01
Viabilizar infraestrutura adequada, segura e atrativa para pedestres e ciclistas nos trechos urbanos de rodovias	LS21
Investir em autonomia na geração de energia por fontes renováveis e sustentáveis, nos moldes da Economia Verde	LS20
Reduzir o déficit habitacional, a irregularidade fundiária, e a inadequação das moradias, em especial os imóveis em risco	CS65
Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel.	CS63
Implantar sistemas híbridos de produção de energia com linha de crédito para Economia Verde.	CS02

Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel	CA02
Garantir a ampliação das capacidades tecnológicas associadas às TICs (tecnologias da informação e comunicação)	CA01
Reduzir o déficit habitacional, a irregularidade fundiária, e a inadequação das moradias, em especial os imóveis em risco	CA09
Promover uma matriz energética sustentável e renovável	CA03
Promover uma matriz energética sustentável e renovável	SS06
Reduzir o déficit habitacional, a irregularidade fundiária, e a inadequação das moradias, em especial os imóveis em risco	SS28
Garantir a ampliação do uso das TIC's (tecnologias da informação e comunicação), por meio da oferta de conexão e telefonia de qualidade	SS02
Garantir a ampliação das capacidades tecnológicas associadas às TICs (tecnologias da informação e comunicação)	SE04
Ampliar a instalação/viabilização de infraestrutura de telefonia móvel e internet nas comunidades rurais	SE05
Promover uma matriz energética sustentável e renovável	SE12
Reduzir o déficit habitacional, a irregularidade fundiária, e a inadequação das moradias, em especial os imóveis em risco	SE27
Criar Programas para a geração de energias renováveis	RD02
Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel	RD03
Articular a duplicação da BR 101 no trecho de Ibirapu (desvio ou duplicação no trecho original).	RD13
Construir contornos em Nova Almeida, Linhares e Aracruz	RD14
Realizar a regularização fundiária urbana	RD15
Articular a construção do contorno da BR-101 a Oeste da REBIO de Sooretama	RD33

Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel.	CO02
Criar programas para a geração de energia solar e captação de água das chuvas	CO13
Incentivar o uso de energias alternativas e diversificação da matriz energética.	CO14
Complementar a ES 164 Pancas/ES 165 Laranja da Terra	CO27
Melhorar o acesso das famílias rurais e das de baixa renda à telefonia e internet nos territórios rurais	NO03
Criar Programas para a geração de energias renováveis	NO63
Articular a execução da obra da BR 342 sentido Ataléia/Teófilo Otoni	NO07
Iniciar a obra da Ponte do Rio Braço Norte do São Mateus em Cotaxé – Rodovia ES320	NO22
Criar instrumentos de atração de oferta habitacional de interesse social em regiões já urbanizadas/próximo às áreas urbanizadas	NO13
Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel.	NE03
Melhorar o acesso das famílias rurais e das de baixa renda à telefonia e internet nos territórios rurais	NE04
Criar Programas para a geração de energias renováveis	NE87
Articular a construção de Ferrovias ligando o leste ao oeste	NE66
Emitir títulos de terras devolutas	NE17
EIXO AMBIENTAL	
PROPOSTA	CÓDIGO
Implantar sistemas alternativos individuais e/ou coletivos de esgotamento sanitário nas áreas rurais.	CA67
Investir em ações para a “produção de água”	SE03

Estimular e apoiar ações de preservação e recuperação de nascentes.	CS03
Construir pequenas barragens nos Rios Santa Maria, Santa Joana, Pancas e Rio Doce	CO08
Capacitar os usuários dos recursos hídricos, sobretudo nas áreas rurais, para conservação de água, solo e florestas.	LS04
Ampliar sistemas de água e esgoto nas áreas urbana e rural	NE22
Implantar reservatórios médios e pequenos para atender a região nos períodos de estiagem	NO05
Universalizar o saneamento básico para despoluir os Rios Piraquê-Açu, Clotário, Pau Gigante e praias de Aracruz.	RD21
Ampliar projetos operantes e/ou executados visando a conservação de água, solo e vegetação, e a contenção da erosão.	LS02
Ampliar ações para a perenização de rios e córregos através do Programa Barraginhas.	SS05
Mapear a disponibilidade hídrica de águas superficiais e subsuperficiais indicando os hotspots/áreas críticas para estabelecimento de ações emergenciais.	LS05
Implantar sistemas individuais e/ou coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	LS43
Ampliar o Programa Reflorestar	CS38
Implantar sistemas individuais e/ou coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário	CS34
Conservar, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, aumentando as áreas de conservação e de preservação dentro das áreas prioritárias, incorporando sistemas agroflorestais	CA62
Criar um programa para a implantação de estruturas de retenção de água no solo e reservação de pequeno porte para a região do Caparaó	CA63
Difundir e transferir conhecimentos sobre técnicas de conservação de solo e água	SS08
Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, por meio da ampliação do Programa Reflorestar	SS01

Estimular o uso de biodigestores.	SS11
Ampliar o Programa Reflorestar	SE07
Incentivar o uso de novas tecnologias de irrigação e produção agrícola para agricultura familiar	SE11
Implantar sistemas alternativos individuais e/ou coletivos de esgotamento sanitário nas áreas rurais.	SE16
Recuperar e proteger nascentes	RD01
Realizar de forma efetiva os pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	RD04
Construir barragem/reservatório de água em Ibiraçu.	RD07
Fortalecer o Programa Reflorestar	RD51
Promover o reflorestamento	CO03
Recuperar áreas degradadas	CO04
Recuperar e proteger nascentes	CO01
Elaborar estudo técnico para construção de barragens	CO09
Ampliar a cobertura de saneamento básico	CO58
Ampliar e contribuir com custeio para construção de barraginhas em parceria com as prefeituras municipais.	NO34
Finalizar a construção da barragem Dois de Setembro em Ecoporanga	NO04
Ampliar sistemas de água e esgoto nas áreas urbana e rural	NO11
Contratar projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na bacia e monitorar resultados.	NE05
Desenvolver e implantar projeto para recomposição da cobertura florestal nas áreas de recarga de aquíferos e com vulnerabilidade à contaminação.	NE01

Desenvolver e implementar ações de conservação de água e solo.	NE06
Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs, voltadas à proteção de nascentes e recuperação de matas ciliares.	NE02
Implantar reservatórios médios e pequenos para atender a região nos períodos de estiagem.	NE07
EIXO SOCIAL	
PROPOSTA	CÓDIGO
Fortalecer a proteção social básica e a proteção social especial de média complexidade (CREAS/Centro Pop)	CA05
Promover políticas que viabilizem a erradicação do analfabetismo e a ampliação de anos de estudo, com educação de qualidade, superando desigualdades regionais no que se refere à escolarização	SE20
Disponibilizar vagas nos programas Ela Pode, Qualificar ES Mulher, Qualificar ES Mulher (Online) e Cursos online gratuitos e em grande escala (<i>MOOC: Massive Open Online Courses</i>)	CS23
Criar Programas voltados para o ensino de Agroecologia	CO18
Implantar projetos socioambientais com as Comunidades e Povos Tradicionais	LS25
Implantar Núcleos de Produção nas comunidades tradicionais	NE34
Promover políticas integradas de segurança, justiça e direitos humanos em especial para combate às drogas no meio rural, e à violência contra mulheres e crianças	NO53
Criar Programas voltados para o ensino de Agroecologia	RD18
Promover políticas que viabilizem a erradicação do analfabetismo e a ampliação de anos de estudo, com educação de qualidade, superando desigualdades regionais no que se refere à escolarização.	SS57
Reformar e implementar o Colégio Salesiano, em Vargem Alta, para educação técnica.	CS08
Avaliar com áreas afins a implantação do Centro de Referência das Juventudes (CRJ)	NE44

Implantar rede de proteção à criança e ao adolescente com participação dos Conselhos Tutelares e outros atores;	NE59
Promover e Proteger a infância e as mulheres quilombolas	NE33
Promover e Proteger o patrimônio cultural quilombola	NE16
EIXO GESTÃO PÚBLICA	
PROPOSTA	CÓDIGO
Ampliar as políticas setoriais continuadas de fortalecimento da agricultura familiar (FUNSAF etc.)	CA45
Aumentar e otimizar as capacidades associadas à captação de recursos	SE32
Apoiar a estruturação de equipes técnicas para adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte (Susaf), em todos os municípios da microrregião	CS59
Otimizar os serviços do poder público municipal visando agilizar e reduzir os processos burocráticos (Simplifica-ES/Faça Fácil)	CO57
Ampliar os mecanismos de formalização e capacitação do setor pesqueiro (POP e PEP)	LS09
Qualificar o corpo técnico das municipalidades, principalmente aqueles lotados em gestão estratégica administrativa e fiscal	NE68
Avaliar a redução da alíquota do ICMS do café conilon, para comercialização de café cru, ante à competitividade interestadual do produto	NO49
Capacitar os gestores locais para o desenvolvimento de projetos de captação de recursos.	RD27
Aumentar e otimizar as capacidades associadas à captação de recursos	SS27
Estimular políticas públicas de habitação social integradas com políticas públicas setoriais de saneamento básico e social	LS17
Executar curso de capacitação para técnicos de prefeituras sobre conservação e manutenção das estradas vicinais	NE25

Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Como já destacado, as propostas são muito diversificadas em termos de complexidade técnica e de conteúdo, refletindo na análise dos critérios de hierarquização, e consequentemente na nota final e na quantidade de propostas que foram levadas para votação por Eixo e por Microrregião.

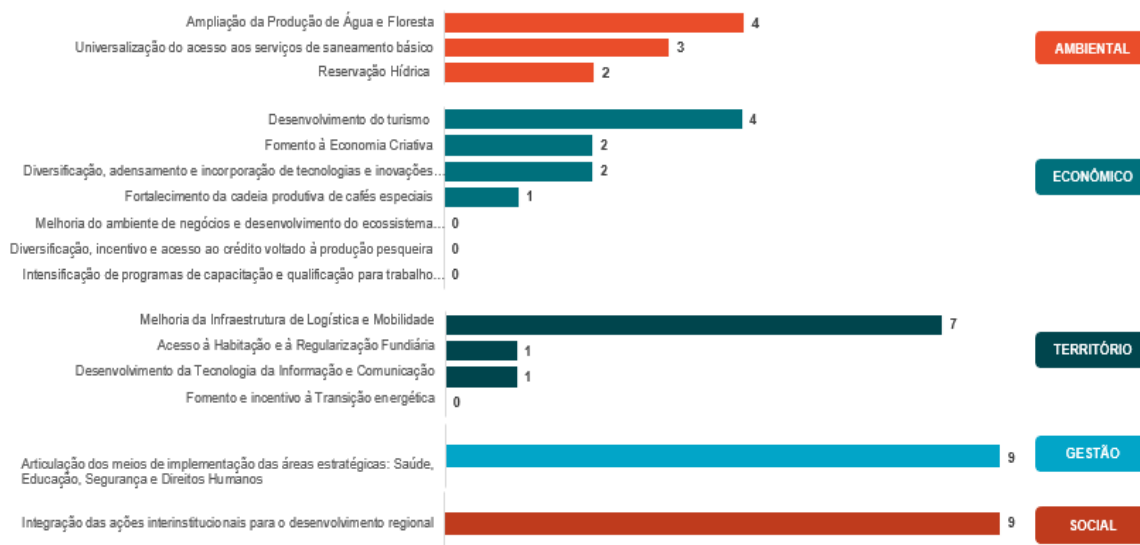
O Plano de Ação é composto pelo conjunto das 166 propostas, dentre as quais, as 45 priorizadas nos CDRSs formam um subconjunto prioritário, resultante do esforço coletivo de pesquisa e de pactuação política.

4.2 Ações Priorizadas

Um aspecto interessante observado nos resultados é que existe consenso entre as microrregiões em relação a algumas ações consideradas prioritárias para o desenvolvimento. Existem prioridades gerais que por seu caráter transversal e estruturador acabam tendo impactos nos diferentes eixos, sobretudo no econômico. Estas incluem principalmente ações ligadas aos acessos físicos, relacionadas à infraestrutura e logística, e aquelas necessárias para preservar e recuperar o meio ambiente e promover a segurança hídrica.

Quando analisadas as 45 ações priorizadas nas votações dos CDRSs associadas às macrodemandas e aos Eixos do Projeto, não surpreende a quantidade de votos recebidos, sete de nove, em “Melhoria da Infraestrutura de Logística e Mobilidade” (Figura 14), dada a relevância que o tema assumiu desde o início dos debates, sobretudo nas CTs. Das 166 propostas encaminhadas, 93 têm algum grau de relação com Infraestrutura e Logística. As ações priorizadas que versam sobre essa temática estão relacionadas principalmente à melhoria da malha rodoviária nos âmbitos estadual e federal, e envolvem grandes projetos, como por exemplo, a duplicação de duas rodovias federais, as BRs 101 e 259.

Figura 14 - Resultado da votação das ações priorizadas associadas às macrodemandas.



Fonte: Elaborado por DRS, 2022.

Sob outra perspectiva, propostas relacionadas ao “Desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação” foram pouco expressivas no processo de escolha, recebendo apenas um voto. Fato que chama a atenção, e de certa forma revela um contrassenso, sobretudo em um momento em que a pandemia da Covid-19 impôs novas dinâmicas de trabalho, estudo, consumo e transporte, intensificando a importância das tecnologias de informação e comunicação, especialmente no que tange a ampliação dos usos da internet e da telefonia, e independentemente do local de acesso, já que essas mudanças extrapolaram os grandes centros urbanos.

Inclusive, a baixa qualidade e a velocidade das conexões de acesso à internet foram citadas como problemáticas em diversas reuniões dos CDRSs, o que prejudicou a participação dos Conselheiros em muitos momentos, confirmando a existência de deficiências nas infraestruturas de conexão, e desigualdades de acesso.

Mesmo com tais constatações em relação a esses acessos virtuais, nas votações as telecomunicações não se destacaram frente aos acessos físicos e às questões de infraestrutura econômica relacionadas ao setor produtivo. Essas questões incluem os sistemas de transporte e vias para o escoamento da produção, considerando o fato de que no estado os fluxos da produção agropecuária se iniciam principalmente nas estradas vicinais, chegando às estaduais e federais.

De qualquer maneira, é importante citar que esse resultado está de acordo com as prioridades apresentadas pelas CTs, que encaminharam apenas duas propostas referentes à ampliação da

telefonia móvel e viabilização do acesso à internet em comunidades rurais. As outras propostas sobre o tema e que compõem o Plano são advindas dos diagnósticos.

Outra evidência, ainda no Eixo Território, é que embora a diversificação da matriz energética baseada em recursos renováveis seja urgente, em virtude das crises climática e energética vivenciadas na atualidade, a macrodemanda “Fomento e incentivo a transição energética” não apresentou nenhuma proposta votada.

No atual período de transição energética e climática é preciso atenção especial à temática, uma vez que apesar de possuir grandes potencialidades de geração no setor de energias renováveis - como a energia eólica (*onshore* e *offshore*) e a solar (AMARANTE, 2009; ASPE, 2013; WORLD BANK, 2019) - a matriz energética do estado ainda é muito dependente de fontes não renováveis de energia, especialmente do petróleo e do gás natural.

Os períodos de estiagem prolongada e de precipitações volumosas que ocasionaram desequilíbrios nos setores econômico e social do estado nos últimos anos, ascenderam a pauta de discussão sobre a importância da água, assunto muito debatido e de extrema relevância nas CTs, principalmente nas microrregiões do norte.

No total, 84 propostas divididas entre Disponibilidade e Qualidade da Água e Saneamento, foram organizadas para a elaboração do Plano. Em consequência, no Eixo Ambiental os votos se distribuíram de forma mais equilibrada entre as macrodemandas, sendo a “Ampliação da Produção de Água e Floresta” a que apresentou maior quantidade de propostas votadas, seguida por “Universalização do acesso aos serviços de saneamento básico” e por “Reservação Hídrica”.

No Eixo Econômico, a macrodemanda “Desenvolvimento do Turismo” possui a maior quantidade de propostas votadas também não surpreende. No total, foram organizadas 56 propostas relacionadas ao Turismo, comprovando a importância atribuída à temática, e entendendo o Turismo como atividade integradora de diversas questões.

5. Considerações Finais

Em síntese, este documento retrata, para além dos resultados, a metodologia e todo o esforço de trabalho realizado durante um percurso de três anos que buscou promover ações

descentralizadas, participativas e coordenadas, e pode ser concebido tanto como um ponto de chegada quanto de partida para possibilitar o alcance do melhor cenário projetado, considerando que este Plano equivale a uma agenda prioritária de pactuação territorial e é composto por todas as propostas levadas à votação e aquelas que não foram priorizadas pelos CDRSs.

Para além das páginas escritas, fica o legado da formação dos nove Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável e de um processo participativo que buscou unir a visão da gestão pública à ciência, à academia e à sociedade, dando aos cidadãos o papel de protagonistas de um futuro sonhado e planejado.

Referências

AMARANTE, O. A. C do. **Atlas Eólico**: Espírito Santo. Vitória, ES: ASPE, 2009.

ASPE - AGÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Energia Solar no Espírito Santo** - Tecnologias, Aplicações e Oportunidades. Vitória, ES, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BERG, Rogier van den. **Planejamento urbano e epidemias: os efeitos da Covid-19 na gestão urbana**. Artigo. WRI Brasil. 2020. São Paulo, SP. Disponível em <<https://wribrasil.org.br/noticias/planejamento-urbano-e-epidemias-os-efeitos-da-covid-19-na-gestao-urbana#>>

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Lei 9.768/2011**. Dispõe sobre a definição das Microrregiões e Macrorregiões de Planejamento no Estado do Espírito Santo. Vitória, 2011.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030 - ES 2030**. Vitória, 2013. 15 v.

_____. **Decreto nº 4701-R, de 30 de julho de 2020**. Regulamenta a constituição dos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável - CDRSs, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011, e dá outras providências. Vitória, 2020a.

_____. **Portaria nº 040-R, de 20 de outubro de 2020**. Institui e aprova o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável - CDRS das microrregiões de planejamento do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2020b.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI)**. Região Metropolitana da Grande Vitória. Macrocenários, v. 3, 52 p. Vitória, ES, 2018. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/comdevit/plano-de-desenvolvimento-urbano-integrado>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES. **Diretrizes do Plano de Ação - Microrregião Rio Doce**. Vitória: IJSN, 2021.

SAATY, T. L. **Método de Análise Hierárquica**. Tradução de Wainer da Silveira e Silva. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 1991.

SAATY, T. L.; VARGAS, L. G. The seven pillars of the analytic hierarchy process. In: **Models, methods, concepts & applications of the analytic hierarchy process**. Springer, Boston, MA, p. 23-40, 2012.

UNITED NATIONS. Department of economic and social affairs, population division. **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision**, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. **Diretrizes do Plano de Ação - Microrregião Nordeste**. Vitória: IJSN, 2021. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/7554>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

WORLD BANK. **Going Global:** Expanding Offshore Wind To Emerging Markets. Washington, D.C.: World Bank Group, 2019.

Apêndices

APÊNDICE A – Todos os desafios identificados para as microrregiões.

Microrregião	Desafios
Central Sul	Capacitar tecnologicamente a agropecuária e as atividades do campo
Central Sul	Áreas de preservação e unidades de conservação ampliadas e protegidas com garantia de efetivação de seus dispositivos legais de gestão e proteção
Central Sul	Incentivos à cultura da inovação e a uma matriz energética mais limpa
Central Sul	Escoamento da produção (integração com mercado externo)
Central Sul	Valorização dos equipamentos culturais locais (IG)
Central Sul	Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada
Central Sul	Região suprida com disponibilidade de água em quantidade e qualidade de maneira equitativa, e gestão dos recursos hídricos fortalecida
Central Sul	Potencial criativo dos equipamentos e atores (Hub criativo)
Central Sul	Educação básica universalizada
Central Sul	Planejamento e governança horizontal do território integrado
Central Sul	Dinamizar e integrar a infraestrutura econômica
Central Sul	Equilíbrio fiscal microrregional e capacitação dos gestores
Central Sul	População com acesso à terra e à habitação digna
Central Sul	Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente
Central Sul	Monitoramento das atividades extrativas
Central Sul	Integração rodoviária e ferroviária que possibilite a estruturação de uma rede de cidades compactas na região
Central Sul	Matriz energética diversificada e integrada
Central Sul	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Central Sul	Acesso ao sistema de saúde facilitado a todos
Central Sul	Segurança e direitos humanos garantidos
Central Sul	Acessibilidade em igualdade de condições a todos
Central Sul	Capacitação dos serviços e infraestrutura turística
Central Sul	Cobertura vegetal nativa reustaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo
Litoral Sul	Pecuária competitiva e agricultura familiar
Litoral Sul	Áreas de preservação e unidades de conservação ampliadas e protegidas com garantia de efetivação de seus dispositivos legais de gestão e proteção
Litoral Sul	Ter na ciência, tecnologia e inovação a base do desenvolvimento local
Litoral Sul	Economia local integrada ao mercado internacional (escoamento da produção)

Litoral Sul	Expressões e equipamentos culturais reconhecidos e valorizados
Litoral Sul	Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada
Litoral Sul	Região suprida com disponibilidade de água em quantidade e qualidade de maneira equitativa, e gestão dos recursos hídricos fortalecida
Litoral Sul	Potencial criativo e verde da população desenvolvido e aproveitado
Litoral Sul	Educação básica universalizada
Litoral Sul	Governança regional participativa e fortalecimento institucional/normativo
Litoral Sul	Estrutura econômica diversificada e integrada às potencialidades locais
Litoral Sul	Orla costeira ordenada e ecossistemas marinhos e costeiros protegidos
Litoral Sul	Gestão fiscal eficiente e integrada
Litoral Sul	População com acesso à terra e à habitação digna
Litoral Sul	Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente
Litoral Sul	Ter as cadeias da indústria extrativa diversificadas e completas
Litoral Sul	Dispor de plataforma logística de integração rodoviária, ferroviária e portuária para a região
Litoral Sul	Matriz energética diversificada e integrada
Litoral Sul	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Litoral Sul	Acesso ao sistema de saúde facilitado a todos
Litoral Sul	Segurança e direitos humanos garantidos
Litoral Sul	Acessibilidade em igualdade de condições a todos
Litoral Sul	Potencial turístico aproveitado e diversificado (polo turístico)
Litoral Sul	Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo
Caparaó	Agregação de valor à agroindústria e fomento à agricultura familiar
Caparaó	Áreas naturais protegidas ampliadas e recuperadas
Caparaó	Geração de tecnologias sociais e inovações voltadas ao desenvolvimento
Caparaó	Ganhos competitivos a partir da capacitação dos empreendedores e incentivos fiscais
Caparaó	Realização de eventos e feiras (valorização das expressões locais)
Caparaó	Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada
Caparaó	Gestão e uso eficiente dos recursos hídricos fortalecidos, com disponibilidade de água em quantidade e qualidade de maneira equitativa
Caparaó	Economia verde e cafés especiais
Caparaó	Educação básica universalizada
Caparaó	Governança regional participativa e fortalecimento institucional/normativo
Caparaó	Diversificação e adensamento das cadeias produtivas
Caparaó	Capacidade fiscal vinculada ao desenvolvimento regional
Caparaó	População com acesso à terra e à habitação digna

Caparaó	Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente
Caparaó	Indústria extrativa estabelecida e sustentável
Caparaó	Melhoria da infraestrutura de transporte e mobilidade
Caparaó	Matriz energética sustentável e renovável
Caparaó	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Caparaó	Acesso ao sistema de saúde e assistência social facilitada a todos
Caparaó	Segurança e direitos humanos garantidos. Promoção da diversidade populacional e territorial
Caparaó	Alta conectividade a preços acessíveis
Caparaó	Agroturismo, turismo rural, ecoturismo
Caparaó	Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo
Central Serrana	Agricultura sustentável (cadeias de cafés especiais e de uvas)
Central Serrana	Áreas naturais protegidas ampliadas e recuperadas
Central Serrana	Desenvolvimento de inovações, tecnologias sociais. E-commerce
Central Serrana	Diversificação e escoamento das várias cadeias produtivas
Central Serrana	Valorização da cultura regional
Central Serrana	Ampliação dos serviços de atenção básica da Assistência Social; Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada
Central Serrana	Gestão e uso eficiente dos recursos hídricos fortalecidos, com disponibilidade de água em quantidade e qualidade de maneira equitativa
Central Serrana	Economia verde, associativismo e cooperativismo
Central Serrana	Erradicação do analfabetismo e educação básica universalizada
Central Serrana	Organização de um sistema de governança regional e fortalecimento de Fundos Públicos
Central Serrana	Fortalecimento de mecanismos financeiros, e adensamento produtivo e competitivo
Central Serrana	Capacidade fiscal e administrativa da gestão na promoção do desenvolvimento sustentável
Central Serrana	População com acesso à terra e à habitação digna
Central Serrana	Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente
Central Serrana	Geração de emprego e renda nas cadeias da indústria extrativa
Central Serrana	Melhoria da infraestrutura de transporte e mobilidade
Central Serrana	Matriz energética sustentável e renovável
Central Serrana	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Central Serrana	Consolidação da rede de atenção e vigilância em saúde
Central Serrana	Proteção e promoção da diversidade e erradicação de todas as formas de discriminação
Central Serrana	Alta conectividade a preços acessíveis
Central Serrana	Fortalecer o turismo regional, especialmente o turismo rural e ecoturismo

Central Serrana	Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo
Sudoeste Serrana	Valorização da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável da agroindústria
Sudoeste Serrana	Áreas naturais protegidas ampliadas e recuperadas
Sudoeste Serrana	Tecnologias sociais e E-commerce (comércio eletrônico)
Sudoeste Serrana	Diversificação dos canais de comercialização das várias cadeias produtivas (integração ao mercado internacional)
Sudoeste Serrana	Realização de feiras e eventos (valorização das expressões culturais regionais)
Sudoeste Serrana	Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada
Sudoeste Serrana	Gestão e uso eficiente dos recursos hídricos fortalecidos, com disponibilidade de água em quantidade e qualidade de maneira equitativa
Sudoeste Serrana	Cadeia de cafés especiais e economia verde
Sudoeste Serrana	Educação básica universalizada e fortalecimento cultura local e desenvolvimento sustentável
Sudoeste Serrana	Governança regionalizada, compartilhada e participativa
Sudoeste Serrana	Adensamento/diversificação de cadeias produtivas e ampliação dos mercados
Sudoeste Serrana	Ampliação da capacidade fiscal e aprimoramento dos Fundos Públicos
Sudoeste Serrana	População com acesso à terra e à habitação digna
Sudoeste Serrana	Fortalecimento das comunidades tradicionais: identidade local e territorial, promovendo a integração cultural e socialmente
Sudoeste Serrana	Geração de emprego e renda nas cadeias da indústria extrativa
Sudoeste Serrana	Melhoria da infraestrutura de transporte e mobilidade
Sudoeste Serrana	Matriz energética sustentável e renovável
Sudoeste Serrana	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Sudoeste Serrana	Integração e ampliação da Proteção Social Básica e da Assistência Social
Sudoeste Serrana	Segurança e direitos humanos garantidos
Sudoeste Serrana	Alta conectividade a preços acessíveis
Sudoeste Serrana	Fortalecimento de identidade turística e de polo gastronômico
Sudoeste Serrana	Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo
Centro-Oeste	Recuperação e fortalecimento da agricultura orgânica e pecuária
Centro-Oeste	Áreas naturais protegidas ampliadas e recuperadas
Centro-Oeste	Inovações e pesquisas relacionados a mudanças climáticas, indústria 4.0, inteligência artificial
Centro-Oeste	Ganhos de produtividade e competitividade
Centro-Oeste	Valorização da cultura local
Centro-Oeste	Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada
Centro-Oeste	Gestão e conservação dos recursos hídricos fortalecidas, com uso eficiente da água, reservação, e redução dos riscos associados a eventos críticos

Centro-Oeste	Impulsioneamento da economia criativa e da agricultura familiar
Centro-Oeste	Melhoria na infraestrutura e educação básica universalizada
Centro-Oeste	Governança democrática e efetividade da gestão pública
Centro-Oeste	Capacidade de geração de empregos em setores estratégicos (indústria, comércio e serviços)
Centro-Oeste	Capacidades sustentáveis, fiscais e de planejamento
Centro-Oeste	População com acesso à terra e à habitação digna com controle da expansão das cidades
Centro-Oeste	Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente com melhor qualidade de vida
Centro-Oeste	Geração de emprego e renda na atividade
Centro-Oeste	Integração do sistema de transportes disponíveis na região (rodoviário, ferroviário, portuário e aeroviário).
Centro-Oeste	Geração de energias renováveis na região
Centro-Oeste	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Centro-Oeste	Acesso ao sistema de saúde facilitado a todos
Centro-Oeste	Segurança e direitos humanos garantidos com ações específicas nas áreas de maior vulnerabilidade social
Centro-Oeste	Ampliação da cobertura das redes de telefonia móvel e de internet na região
Centro-Oeste	Fortalecimento do turismo característico da microrregião
Centro-Oeste	Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo
Rio Doce	Recuperação e fortalecimento da agricultura e pecuária
Rio Doce	Áreas naturais protegidas ampliadas e recuperadas
Rio Doce	Inovações e pesquisas relacionados a mudanças climáticas, indústria 4.0, inteligência artificial
Rio Doce	Ganhos de produtividade e competitividade
Rio Doce	Valorização da cultura local
Rio Doce	Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada
Rio Doce	Gestão e conservação dos recursos hídricos fortalecidas, com uso eficiente da água, reservação, e redução dos riscos associados a eventos críticos.
Rio Doce	Impulsioneamento da economia criativa
Rio Doce	Melhoria na infraestrutura e educação básica universalizada
Rio Doce	Governança democrática e efetividade da gestão pública
Rio Doce	Capacidade de geração de empregos em setores estratégicos
Rio Doce	Orla costeira ordenada e ecossistemas marinhos e costeiros protegidos
Rio Doce	Capacidades sustentáveis, fiscais e de planejamento
Rio Doce	População com acesso à terra e à habitação digna com controle da expansão das cidades.
Rio Doce	Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente com melhor qualidade de vida
Rio Doce	Ampliação da infraestrutura logística associada

Rio Doce	Integração do sistema de transportes disponíveis na região (rodoviário, ferroviário, portuário e aeroviário)
Rio Doce	Geração de energias renováveis na região
Rio Doce	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Rio Doce	Fortalecimento da rede de atenção primária e de serviços de saúde em todos os distritos do território
Rio Doce	Segurança e direitos humanos garantidos com ações específicas nas áreas de maior vulnerabilidade social
Rio Doce	Ampliação da cobertura das redes de telefonia móvel e de internet na região
Rio Doce	Fortalecimento do turismo característico da microrregião
Rio Doce	Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo
Nordeste	Agropecuária moderna sustentável e agricultura familiar
Nordeste	Áreas naturais protegidas ampliadas e recuperadas
Nordeste	Economias da inovação e da energia (biocombustível e formas alternativas de energia elétrica)
Nordeste	Tornar os setores mais competitivos internacionalmente
Nordeste	Valorização das identidades culturais locais
Nordeste	Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada; fomento a habilidades individuais.
Nordeste	Condições de oferta hídrica em quantidade e qualidade recuperadas, e uso eficiente dos recursos hídricos em todos os setores
Nordeste	Valorização da economia criativa, solidária e dos movimentos coletivos locais
Nordeste	Educação básica universalizada
Nordeste	Governança participativa e robustez institucional (burocrática)
Nordeste	Investimentos e adensamento produtivos e competitividade regional
Nordeste	Orla costeira ordenada e ecossistemas marinhos e costeiros protegidos
Nordeste	Capacidade fiscal e modernização institucional
Nordeste	População com acesso à terra e à habitação digna e acesso aos serviços públicos.
Nordeste	Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente
Nordeste	Indústria extrativa moderna e sustentável
Nordeste	Integração de um sistema multimodal de transportes e logística conectando os polos ao interior da microrregião
Nordeste	Expansão e modernização das condições de produção de energia elétrica
Nordeste	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Nordeste	Acesso ao sistema de saúde facilitado a todos e melhoria nas articulações regionais de planejamento saúde
Nordeste	Segurança e direitos humanos garantidos
Nordeste	Universalização do acesso aos serviços públicos de comunicação com qualidade, incluindo telefonia e internet

Nordeste	Protagonismo no turismo e diversificação das ACT's
Nordeste	Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo
Noroeste	Agropecuária moderna sustentável e agricultura familiar
Noroeste	Áreas naturais protegidas ampliadas e recuperadas
Noroeste	Economias da inovação e da energia (biocombustível e formas alternativas de energia elétrica)
Noroeste	Incentivos fiscais voltados à competitividade, doméstica e internacionalmente
Noroeste	Valorização das identidades culturais locais
Noroeste	Desigualdade reduzida e pobreza extrema erradicada; estímulo aos hábitos saudáveis.
Noroeste	Condições de oferta hídrica em quantidade e qualidade recuperadas, e uso eficiente dos recursos hídricos em todos os setores
Noroeste	Valorização da economia criativa, solidária e dos movimentos coletivos locais
Noroeste	Educação básica universalizada e promoção das escolas rurais
Noroeste	Governança participativa e robustez institucional (burocrática)
Noroeste	Investimentos e adensamento produtivos e competitividade regional
Noroeste	Capacidade fiscal e modernização institucional
Noroeste	População com acesso à terra e à habitação digna e acesso aos serviços públicos
Noroeste	Comunidades tradicionais integradas produtivas, cultural e socialmente
Noroeste	Indústria extrativa moderna e sustentável
Noroeste	Integração de um sistema multimodal de transportes e logística conectando os polos ao interior da microrregião
Noroeste	Instalação e consolidação de uma infraestrutura para geração de energia elétrica
Noroeste	Ter todo o território atendido por sistema de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos
Noroeste	Acesso ao sistema de saúde facilitado a todos e melhoria nas articulações regionais de planejamento saúde
Noroeste	Segurança e direitos humanos garantidos
Noroeste	Universalização do acesso aos serviços públicos de comunicação com qualidade, incluindo telefonia e internet
Noroeste	Protagonismo no turismo e diversificação das ACT's
Noroeste	Cobertura vegetal nativa restaurada e preservada, observadas as condições/indicações de uso e ocupação do solo

APÊNDICE B – Todas as 519 propostas captadas para a elaboração do Plano de Ação, organizadas por Eixos do Projeto, Microrregiões, respectivos Códigos e as Origens.

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	LITORAL SUL	Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel	LS01	Diagnóstico
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Ampliar projetos operantes e/ou executados visando a conservação de água, solo e vegetação, tais como o Projeto Barraginhas, Programa Reflorestar, projetos visando a contenção da erosão do solo.	LS02	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Desenvolvimento de dispositivos de exclusão de fauna acompanhante (BRD's e TED's)	LS03	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Capacitar os usuários mais afetados, sobretudo nas áreas rurais, para conservação de água, solo e florestas.	LS04	Diagnóstico
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Mapear a disponibilidade hídrica de águas superficiais e subsuperficiais indicando os hotspots/áreas críticas para estabelecimento de ações emergenciais	LS05	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Estatística de pesca	LS06	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Agregar valor à produção artesanal e articular a produção local à mercados externos	LS07	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Apresentar e atualizar o Pedepas 2013 - 2015	LS08	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
GESTÃO PÚBLICA	LITORAL SUL	Formalização e capacitação do setor (ex.: cursos de qualificação aquaviário para pescadores - POP e PEP)	LS09	Demandas CT - Recursos Pesqueiros

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Fomentar/incentivar o surgimento de produção no estado de sementes/pós-larvas para cultivo de bivalves e camarões. A falta de PLS e sementes foram apontadas como um grande gargalo no desenvolvimento da maricultura;	LS10	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Elaborar projeto de proteção e urbanização da Orla da Microrregião	LS11	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Fortalecimento das entidades representativas (PESCA);	LS12	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Ampliar a rede de monitoramento fluvial de água superficial abrangendo bacias e cursos fluviais importantes.	LS13	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Terminais pesqueiros – (comercialização/beneficiamento): reforma ou implantação de terminais pesqueiros e aquícolas (de pequeno, médio e/ou grande portes) para seleção/lavagem/refrigeração, dentro dos requisitos da inspeção sanitária, que permita ao pescador/aquicultor ter sua produção devidamente inspecionada antes da comercialização.	LS14	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Fundo estadual garantidor do crédito, que seja responsável por eventuais riscos e ou intercorrências (devido ao clima, época do ano, etc) que, caso o pescador não consiga honrar naquele momento com seus débitos, ele seja acionado.	LS15	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Capacitação do empreendedor e ocupados nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	LS16	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	LITORAL SUL	Estimular políticas públicas de habitação SOCIAL em nível municipal, estadual e federal integradas com políticas públicas setoriais, a exemplo das áreas saneamento básico e SOCIAL.	LS17	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Fundo de Apoio à Pesquisa Pesqueira	LS18	Demandas CT - Recursos Pesqueiros

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Demanda de recurso humano técnico na área de recursos pesqueiros	LS19	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
TERRITÓRIO	LITORAL SUL	Investimento em autonomia na geração de energia por fontes renováveis e sustentáveis, nos moldes da Economia Verde	LS20	Diagnóstico
TERRITÓRIO	LITORAL SUL	Introdução de infraestrutura adequada para o pedestre e ciclistas nos trechos urbanos de rodovias, visando segurança e atratividade para os deslocamentos por meios não motorizados.	LS21	Diagnóstico
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Implementar Projeto Orla de forma integrada com os Planos Diretores Municipais e criar um sistema de armazenamento de dados sobre registros de erosões e demais impactos na orla.	LS22	Diagnóstico
TERRITÓRIO	LITORAL SUL	Estabelecer prioridades e políticas no enfrentamento das desigualdades socioespaciais, projetos de reurbanização e regularização fundiária.	LS23	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Usina de moagem de conchas oriundas da prática da mariscagem.	LS24	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
SOCIAL	LITORAL SUL	Implantar projetos socioambientais que abranjam atividades de Educação AMBIENTAL com as comunidades do entorno dos Corredores Ecológicos e ao conhecimento tradicional associado da comunidade quilombola da região de Monte Alegre; a conservação in situ da biodiversidade e a utilização sustentável de seus componentes.	LS25	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Indicação dos roteiros turísticos com placas de sinalização.	LS26	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Investir na formação e na capacitação da mão de obra local (níveis técnico e superior).	LS27	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Incentivar o empreendedorismo dos jovens, assessorar o homem do campo quanto aos avanços tecnológicos da produção e capacitar os moradores rurais para ações participativas e de caráter cooperativista.	LS28	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Oferta de curso de Guia de Turismo pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).	LS29	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Implementação de Hub criativo e incubadora de projetos microrregionais (setor pesqueiro especialmente).	LS30	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Avaliação das principais espécies de interesse comercial exploradas na região sul;	LS31	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Criar novas Unidades de Conservação na microrregião em áreas com vocação, tais como: ARIE – Monte Aghá; APA – Vale do Orobó - Monte Aghá; APA – Lagoas de Marataízes; APA – Alagados do Baixo Itabapoana (PK); APA – Restinga Litoral e Manguezal do Itabapoana Presidente Kennedy; APA – Pico do Serrote (PK e AV); RPPNs – sobretudo em Alfredo Chaves; RPPNs – no interior do Corredor Guanandy; ARIE – Ilha das Andorinhas (Marataízes).	LS32	Diagnóstico
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Implantar/revisar os Planos de Manejo com a incorporação nos Planos de estruturas para receber visitantes - usos múltiplos no interior das UCs em consonância com o plano de manejo, aprovado pelo conselho gestor da unidade (IEMA, Consórcio PPP).	LS33	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Regulamentação do setor (peixarias, embarcações, entreposto);	LS34	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Pesquisa diagnóstica: Mapeamento do potencial e habilidades das comunidades da Microrregião Litoral Sul para promoção de arranjos sócio produtivos locais em turismo de base comunitária.	LS35	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Decomposição controlada de resíduos de peixarias e indústrias para produção de composto;	LS36	Demandas CT - Recursos Pesqueiros

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	LITORAL SUL	INOVATUR - Plano de inovação para o turismo na Região da costa e imigração baseado nos principais segmentos turísticos da região: Sol e Praia, Rural, Aventura e Cultural (religioso e gastronômico).	LS37	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Melhorar o ambiente de negócios para atração de novos investimentos vinculados às potencialidades locais	LS38	Diagnóstico
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Contratação de técnicos para subsidiarem as ações previstas no Pedepas e Região Sul;	LS39	Demandas CT - Recursos Pesqueiros
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Aperfeiçoar os processos de abertura e fechamento de empresas	LS40	Diagnóstico
TERRITÓRIO	LITORAL SUL	Monitoramento por meio de banco de dados georreferenciado, com informações sobre as infraestruturas de transporte, assim como a inclusão da localização de atividades geradoras de impactos e sobrecargas nas redes de deslocamento.	LS41	Diagnóstico
TERRITÓRIO	LITORAL SUL	Monitoramento das condições das estradas, utilizando base de dados digitais atualizadas instantaneamente, podendo a plataforma ser integrada ao sistema de transporte coletivo.	LS42	Diagnóstico
AMBIENTAL	LITORAL SUL	Implantar sistemas individuais ou coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades que inviabilizam o fornecimento de tais serviços por rede.	LS43	Diagnóstico
TERRITÓRIO	LITORAL SUL	Revitalização das ferrovias existentes	LS44	Site
ECONÔMICO	LITORAL SUL	Ifes - Campus Piúma atender as demandas de estruturar um novo eixo: Turismo. Por novo eixo entende-se verticalizar o ensino nessa área (cursos de curta duração, médio técnico, graduação, EJA, aperfeiçoamento, pós, mestrado e até quem sabe um dia chegar ao Doutorado), com investimento em infraestrutura, recursos humanos, etc.	LS45	Site
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Ampliar os mecanismos de comercialização da produção da região	CS01	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CENTRAL SUL	Implantação de sistemas híbridos de produção de energia utilizando financiamentos disponíveis no BANDES para a linha de crédito Economia Verde.	CS02	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Estimular e apoiar ações de preservação e recuperação de nascentes.	CS03	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Conservação do Solo	CS04	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Regeneração natural e a composição florestal	CS05	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Criar novas Unidades de Conservação na microrregião em áreas com vocação, tais como: APA Pico do Serrote (Presidente Kennedy e Atílio Vivácqua); RPPNs – sobretudo em Vargem Alta e Castelo; RPPNs – no interior do Corredor Burarama-Pacotuba-Cafundó (próximo à localidade de Burarama); APA – Alto Estrelinha (Castelo); ARIE – Santa Cruz (Mimoso do Sul - MS); APA – Complexo Rochoso dos Pontões/Rchedo (Mimoso do Sul); APA – Serra Formosa (Mimoso do Sul); ARIE – Mata da Usina (Mimoso do Sul); ARIE – Serra Grande/Panamá (Jerônimo Monteiro); Mata do Travessão (Cachoeiro de Itapemirim).	CS06	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Implantar/revisar os Planos de Manejo com a incorporação nos Planos de estruturas para receber visitantes - usos múltiplos no interior das UCs em consonância com o plano de manejo, aprovado pelo conselho gestor da unidade (IEMA, Consórcio PPP).	CS07	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRAL SUL	Reforma e implantação do Colégio Salesiano, em Vargem Alta para educação técnica.	CS08	Demandas CT - Saúde

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Implantar polo de fruticultura, psicultura e floricultura nos municípios da Região Sul	CS09	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
SOCIAL	CENTRAL SUL	Implementar nas escolas públicas estaduais e municipais ações para a execução do programa estadual de educação AMBIENTAL.	CS10	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
SOCIAL	CENTRAL SUL	Treinar professores das escolas públicas estaduais e municipais para a execução do programa de educação AMBIENTAL	CS11	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Estruturação do sistema de sinalização e indicações para orientar os turistas.	CS12	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Estruturação do Catálogo Online com as rotas turísticas da Região Central Sul.	CS13	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
TERRITÓRIO	CENTRAL SUL	Vincular obras de infraestrutura viária ao plantio de árvores, compatibilizando com as infraestruturas para pedestres e ciclistas	CS14	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	CENTRAL SUL	Profissionalização e capacitação do quadro de servidores e a inclusão das TIC's nos processos de gestão.	CS15	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	CENTRAL SUL	Revisão dos PDMs dos municípios da região. Elaboração de Plano Diretor para os município de Muqui, Atílio Vivácqua e Apiacá.	CS16	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	CENTRAL SUL	Regulamentação de Conselhos e Fundos Municipais de políticas urbanas setoriais	CS17	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	CENTRAL SUL	Orientação para gestão responsável do orçamento público municipal e inclusão de SOCIAL na discussão da destinação das finanças públicas	CS18	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CENTRAL SUL	Contorno – (BR 482)	CS19	Demandas CT - Infraestrutura/logística
TERRITÓRIO	CENTRAL SUL	Rodovia do Caramba – 18,70KM (Contorno de Atílio Vivácqua)	CS20	Demandas CT - Infraestrutura/logística
SOCIAL	CENTRAL SUL	Disponibilização de vagas no Ela Pode, Qualificar ES Mulher, Qualificar ES Mulher (Online) e MOOC de Lovelace: Pensamento Computacional	CS23	Demandas CT - Comércio e Indústria
SOCIAL	CENTRAL SUL	Oferta de vagas para cursos MOOC de Lovelace: Pensamento Computacional	CS24	Demandas CT - Comércio e Indústria
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Disponibilização de vagas na oficina Pense Grande: Jovens Empreendedores	CS25	Demandas CT - Comércio e Indústria
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Vagas ofertadas em cursos de qualificação profissional	CS26	Demandas CT - Comércio e Indústria
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Capacitações de mulheres com foco no empreendedorismo	CS27	Demandas CT - Comércio e Indústria
SOCIAL	CENTRAL SUL	Vagas de capacitação para o público da Assistência SOCIAL	CS28	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
SOCIAL	CENTRAL SUL	Vagas ofertadas Qualificar ES - Estado Presente (Presenciais e Online)	CS29	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
SOCIAL	CENTRAL SUL	Intensificar programas de qualificação profissional, em meios próprios ou em parcerias, em todos os municípios da região.	CS31	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
SOCIAL	CENTRAL SUL	Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial na área de afroempreendedorismo	CS32	Demandas CT - Comércio e Indústria
SOCIAL	CENTRAL SUL	Realização da 2ª Edição do Edital - Prêmio de Boas Práticas em Promoção da Igualdade Racial na área de afroempreendedorismo	CS33	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Implantar sistemas individuais ou coletivos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades que inviabilizam o fornecimento de tais serviços por rede.	CS34	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRAL SUL	Aeroporto de Cachoeiro	CS35	Demandas CT - Infraestrutura/logística
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Reestruturar a SEAG na região.	CS36	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Transferir para os municípios recursos do Fundagua	CS37	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Ampliar o Programa Reflorestar	CS38	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Capacitar os usuários mais afetados, sobretudo nas áreas rurais, para conservação de água, solo e florestas.	CS44	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Mapear a disponibilidade hídrica de águas superficiais e subsuperficiais indicando os hotspots/áreas críticas para estabelecimento de ações emergenciais.	CS45	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SUL	Ampliar a rede de monitoramento fluvial de água superficial abrangendo bacias e cursos fluviais importantes.	CS46	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Implantar programa de identificação das demandas de trabalho, e prospectar meios de acesso, fomentar a capacitação de mão de obra local dos municípios.	CS47	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Investimento em qualificação profissional.	CS48	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Regularização e implementação de polos industriais.	CS49	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Regularização e qualificação enquanto distrito industrial, provimento de infraestrutura – comunicação, drenagem, pavimentação e iluminação.	CS50	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
GESTÃO PÚBLICA	CENTRAL SUL	Ampliação do saldo do Fundesul, com vinculação ao Fundo Soberano.	CS51	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
GESTÃO PÚBLICA	CENTRAL SUL	Aumento da reserva disponível.	CS52	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Implantação do centro de treinamento de comércio e agroindústria / Sefaz na região de Mimoso do Sul ou na Safra.	CS53	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Investimento para fomento das ações de desburocratização e apoio a inovação	CS54	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Investimento para reforma do parque de exposição de Cachoeiro de Itapemirim, enquanto vetor de Desenv. Regional.	CS55	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Identificar/mapear as rotas turísticas da Microrregião 05.	CS56	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Disponibilizar estudo técnico, visando identificar os potenciais, pontos turísticos e ordenar a forma de implementação/exploração dos mesmos.	CS57	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Implementar rotas turísticas intermunicipais, como por exemplo: Rota do Frade e a Freira / Vargem Alta / Atílio Vivacqua. Rota do Alto São Vicente / Pedra da Penha.	CS58	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
GESTÃO PÚBLICA	CENTRAL SUL	Apoio do estado na estruturação de equipe técnica para adesão ao Susaf, em todos os municípios da microrregião sul.	CS59	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
SOCIAL	CENTRAL SUL	Implantação de um programa de promoção da saúde, para tratar de auto responsabilidade, valorizando a figura dos enfermeiros do PSF, e melhoria da rede pública, em sua ambientação e acolhimento.	CS61	Demandas CT - Saúde
ECONÔMICO	CENTRAL SUL	Criação de um catálogo/website identificando e mesclando os pontos turísticos e serviços turísticos da região	CS62	Demandas CT - Fortalecimento das Cadeias Produtivas
TERRITÓRIO	CENTRAL SUL	Ampliar o acesso à tecnologia de internet e telefonia móvel.	CS63	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRAL SUL	Revitalização das ferrovias existentes	CS64	Site
TERRITÓRIO	CENTRAL SUL	Promover acesso à moradia digna e à posse legal das casas e terrenos, buscando reduzir o ônus excessivo do aluguel nas zonas urbanas, o déficit habitacional e inadequação das moradias e reconhecendo os territórios específicos.	CS65	Diagnóstico
AMBIENTAL	CAPARAÓ	Conservar, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, aumentando as áreas de conservação e de preservação dentro das áreas prioritárias	CA62	Diagnóstico
AMBIENTAL	CAPARAÓ	Criar um programa para a implantação de estruturas de retenção de água no solo e reservação de pequeno porte para a região do Caparaó	CA63	Diagnóstico
AMBIENTAL	CAPARAÓ	Implantar sistemas alternativos individuais ou coletivos de esgotamento sanitário nas áreas rurais.	CA67	Diagnóstico
AMBIENTAL	CAPARAÓ	Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos por meio da instalação de novos pontos, tanto na parte urbana quanto rural, assegurando a participação integrada das OCMRs no gerenciamento de resíduos sólidos	CA66	Diagnóstico
AMBIENTAL	CAPARAÓ	Aumentar o índice de tratamento de esgoto, implantando novas estações de tratamento de esgoto (ETE) na microrregião.	CA64	Diagnóstico
AMBIENTAL	CAPARAÓ	Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos por meio da ampliação e modernização da rede do sistema público de abastecimento, reduzindo o índice de perda na distribuição	CA65	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	CAPARAÓ	Criação de parques públicos urbanos, com pistas de caminhada, corrida, ambiente com árvores para bem-estar. E criação de trilhas ecológicas para passeio familiar e/ou esportes radicais em todos os municípios da região, e que essas estejam todas mapeadas e registradas pra conhecimento de todos.	CA61	Site
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Aumentar o quadro de pessoal do INCAPER para atender as demandas de ATER na região	CA47	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
GESTÃO PÚBLICA	CAPARAÓ	Tornar o FUNSAF uma política estadual continuada de fortalecimento da Agricultura Familiar	CA45	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Fomentar as cadeias de agricultura orgânica e da agroecologia.	CA04	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Implantação do Centro de Comercialização dos Agricultores Familiares e Centro de Atendimento aos turistas (CAT) - Muniz Freire	CA28	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Estabelecer programas para a ampliação da base tecnológica da Agroecologia na região	CA50	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Sete Cumes - Apresentação a ser feita pelo SEBRAE: (Projeto em desenvolvimento com o SEBRAE, INCAPER, Circuito Caparaó Capixaba, em total conexão com as outras ações e de imenso potencial para a região).	CA60	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Criação de uma política estadual continuada da Compra Direta de Alimentos (CDA) para fortalecer a comercialização	CA46	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Elaborar um programa de marketing para a rota dos cafés de qualidade do Caparaó (Rota do Café)	CA37	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Oferecer os cursos voltados para inovação e economia criativa: programação, jogos, design, multimídia, DJ, fotografia, gastronomia etc.	CA26	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Implementar um programa regional de floricultura	CA43	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Implementar um programa regional de fruticultura com base nas vocações locais	CA44	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Realização sistemática de eventos e feiras para divulgar e promover os cafés de qualidade, produtos, serviços e capacidades regionais de todo o Caparaó	CA35	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Oferta de bolsas e incentivos (atração, formação e apoio) à novos talentos de C,T&I e à tecnologias sociais	CA10	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Para Alegre, consolidar incubadora atrelada à biotecnologia.	CA53	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Incentivar e viabilizar o empreendedorismo, promovendo programas de capacitação e qualificação, estimulando a formalização de empreendimentos e concedendo incentivos fiscais e facilitadores para a abertura de novos negócios.	CA11	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Inovação Aberta: chamada de problemas, onde as instituições públicas, por meio de encomendas tecnológicas, apresentam os desafios para os professores e estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior desenvolvam as soluções.	CA12	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Garantir a qualidade, procedência e origem na produção de cafés especiais.	CA13	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Promover a capacitação dos agricultores em marketing, preparo e apresentação dos cafés de qualidade	CA38	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Estabelecer capacitações voltadas para o turismo rural na região	CA40	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Divulgação da Região (regional, estadual e nacional)	CA33	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Induzir políticas de crédito, de comercialização e de diversificação dos produtos da agropecuária.	CA14	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Qualifica Turismo (Qualificações diversas).	CA15	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Capacitações (TRADES)	CA16	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Implantação do Prodetur na região (Investimentos na região do Caparaó Capixaba).	CA17	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Criação do Convention Caparaó.	CA27	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Fortalecer e estruturar os Serviços de Inspeção Municipais para ampliar a oferta de serviços aos estabelecimentos (equipamentos)	CA48	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Política de turismo, municipal, estadual e federal (Lei de turismo, Conselhos municipais, Regimento Interno, Fundo Municipal de Turismo).	CA30	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Promover a realização de fóruns e seminários de oportunidades de negócios, boas práticas, tecnologia, pesquisas e projetos agroecológicos	CA51	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Sinalização em toda região (Padrão Embratur): Identificação de atrativos turísticos e seus respectivos percursos	CA29	Demandas CT - Turismo

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Plano de Marketing turístico (atualização do existente)	CA36	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Criação do Selo de produtos Identidade Regional (IG – Café, Selo – para demais produtos).	CA20	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Ampliar o Festival de Alegre, de modo a torná-lo um dos eventos mais tecnológicos do Brasil, inclusive promovendo chamadas para desenvolvimento de produtos e processos no Festival.	CA21	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Capacitação voltada ao empreendedorismo	CA22	Diagnóstico
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Centro de Eventos Guaçuí	CA23	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Centro de memória do café e da Guerrilha do Caparaó	CA24	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Apoio com patrocínio de eventos (Editais de fomento para produção de eventos culturais, turísticos e esportivos)	CA25	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Criar e implementar um programa de turismo rural na região do Caparaó direcionado às vocações locais, criando roteiros que interliguem os municípios	CA39	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Disponibilizar material de divulgação, conscientização do SIM e das VISAS	CA49	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Encontro de negócios (Promoção de rodadas de negócios relacionadas ao turismo).	CA56	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Realizar rodadas de negócios para os cafés de qualidade produzidos no Caparaó (de forma regional)	CA57	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Denominação de origem dos cafés: (Branding e divulgação da D.O.; Conexão da D.O. com o turismo; Transbordamento para os demais produtos das Agroindústrias; Eventos, concursos, mobilização e apoio aos projetos e ações em andamento; Plano estratégico, festival de inverno, sulcaflor, Apec.)	CA59	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Plano Municipal de Turismo (Elaboração do Plano Municipal de Turismo; Diagnóstico turístico; Roteiros e Roteirização, Sinalização Turística).	CA31	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Promoção (Eventos Regional, Cafés, Festivais, Feiras, Fóruns, Congressos).	CA34	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Participação e realização de eventos e feiras, regionais, Estaduais e nacionais (Resgate da Mostra do Caparaó e MoVa Caparaó)	CA42	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Plano Nacional de Turismo (Mapeamento Turístico, Regionalização do turismo, Cadastur).	CA32	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Ampliar o quadro técnico das secretarias municipais de agricultura e desenvolvimento rural	CA52	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Estabelecer um calendário unificado dos principais eventos da região do Caparaó	CA41	Demanda CT - Meio Ambiente e Agricultura
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Equipe municipal de turismo (As secretarias de turismo terem equipe técnica capacitada).	CA55	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	CAPARAÓ	Estrada Parque entorno do PARNA Caparaó	CA68	Demandas CT - Turismo
GESTÃO PÚBLICA	CAPARAÓ	Incluir na agenda pública a temática inovação como meio para aumentar a capacidade de entrega para a sociedade.	CA19	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
SOCIAL	CAPARAÓ	Fortalecer a atenção básica e a média complexidade da microrregião do Caparaó, considerando os serviços da Política de Assistência SOCIAL e a necessária ampliação da equipe de referência para cada equipamento.	CA05	Diagnóstico
SOCIAL	CAPARAÓ	Universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças entre 4 e 5 anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender no mínimo 50% das crianças até 3 anos de idade.	CA06	Diagnóstico
SOCIAL	CAPARAÓ	Elevar os níveis de escolaridade da população combatendo a grave situação de evasão escolar, reduzindo a desigualdade da rede educacional e o déficit de anos de estudo por meio da ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação do Campo com projetos e estratégias que atendam às especificidades territoriais, culturais e econômicas da microrregião.	CA08	Diagnóstico
SOCIAL	CAPARAÓ	Ampliação Segurança/Integração Videomonitoramento/Criação Guardas Municipais.	CA54	Demandas CT - Turismo
TERRITÓRIO	CAPARAÓ	Garantir a ampliação do uso das TIC's, por meio da oferta de conexão e telefonia de qualidade articuladas com os princípios da Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) e com prioridade dos ambientes de criação de ideias e soluções de baixo custo.	CA01	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CAPARAÓ	Ampliação Telefonia Móvel.	CA02	Demandas CT - Turismo
TERRITÓRIO	CAPARAÓ	Promover uma matriz energética sustentável e renovável	CA03	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CAPARAÓ	Ampliar a infraestrutura logística e de mobilidade, realizando investimentos que considerem os aspectos da saúde socioeconômica, física, mental e comunitária e favorecendo a integração logística, principalmente, entre as regiões próximas.	CA07	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CAPARAÓ	Promover acesso à moradia digna e à posse legal das casas e terrenos, buscando reduzir o ônus excessivo do aluguel nas zonas urbanas, o déficit habitacional e inadequação das moradias e reconhecendo os territórios específicos.	CA09	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CAPARAÓ	Recuperação e pavimentação Caminhos do Campo.	CA18	Demandas CT - Turismo
TERRITÓRIO	CAPARAÓ	Estrada Parque: (Manutenção das estradas dos Caminhos do Campo; Novos trechos de Pavimentação: patrimônio da penha/São Lourenço; Identidade Visual, sinalização e paisagismo; Aparelhos Turísticos/Mirantes, mapas e circuitos, divulgação e branding.)	CA58	Demandas CT - Turismo
TERRITÓRIO	CAPARAÓ	Regularização fundiária	CA52	Diagnóstico
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, por meio da ampliação do Programa Reflorestar, aumentando as áreas de preservação dentro das áreas prioritárias por serem estas áreas de recarga de aquíferos.	SS01	Diagnóstico
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Implantação de ações para perenização de rios e córregos através do Programa Barraginhas.	SS05	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Recomposição da paisagem rural com enriquecimento de matas nativas e consórcio de culturas.	SS07	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Difusão e transferência de conhecimentos para técnicas de conservação de solo e água.	SS08	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Estímulo ao uso de biodigestores.	SS11	Demandas CT - Empreendedorismo Rural

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Estímulo ao Programa Produtor de Águas.	SS26	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Incentivo ao esgotamento e tratamento de esgoto dos municípios.	SS22	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Incentivo a programas municipais de reciclagem de lixo orgânico e de uso de resíduos de podas vegetais e resíduos de agroindústrias rurais em sistema de compostagem.	SS24	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Alocação e realocação de estradas e carreadores de lavouras, com base em critérios técnicos, principalmente em suas declividade e inclinação.	SS31	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Pesquisa e difusão de tecnologias para manejo na destinação de águas residuárias, principalmente oriundas da pós-colheita de café, utilizando seu potencial como adubo organo-mineral.	SS33	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Aumento de necessidade de abastecimento de água e energia	SS41	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Locação e instalação de caixas secas, através de critérios técnicos; nas vias principais, secundárias e carreadores das propriedades rurais.	SS45	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Mudanças no manejo de plantas nativas através de roçadas, com sensível redução no uso de herbicidas	SS50	Demandas CT - Empreendedorismo Rural

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Uso de microterraceamento na implantação de lavouras perenes como café e frutas tropicais, de clima subtropical e temperadas.	SS53	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
AMBIENTAL	SUDOESTE SERRANA	Uso de plantas de cobertura para cobertura do solo e plantio direto na palha em cultivos de hortaliças, café e frutas.	SS54	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Inovação aberta: fazer uma chamada de problemas, onde as instituições públicas, por meio de encomendas tecnológicas, apresentam os desafios para os professores e estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior desenvolvam as soluções.	SS04	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Criar Observatório do turismo microrregional	SS09	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Promover o desenvolvimento de cadeias produtivas locais ampliando a oferta de trabalho e e melhorando o nível de renda.	SS10	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Fortalecer a Agroecologia e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	SS13	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Estruturar um plano de governança do turismo	SS14	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Identificação da atual oferta turística por município	SS15	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Plano Anual de Turismo ou Plurianual	SS16	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Programa de venda direta, mais produtivo. Cadeias curtas de comercialização (venda direta, feiras)	SS17	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Criação de Roteiros Integrados de Turismo	SS19	Demandas CT - Turismo

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Capacitação de empresários e trabalhadores das cadeias das ACTs	SS20	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Ações para encurtar os canais de distribuição das cadeias produtivas, reduzindo a quantidade de intermediários.	SS21	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Fomentar a criação de Sistemas Participativos de Garantia da conformidade orgânica para estimular o aumento de agricultores orgânicos certificados por meio da OPAC (Organização Participativa de Avaliação da Conformidade) ou OCS (Organismo de Controle SOCIAL).	SS23	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Oferecer cursos voltados para inovação e economia criativa: programação, jogos, design, multimídia, DJ, fotografia, gastronomia etc.	SS25	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Realização de Festivais Gastronômicos	SS29	Demanda CT - Turismo
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Plano de Mídia: as Montanhas Capixabas ainda precisam de Notoriedade. Criação de material contemplando toda a Oferta Turística, independente de ser associado ou não / roteiro integrado).	SS30	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Promover qualificação e capacitação do setor de comércio e serviços para ampliar vendas online.	SS34	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Estímulo à cooperação e à integração entre as instituições de ensino técnico e superior presentes na região, empresas capixabas e instituições de fomento para produção de soluções inovadoras.	SS35	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Ampliar as cadeias associadas ao Socol, com plano de produção e exportação, valorização do selo de IG, vinculação às ACTs.	SS36	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Festivais Gastronômicos (Promover a divulgação dos municípios através do incentivo a gastronomia).	SS38	Demandas CT - Turismo

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Identificar e fortalecer segmentos econômicos locais, a exemplo da observação de aves e a produção de queijos em Afonso Cláudio.	SS39	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Orientar sobre a legislação pertinente à obtenção e concessão dos selos aos produtos produtores de bens turísticos	SS42	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Introduzir a inovação na estrutura de governança das agendas públicas	SS43	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Fortalecer os Conselhos existentes (COMTUR)	SS46	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Adoção de uma gestão compartilhada do turismo. Espera-se adesão de todas as Entidades, da SETUR, outras Secretarias Estaduais, SEBRAE e Sistema S, Secretarias municipais, outras entidades municipais.	SS47	Demandas CT - Turismo
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Fortalecer as cadeias de cervejas artesanais de Domingo Martins, a partir de cursos, plano de plantio do lúpulo, vinculação às ACTs.	SS48	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Consolidar uma marca regional para os produtos rurais.	SS49	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Ampliar canais de comercialização dos produtos e serviços regionais, via mecanismos de aquisição institucional da produção agrícola local. Modelo PAA; PNAE etc.	SS52	Diagnóstico
ECONÔMICO	SUDOESTE SERRANA	Priorizar a produção e comercialização dos produtos de cada TERRITÓRIO.	SS56	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	SUDOESTE SERRANA	Aumentar e otimizar as capacidades associadas à captação de recursos.	SS27	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	SUDOESTE SERRANA	Integração interinstitucional (municipal e estadual) para desenvolvimento das ações.	SS37	Demandas CT - Empreendedorismo Rural

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
GESTÃO PÚBLICA	SUDOESTE SERRANA	Fortalecer o papel dos conselhos municipais. Obs: Não há conselho de transporte em nenhum dos municípios da microrregião (p. 54).	SS51	Diagnóstico
SOCIAL	SUDOESTE SERRANA	Promover políticas que viabilizem a erradicação do analfabetismo e a ampliação de anos de estudos, com educação de qualidade, superando desigualdades regionais no que se refere a escolarização.	SS57	Diagnóstico
SOCIAL	SUDOESTE SERRANA	Consolidar e fortalecer a rede regional de atenção e vigilância em saúde de forma intersetorial, levando em consideração o conceito ampliado de saúde que envolva aspectos sociais, econômicos, ambientais e sustentáveis.	SS58	Diagnóstico
SOCIAL	SUDOESTE SERRANA	Promover a integração entre a Proteção SOCIAL Básica e a Proteção SOCIAL Especial, garantindo também a ampliação da equipe de referência para os equipamentos da Política de Assistência SOCIAL em seus diferentes níveis de complexidades, o que contribuirá para melhorar a organização dos serviços	SS59	Diagnóstico
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Promover uma matriz energética sustentável e renovável	SS06	Diagnóstico
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Infraestrutura de estradas: vias estaduais	SS12	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Ampliar a infraestrutura de logística e de mobilidade de maneira a garantir maior integração interna à microrregião e maior articulação regional e nacional.	SS18	Diagnóstico
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Revitalização das ferrovias existentes	SS60	Site
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Promover acesso à moradia digna e à posse legal das casas e terrenos, buscando reduzir o ônus excessivo do aluguel nas zonas urbanas, o déficit habitacional e inadequação das moradias e reconhecendo os territórios específicos.	SS28	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Infraestrutura de estradas: BR 262	SS32	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Aumento da necessidade de abastecimento de energia	SS40	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Infraestrutura de estradas: vias municipais	SS44	Demandas CT - Empreendedorismo Rural
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Regularização fundiária (censo rural)	SS55	Diagnóstico
TERRITÓRIO	SUDOESTE SERRANA	Garantir a ampliação do uso das TIC's, por meio da oferta de conexão e telefonia de qualidade articuladas com os princípios da Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) e promovendo soluções tecnológicas de baixo custo e a equidade no acesso.	SS02	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Inovação aberta: fazer uma chamada de problemas, onde as instituições públicas, por meio de encomendas tecnológicas, apresentam os desafios para os professores e estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior desenvolvam as soluções.	SE02	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Investimentos do Governo Estadual para a “produção de água”.	SE03	Demandas CT - Segurança Hídrica
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Garantir a ampliação do uso das TIC's, por meio da oferta de conexão e telefonia de qualidade articuladas com os princípios da Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) e promovendo soluções tecnológicas de baixo custo e a equidade no acesso.	SE04	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Instalação/viabilização de infraestrutura de telefonia móvel e internet nas comunidades rurais, facilitando a comunicação para o escoamento da produção, acesso a informação, serviços de saúde e de segurança pública;	SE05	Demandas CT - Infraestrutura
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Criação de Observatório do Turismo microrregional	SE06	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Efetivação do Programa Reflorestar. Sugestão: Ampliação do Programa Reflorestar	SE07	Demandas CT - Segurança Hídrica
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Fortalecimento de parcerias entre empreendedores e SEBRAE, e fortalecimento do associativismo e cooperativismo	SE08	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRAL SERRANA	Suprir a necessidade de vagas na educação infantil, em especial para creches, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças, assim como viabilizando melhores inserções laborais das famílias cuidadoras.	SE09	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Qualificação e capacitação técnica e profissional da mão de obra	SE10	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Incentivo às novas tecnologias de irrigação e produção agrícola para agricultura familiar.	SE11	Demandas CT - Segurança Hídrica
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Promover uma matriz energética sustentável e renovável	SE12	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Expandir a coleta convencional de resíduos domiciliares para as zonas rurais.	SE13	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Expandir a coleta seletiva em todos os municípios	SE14	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Expandir a rede de distribuição de água e a quantidade de Estações de Tratamento de Água (ETA).	SE15	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Implantar sistemas alternativos individuais ou coletivos de esgotamento sanitário nas áreas rurais.	SE16	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Elaboração do plano municipal de turismo e marketing para cada município e criação de roteiros integrados na microrregião	SE17	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRAL SERRANA	Criação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher junto à 12ª Delegacia Regional de Santa Teresa.	SE18	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Atualização do Inventário da oferta turística da microrregião	SE19	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRAL SERRANA	Erradicar o analfabetismo na microrregião Central Serrana, assim como concentrar esforços na perspectiva do necessário aumento por pessoa de anos de estudo de qualidade e inserido no contexto da microrregião	SE20	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRAL SERRANA	Promover a educação da microrregião Central Serrana considerando as especificidades culturais e territoriais, como de maior concentração agropecuária, de grande população rural, com vistas a melhoria e modernização da educação, a garantia da perspectiva intersetorial e integral.	SE21	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRAL SERRANA	Consolidar a rede regional de atenção e vigilância em saúde de forma intersetorial e levando em consideração o conceito ampliado de saúde que envolva aspectos sociais, ECONÔMICOS, ambientais e sustentáveis caminhando em direção à ampliação da qualidade de vida.	SE22	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Ampliar a infraestrutura logística e de mobilidade	SE23	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Elaboração e gestão de projetos de fomento para o turismo	SE24	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Criação de Sistemas Participativos de Garantia da conformidade orgânica para estimular o aumento de agricultores orgânicos certificados por meio da OPAC (Organização Participativa de Avaliação da Conformidade) ou OCS (Organismo de Controle SOCIAL).	SE25	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Oferecer os cursos voltados para inovação e economia criativa: programação, jogos, design, multimídia, DJ, fotografia, gastronomia etc.	SE26	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Promover acesso à moradia digna e à posse legal das casas e terrenos, buscando reduzir o déficit habitacional, a inadequação das moradias, os aglomerados subnormais e imóveis em risco e priorizando a zona rural.	SE27	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Pensar um Programa de venda direta, mais produtivo. Cadeias curtas de comercialização (feiras, venda direta).	SE28	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Verificação junto a CESAN de investimentos para manutenção, preservação e recuperação de cursos hídricos.	SE29	Demandas CT - Segurança Hídrica
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Fortalecimento dos conselhos municipais de turismo (COMTUR)	SE30	Demandas CT - Turismo
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Implantação de rede de energia elétrica trifásica para as atividades do setor agropecuário no campo.	SE31	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	CENTRAL SERRANA	Aumentar a capacidade de captação de recursos e incluir na agenda pública processos inovadores	SE32	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Articular pontos de comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar.	SE33	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Plano para valorização da IG de espumante de uva e fermentado de jabuticaba, e estruturação de governança, incubação de projetos associados	SE34	Diagnóstico
ECONÔMICO	CENTRAL SERRANA	Estratégias para geração de ocupações e valorização dos salários nas cadeias econômicas da microrregião, principalmente Serviços e Agropecuária, e especialmente em Itaguaçu	SE35	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Doação de kit patrulha mecanizada para manutenção e melhoria de estradas vicinais (motoniveladora, retroescadeira 4 x 4, pá carregadeira, escavadeira hidráulica, caminhão pipa, rolo compacto, caminhão caçamba basculante, caminhão toco carroceria, caminhão 3/4, trator agrícola com arado).	SE36	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Construção de uma ciclovia ligando Itarana/ES a Itaguaçu/ES pela ES-164;	SE37	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” - trecho Aparecidinha (Santa Teresa) x Rio Claro (Santa Maria de Jetibá x Rio Bonito (Santa Leopoldina) (Ligação entre a ES 264 – Suíça a Comunidade de Aparecidinha 16 km)	SE38	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação Asfáltica da Rodovia ES 080 – Bernardino Monteiro que liga Santa Leopoldina x Santa Teresa. 25 km	SE39	Demandas CT - Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” trecho Caldeirão x Várzea Alegre – 9 km	SE40	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” estrada rural que liga a ES-261 (Distrito de Praça Oito/Itarana/ES) até o distrito de Várzea Alegre/Santa Teresa/ES.	SE41	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Pavimentação da ES-484 ligando a comunidade do Rizzi até o Distrito de Lagoa/Serra Pelada (Afonso Cláudio); pegar mais informações.	SE42	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” -trecho ligando o Parque de exposição de Itaguaçu passando pela Barragem do triunfo, até a comunidade do Triunfo (Igreja de São Brás) e a Rua Dom Luiz Scortegagna, Itarana: Extensão de 11 km;	SE43	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” no trecho do Centro de Itarana/ES (Rua Paschoal Marquez) até a ES-484, passando pela BR-484, na comunidade de Matutina (Vale dos Lagos – Piscicultura): Extensão de 16,70km (Compreende Itarana e Laranja da Terra).	SE44	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” -Trecho de Itarana Limoeiro do Santo Antônio, Itarana x São Sebastião, Santa Maria de Jetibá: Extensão de 6,500 km.	SE45	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” no trecho que liga Caramuru em Santa Leopoldina/Santa Maria de Jetibá até o Caminho do Campo de Melgaçinho em Domingos Martins passando pela Comunidade do Rio da Prata (18 km)	SE46	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” - Caramuru até Melgaço (passando pelo IFES) - aprox. 10km	SE47	Demandas CT - Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Drenagem e Pavimentação asfáltica, através do “Programa Caminhos do Campo” - Recreio/SMJ à ES 261/Santa Teresa (ES 368) aprox. 10km;	SE48	Demandas CT - Infraestrutura
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Controle da Produção de energia na usina de Rio Bonito.	SE53	Demandas CT - Segurança Hídrica
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	Promover a regularização fundiária - por meio de um censo rural	SE54	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	ANÉIS VIÁRIOS: Elaboração de projeto e estudo de viabilidade técnica para a construção de anéis viários (rodoanéis) em Santa Leopoldina e Santa Teresa	SE55	Demandas CT - Infraestrutura
TERRITÓRIO	CENTRAL SERRANA	ANÉIS VIÁRIOS: Elaboração de projeto e estudo de viabilidade técnica para a construção de anéis viários (rodoanéis) em Santa Maria de Jetibá e Itarana	SE58	Demandas CT - Infraestrutura
AMBIENTAL	CENTRAL SERRANA	Possibilidade de utilização de recursos dos Comitês de Bacias Hidrográficas para custeio de projetos de preservação.	SE56	Demandas CT - Segurança Hídrica
SOCIAL	CENTRAL SERRANA	Investir em segurança pública rural, aumentando o quadro efetivo militar e civil, criando/instalando uma Companhia de Polícia Militar e uma Delegacia Regional de Polícia Civil com plantão 24hs e Guarda Municipal/Regional, garantindo maior segurança à população, em especial, aos produtores rurais, atualmente muito visados, devido a força econômica desta atividade no Município;	SE57	Demandas CT - Infraestrutura
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Recuperação e proteção de nascentes.	CO01	Demandas CT - Segurança Hídrica
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Reflorestamento	CO03	Demandas CT - Segurança Hídrica
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Recuperação de áreas degradadas.	CO04	Demandas CT - Segurança Hídrica
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Construção de pequenos barramentos nos Rios Santa Maria, Santa Joana, Pancas e Rio Doce.	CO08	Demandas CT - Segurança Hídrica

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Estudo técnico para construção de barragens.	CO09	Demandas CT - Segurança Hídrica
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Realizar de forma efetiva o Pagamento por Serviços Ambientais	CO05	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Fortalecer o Programa Barraginhas	CO10	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Ampliar a cobertura de saneamento básico.	CO58	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Estruturar e Fortalecer os Comitês de Bacias	CO11	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	O Estado destinar mais recursos aos municípios para construção de caixa seca	CO50	Demandas CT - Segurança Hídrica
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Incentivar a criação de Unidades de Conservação na Microrregião, sobretudo na Região do Misterioso em Santa Júlia, São Roque do Canaã).	CO25	Diagnóstico
AMBIENTAL	CENTRO OESTE	Represa no Rio Doce a jusante da cidade de Colatina, em Maria Ortiz.	CO51	Demandas CT - Desenvolvimento ECONÔMICO
ECONÔMICO	CENTRO OESTE	Bandes funcionando também como agência de desenvolvimento com setores dedicados as regiões.	CO07	Demandas CT - Desenvolvimento ECONÔMICO
ECONÔMICO	CENTRO OESTE	Apoio a estruturação de Cooperativas - O estado ou o município devem ofertar áreas (galpões) para a formação de cooperativas. Podendo ser para industrialização de confecções, calçados, de reciclagem, etc. Ou para comercialização de produtos, como chocolates, flores, queijos, sorvetes artesanais, cafés especiais, etc.	CO26	Demandas CT - Desenvolvimento ECONÔMICO
ECONÔMICO	CENTRO OESTE	Hub de Inovação em Colatina (CONAB), Shopping de Pronta entrega em São Gabriel, estrutura turística em Pancas (criar as atrações, passeios e gastronomia e fazer convênios com operadoras de turismo), contratações de especialistas.	CO46	Demandas CT - Desenvolvimento ECONÔMICO

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	CENTRO OESTE	Atividades possíveis de serem induzidas na região: confecções, calçados, chocolates, flores, inovativas, logísticas, agroindústrias, turismo. Contratação de especialistas para fomentar o crescimento ou a implantação. “Não servem puxadinhos”, pensar grande, sinergias.	CO52	Demandas CT - Desenvolvimento ECONÔMICO
GESTÃO PÚBLICA	CENTRO OESTE	Criação de um escritório regional para divulgação e fomento de ações de desenvolvimento regional.	CO47	Demandas CT - Desenvolvimento ECONÔMICO
GESTÃO PÚBLICA	CENTRO OESTE	Adequar a estrutura do INCAPER para atender as demandas de ATER na região	CO06	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	CENTRO OESTE	1- AMBIENTE DE NEGÓCIOS (Agilidade e redução da burocracia do poder público municipal: Simplifica e os exemplos de Cariacica, Cachoeiro e Linhares)	CO57	Demandas CT - Desenvolvimento ECONÔMICO
SOCIAL	CENTRO OESTE	Criar Programas voltados para o ensino de Agroecologia	CO18	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRO OESTE	Alinhamento da oferta de cursos de ensino técnico e superior da região, com suas vocações e potencialidades.	CO20	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRO OESTE	Instituir a Pedagogia da Alternância nas Escolas Rurais.	CO23	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRO OESTE	Criar Escolas Agrícolas	CO24	Diagnóstico
SOCIAL	CENTRO OESTE	Realização de levantamentos e identificação de ações que promovam a melhoria na qualidade de vida das comunidades tradicionais locais	CO49	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Acesso de 100% da população à internet e telefonia e acompanhamento de novas tecnologias.	CO02	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Continuação da ES Pancas/Laranja da Terra.	CO27	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Duplicação da BR 259	CO12	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Criação de programas para a geração de energia solar e captação de água das chuvas	CO13	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Incentivo ao uso de energias alternativas e diversificação da matriz energética.	CO14	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Acesso viário – norte/variante ES 080 até o centro de Colatina.	CO15	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Duplicação de 30% a 50% da BR 259 – trecho ES. Os exemplos de Campinas e Jundiaí.	CO16	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	3ª Ponte (Colatina).	CO17	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Ampliação de rede de energia elétrica trifásica.	CO22	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Ampliação da malha ferroviária, garantindo conexões férreas de integração nacional.	CO21	Diagnóstico
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Pavimentação entre a BR 259 e o Aeroporto Regional de Colatina.	CO19	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Reforma da ES 164 Franquiane /Mantenópolis.	CO28	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Contorno anel viário – sul.	CO29	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Asfaltamento de Patrimônio do Rádio (Marilândia/ES) ao Córrego do Argeu (Colatina/ES).	CO30	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo Alto Rio Novo/Córrego Zé Chico (Vila Verde).	CO31	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo Vila Palmerino – Cachoeirinha de Itaúnas.	CO32	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo Vila Santa Júlia/Boapaba.	CO33	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo Escola Agrícola à São Pedro Frio.	CO34	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Continuação da ES São Rafael (Linhares) à Marilândia.	CO35	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo São Domingos ao Braço do Sul.	CO36	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Terminar Córrego Dumer ao São José Honorato.	CO37	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo Córrego Beija-Flôr à Monte Carmelo.	CO38	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo Córrego São Pedro ao Pico dos Abelheiros.	CO39	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo São Domingos ao Córrego da Divisa.	CO40	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo de Marilândia (centro) ao Córrego do Alegria.	CO41	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Caminhos do Campo de Marilândia (centro) à Comunidade de Patrão-Mór.	CO42	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Ampliação com acostamento ES 080 – Colatina/São Roque/Santa Teresa.	CO43	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Ampliação com acostamento ES 248 e ES 356 (Colatina x Marilândia).	CO44	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Tratamento primário nas estradas vicinais.	CO45	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
TERRITÓRIO	CENTRO OESTE	Anel viário para São Roque.	CO48	Demandas CT - Infraestrutura logística e rural
ECONÔMICO	CENTRO OESTE	Desenvolvimento do turismo característico da microrregião	CO60	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	RIO DOCE	Recuperar nascentes	RD01	Diagnóstico
AMBIENTAL	RIO DOCE	Fortalecer o Programa Reflorestar	RD51	Diagnóstico
AMBIENTAL	RIO DOCE	Realizar de forma efetiva os pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)	RD04	Diagnóstico
AMBIENTAL	RIO DOCE	Construção de Barragem/Reservatório de Água em Ibiraçu.	RD07	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
AMBIENTAL	RIO DOCE	Realizar estudos técnicos para a construção de barragens	RD08	Diagnóstico
AMBIENTAL	RIO DOCE	Executar ações voltadas para o armazenamento de água	RD09	Diagnóstico
AMBIENTAL	RIO DOCE	Fortalecer o Programa Barraginhas	RD10	Diagnóstico
AMBIENTAL	RIO DOCE	Cuidar dos Rios dos municípios da Microrregião	RD11	Diagnóstico
AMBIENTAL	RIO DOCE	Saneamento básico para despoluir Rios Piraqueaçu, Clotário, Pau Gigante e praias de Aracruz. Fornecer água saudável aos moradores de Ibiraçu e Aracruz.	RD21	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
AMBIENTAL	RIO DOCE	Estruturar e fortalecer os Cômities de Bacias	RD17	Diagnóstico
AMBIENTAL	RIO DOCE	Incentivar a criação de Unidades de Conservação na Microrregião	RD30	Diagnóstico
ECONÔMICO	RIO DOCE	Adequar a estrutura do INCAPER para atender as demandas de ATER na região	RD06	Diagnóstico
ECONÔMICO	RIO DOCE	Apoiar a criação da Rota Turística do Cacau	RD29	Diagnóstico
ECONÔMICO	RIO DOCE	Fortalecer o Agroturismo	RD43	Diagnóstico
ECONÔMICO	RIO DOCE	Estimular o desenvolvimento do turismo náutico e de integração à natureza	RD50	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	RIO DOCE	Criação de um Centro Tecnológico do Cacau	RD46	Diagnóstico
ECONÔMICO	RIO DOCE	Apoiar o Associativismo e Cooperativismo na região (Distrito de Povoação - Fazendas produtoras de Cacau)	RD41	Diagnóstico
ECONÔMICO	RIO DOCE	Valorizar a cultura do Cacau de Linhares	RD48	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	RIO DOCE	Capacitar os gestores locais para o desenvolvimento de projetos de captação de recursos.	RD27	Diagnóstico
SOCIAL	RIO DOCE	Criar Programas voltados para o ensino de Agroecologia	RD18	Diagnóstico
SOCIAL	RIO DOCE	Criação do CIODES Norte.	RD22	Demandas CT - Segurança Pública
SOCIAL	RIO DOCE	Ampliação do videomonitoramento e o cerco eletrônico na microrregião, com a integração da base de dados dos municípios através de um Consórcio de Segurança Pública.	RD23	Demandas CT - Segurança Pública
SOCIAL	RIO DOCE	Instituir a Pedagogia da Alternância nas Escolas Rurais.	RD25	Diagnóstico
SOCIAL	RIO DOCE	Criar Escolas Agrícolas	RD26	Diagnóstico
SOCIAL	RIO DOCE	Realização de levantamentos e identificação de ações que promovam a melhoria na qualidade de vida das comunidades tradicionais locais	RD49	Diagnóstico
SOCIAL	RIO DOCE	Reconstrução da Nova Delegacia de Polícia Civil de Ibirapu	RD44	Demandas CT - Segurança Pública
SOCIAL	RIO DOCE	Implantar a Patrulha Rural nos Distritos da Região	RD28	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Criar Programas para a geração de energias renováveis	RD02	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Ampliação e melhoria dos sistemas de comunicação	RD03	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Contorno da BR-101 a Oeste da Rebio de Sooretama	RD33	Site

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Duplicação da BR 101 norte, interligando Serra a Pedro Canário, conectando com o estado da Bahia.	RD12	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Duplicação da BR 101 no trecho de Ibiraçu (desvio ou duplicação no trecho original).	RD13	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Construção de contornos em Nova Almeida, Linhares e Aracruz	RD14	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Minimizar os impactos das inundações em João Neiva e Ibiraçu.	RD19	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Realizar a regularização fundiária urbana	RD15	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Duplicar a ES 010	RD16	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Criação de hidrovias entre Linhares e Aracruz	RD20	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Aumentar a oferta de energia	RD52	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Criar incentivo governamental à instalação de painéis solares nas propriedades rurais.	RD42	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Criar ramais ferroviários no sentido Bahia e Rio de Janeiro	RD24	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Criar estradas alternativas a BR 101 e ES 010	RD31	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Implantação de obras estruturantes nos centros urbanos (ciclovias, viadutos, mobilidade urbana)	RD32	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Construção de obras de pavimentação asfáltica na rodovia ES 358, interligando Linhares a Sooretama, interligando com o trevo em Vila Valério e Rio Bananal com conexão com a BR 101.	RD34	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Construção de obras de pavimentação asfáltica na rodovia ES 440, interligando Linhares a Vila de Regência, interligando a Vila do Riacho em Aracruz.	RD35	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Realização de obras de recapeamento asfáltico e construção de acostamento no trecho da ES 356, que interliga Linhares a Rio Bananal, interligando Rio Bananal, ES 245 ao Distrito de São Jorge de Tiradentes, com acesso a Vila Valério.	RD36	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Construção de obras de pavimentação asfáltica na Rodovia ES 010, interligando o balneário do Pontal do Ipiranga, Linhares, passando por Barra Seca, no município de Linhares, interligando a Urussuquara, município de São Mateus.	RD37	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Construção de obras de pavimentação asfáltica na estrada, interligando Santa Rosa (Aracruz) a Pedro Palácios (Ibiraçu).	RD38	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Asfaltar o trecho Linhares-Povoação	RD40	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Pavimentação asfáltica do trecho Demétrio Ribeiro (João Neiva) à Santa Tereza (40 km)	RD39	Diagnóstico
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Construção de retorno na BR101, no trecho entre Ibiraçu e Fundão.	RD45	Demandas CT - Ampliação, fortalecimento e modernização econômica integrada
TERRITÓRIO	RIO DOCE	Criar aeródromos regionais de uso misto	RD47	Diagnóstico
AMBIENTAL	NOROESTE	Apoiar e contribuir com custeio para construção de Barraginhas em parceria com as prefeituras municipais.	NO34	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	NOROESTE	Término da Represa, reservatório segurança hídrica de Ecoporanga Rio 2 de Setembro	NO04	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
AMBIENTAL	NOROESTE	Implantar reservatórios do programa da Seag (médios e pequenos) com armazenamento suficiente para atender a região nos períodos de estiagem.	NO05	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
ECONÔMICO	NOROESTE	14 - Sal-gema- Inserir os municípios Vila Pavão e Ecoporanga dentro do projeto em discussão; • Beneficiamento do produto e não apenas extração. Articular instituições e atores no projeto sustentável de beneficiamento e não apenas extração do sal-gema	NO56	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
AMBIENTAL	NOROESTE	Criar Editais de Pesquisa FAPES (com bolsas) com objetivo de: Sistematizar todas as informações de barramentos, desenvolver projetos de monitoramento de produção de água (Plano CBH B.5.1 - Sistematizar todas as informações de barramentos existentes na bacia hidrográfica e C.3.3 - Implantar sistema de gestão integrada de barramentos na bacia).	NO21	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
AMBIENTAL	NOROESTE	Criar edital com fomento de bolsas para programas de Reflorestamento, recuperação de áreas de recarga de nascentes e Recuperação de área degradadas.	NO35	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
AMBIENTAL	NOROESTE	Criar junto às instituições de ensino cursos para produtores com foco na utilização de tecnologias e melhores práticas para obtenção de resultados e economia de água	NO06	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
AMBIENTAL	NOROESTE	Melhorias no sistema de distribuição para que não haja intermitência do abastecimento	NO08	Diagnóstico
AMBIENTAL	NOROESTE	Melhoria da qualidade da água distribuída, atendendo aos padrões estabelecidos	NO09	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	NOROESTE	Ampliação do sistema de abastecimento de água em área rural para que atenda a totalidade da população e maior controle da água consumida	NO10	Diagnóstico
AMBIENTAL	NOROESTE	Ampliação do sistema de esgoto na área urbana e rural para que atenda a totalidade da população	NO11	Diagnóstico
AMBIENTAL	NOROESTE	Realizar através das instituições de ensino da região o mapeamento geológico com intuito de identificar as áreas de recarga dos rios.	NO18	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
AMBIENTAL	NOROESTE	Reativar o programa 'ProdutorES de Água' aplicando em consonância com o Comitê da Bacia.	NO19	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
AMBIENTAL	NOROESTE	Criar campanhas de recuperação das áreas de recarga de nascentes em parceria com diversas instituições como: SEAG-ES, Polícia AMBIENTAL, Secretaria de Agricultura Municipais, Federação das Industriais e de Agricultura e Comitê de Bacia.	NO01	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
AMBIENTAL	NOROESTE	Programa de incentivo a modalidade de confinamento de gado em troca de áreas de recarga recuperadas.	NO20	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
AMBIENTAL	NOROESTE	Criar campanha educacional sobre a necessidade de Produzir Água, envolvendo a Secretaria de Educação Estadual, através da SRE – Superintendência Regionais de Educação da região noroeste.	NO36	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
AMBIENTAL	NOROESTE	Canalização de rios e afluentes urbanos.	NO29	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	NOROESTE	Capacitação produtiva dos produtores da agricultura familiar	NO33	Demandas CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Investimento em Pesquisa e tecnologia para alavancar o café Conilon de qualidade, produção do gado leiteiro e de corte aumentando produtividade.	NO30	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Criar programa de tecnologia de reprodução como: • Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF); • Fertilização in vitro; • Incentivo ao condomínio leiteiro e frigorífico; • Disponibilização de recursos para multiplicação de clones do café conilon (através de um laboratório de embriogêneses somática). • Intensificação na exploração agrícola familiar com equipamentos de secagem, pilagem e colheita.	NO59	Demanda CT - Desenvolvimento E Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Linha de crédito com juros subsidiados para aquisição de equipamentos de irrigação de baixo consumo.	NO12	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
ECONÔMICO	NOROESTE	Unir cadeia produtiva ao turismo potencializando as atividades como atração e desenvolvimento regional.	NO31	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	NOROESTE	Atração de Investimentos Públicos e Privados	NO42	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Mapear Pontos Turísticos e potencialidades, identificando a identidade cultural, produtiva, esportiva, gastronômica dentre outras do município para criar festivais e rotas turísticas.	NO46	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Investimento no turismo esportivo com ênfase na etapa estadual de Voo Livre que acontece no município de Barra de São Francisco. Consolidação do turismo característico desse município e da região.	NO47	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Atrair empresas para geração de emprego e renda.	NO62	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Solicitar parceria da Secretaria Estadual de Turismo com as Secretarias Municipais de Turismo no sentido de orientar as mesmas em como desenvolver a implantação de um plano/projeto de turismo aproveitando todas as suas potencialidades naturais e socioculturais (Agroturismo, Escalada, Voo Livre, Rafting, Rapel de Cachoeiras, Ciclismo de Mountain bike, Motocross e etc.)	NO45	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Selo de indicação geográfica e denominação de origem do granito para que possa explorar as potencialidades de Identidade Agropecuária	NO58	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	NOROESTE	Implantação de um polo industrial com ajuda do governo do estado e autarquias estaduais.	NO41	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Ampliação da concessão de licenças (Simplificação, Desburocratização e Celeridade).	NO38	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Criar nos municípios e região um Ambiente de Negócio Favorável via investimentos públicos em setores estratégicos" em Saúde, Segurança Pública, Educação e Cultura.	NO37	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Qualificação de mão de obra: máquinas pesadas e eletricitista industrial.	NO40	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Criação da Secretaria Regional (Estadual) de Gestão de Recursos Hídricos do Noroeste do ES. Com sede na região e com intuito de articular, planejar e acompanhar a execução das importantes e urgentes demandas.	NO60	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
ECONÔMICO	NOROESTE	Marco geográfico de Agroecologia.	NO32	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
GESTÃO PÚBLICA	NOROESTE	Facilitar os processos de licenciamento AMBIENTAL para construção do Porto São Mateus (Urussuquara)	NO57	Demanda CT - Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura
GESTÃO PÚBLICA	NOROESTE	Redução da alíquota do ICMS do café conilon de 12% para 7%, equiparando à do café arábica, para comercialização interestadual de café cru.	NO49	Site
ECONÔMICO	NOROESTE	Manutenção permanente de diálogos entre as diferentes esferas de ensino (básico, fundamental, médio, superior e profissional) de forma a promover um intercâmbio de soluções criativas, coletivas e institucionais para desafios comuns.	NO52	Diagnóstico
SOCIAL	NOROESTE	Promoção e unificação e entrelaçamento de objetivos e ações políticas no âmbito dos temas segurança, justiça e direitos humanos, articulando as políticas locais com as de outros níveis de governo, com especial atenção para o combate às drogas no meio rural e à violência contra mulheres e crianças.	NO53	Diagnóstico
SOCIAL	NOROESTE	Valorização da cultura de comunidades tradicionais e criação de um Conselho de povos e comunidades tradicionais para cuidar do planejamento de políticas públicas afetas a esses grupos, cuidando para a integração completa e positiva desses povos na dinâmica econômica e SOCIAL regional.	NO50	Diagnóstico
SOCIAL	NOROESTE	Fortalecimento ECONÔMICO e SOCIAL das comunidades tradicionais, com valorização de suas características históricas, apoiando as formas de geração de renda e garantindo a oferta de serviços públicos às comunidades, principalmente saúde e educação.	NO51	Diagnóstico
SOCIAL	NOROESTE	Criação de um Centro de Reabilitação e Fisioterapia.	NO48	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
SOCIAL	NOROESTE	Estimular que ações de reflorestamento e recuperação de nascentes, sejam inseridas nas atividades de resSOCIALIZação de menores, indicados pelos CRAS e CREAS da Secretaria de Ação SOCIAL, com a manifestação do MP/ES	NO17	Demandas CT - Gestão de Recursos Hídricos
TERRITÓRIO	NOROESTE	Ampliar a disposição de torres de telefonia pelo TERRITÓRIO a fim de melhorar a comunicação telefônica da população (MS)	NO02	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NOROESTE	Melhorar o acesso das famílias rurais de baixa renda à telefonia e internet nas propriedades rurais (MS)	NO03	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NOROESTE	Criar Programas para a geração de energias renováveis	NO63	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NOROESTE	Obra BR342 sentido Ataléia/Teófilo Otoni (Pleito para bancada Federal incluir no orçamento da União).	NO07	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura
TERRITÓRIO	NOROESTE	Criar instrumentos de atração de oferta habitacional de interesse SOCIAL em regiões já urbanizadas/próximo às áreas urbanizadas	NO13	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NOROESTE	Implantar infraestrutura de modais alternativos ao automóvel	NO15	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NOROESTE	Início da obra da Ponte do Rio Braço Norte do São Mateus em Cotaxé – rodovia ES320.	NO22	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura
TERRITÓRIO	NOROESTE	Aeródromo Regional.	NO23	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	NOROESTE	Pavimentação da rodovia que compreende os municípios de Mantenópolis a Barra de São Francisco.	NO25	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura
TERRITÓRIO	NOROESTE	Pavimentação da rodovia compreendida entre Cotaxé e Vila Pereira.	NO26	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura
TERRITÓRIO	NOROESTE	Pavimentação da Rodovia 426 compreendida entre Boa Vista distrito de Nova Venécia e Vila Itaperuna distrito de Barra de São Francisco.	NO27	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura
TERRITÓRIO	NOROESTE	Fortalecimento dos Programas Calçamento Rural e Caminhos do Campo.	NO28	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura
TERRITÓRIO	NOROESTE	Pavimentação da Rodovia ES 137 do Patrimônio da Penha ao município de Ponto Belo;	NO54	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura
TERRITÓRIO	NOROESTE	Cobrar dos Municípios via Estado a regularização fundiária das sedes dos municípios, matricular os lotes, terrenos e imóveis da sede dos municípios	NO39	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
TERRITÓRIO	NOROESTE	Aeroporto para potencializar e agilizar as oportunidades de negócios do Setor de Rochas na Microrregião Noroeste.	NO24	Demanda CT - Desenvolvimento ECONÔMICO e Infraestrutura
TERRITÓRIO	NOROESTE	Promover regularização urbanística	NO14	Diagnóstico
AMBIENTAL	NORDESTE	Desenvolver e implantar projeto para recomposição da cobertura florestal nas áreas de recarga de aquíferos e com vulnerabilidade à contaminação.	NE01	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Desenvolver e implementar projetos de proteção e revitalização de APPs, voltadas à proteção de nascentes e recuperação de matas ciliares.	NE02	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Contratar projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na bacia e monitorar resultados.	NE05	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Desenvolver e implementar ações de conservação de água e solo.	NE06	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Implantar <u>reservatórios</u> do programa da Seag (médios e pequenos).	NE07	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Implantar estruturas de retenção de água no solo e reservação de pequeno porte.	NE08	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	NORDESTE	Realizar ajustes na rede de monitoramento de qualidade da água visando subsidiar o acompanhamento do Enquadramento.	NE09	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Realizar estudo para avaliar a implementação de rede de monitoramento de águas subterrâneas.	NE10	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Estabelecer e aplicar índices de uso racional da água na agricultura e adequar os usos na bacia.	NE12	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Executar serviços e obras visando à redução das cargas difusas do meio rural.	NE15	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Realizar intervenções de melhoria no esgotamento sanitário para alcance das metas de Enquadramento dos Planos de Bacias	NE18	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Melhorias no sistema de distribuição para que não haja intermitência do abastecimento (PB)	NE19	Diagnóstico
AMBIENTAL	NORDESTE	Melhoria da qualidade da água distribuída, atendendo aos padrões estabelecidos (MS)	NE20	Diagnóstico
AMBIENTAL	NORDESTE	Ampliação do sistema de abastecimento de água em área rural para que atenda a totalidade da população e maior controle da água consumida (PD)	NE21	Diagnóstico
AMBIENTAL	NORDESTE	Ampliação do sistema de esgoto na área urbana e rural para que atenda a totalidade da população (PD)	NE22	Diagnóstico
AMBIENTAL	NORDESTE	Adequar os sistemas de abastecimento público presentes na bacia aos índices acordados junto ao PERH/ES.	NE23	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
AMBIENTAL	NORDESTE	Implementar novas estações fluviométricas e pluviométricas.	NE24	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Estabelecer índices de uso racional da água para as indústrias e adequar os usos na bacia.	NE13	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Desenvolver estudo, implementar medidas alternativas para minimizar efeitos da salinização das águas e criar uma rede de monitoramento	NE88	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Aprovar pelo menos uma área de restrição de uso, com vistas à proteção de recursos hídricos e de ecossistemas aquáticos	NE30	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Implementar monitoramento dos resultados das ações de conservação e recuperação dos recursos hídricos.	NE14	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Implementar rede de monitoramento de águas subterrâneas	NE31	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
AMBIENTAL	NORDESTE	Implantar sistema de gestão integrada de barramentos na bacia.	NE32	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
ECONÔMICO	NORDESTE	Oferecer linhas de crédito especiais para a modernização das atividades tendo como horizonte à intensificação da produção, redução do impacto AMBIENTAL e aumento da eficiência de uso do solo	NE74	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Programa de financiamento e investimento em tecnologias agrícolas	NE83	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	NORDESTE	Exploração do sal gema.	NE36	Demandas CT - Infraestrutura logística
ECONÔMICO	NORDESTE	Inovação aberta: que as instituições de fomento à ciência e tecnologia possam destinar / direcionar mais recursos às pesquisas que visem resolver questões e desenvolver saberes que vão de encontro às demandas locais da microrregião	NE84	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Implantar, Ampliar e consolidar Programa de Compra Direta de Alimentos (CDA), mediante repasse de recursos do Governo do Estado.	NE56	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Fortalecer e desburocratizar atividades econômicas alternativas importantes no Norte capixaba: comércio varejista de moda, saúde e bem estar, material de construção, serviços de alimentação	NE81	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Incentivar, capacitar e orientar ações de empreendedorismo e associativismo	NE71	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Promover um estudo para criação do seguro rural que contemple os riscos advindos de eventos climáticos extremos	NE79	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Incentivar, através de diálogo permanente e redução de impostos a contratação de jovens	NE72	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Incentivar o desenvolvimento de agroindústrias para consumo dos produtos locais com qualidade para o processamento de frutas e variedades de culturas anuais	NE77	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Desenvolver o turismo (rural, empresarial, eventos, gastronômico)	NE80	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Desburocratizar o processo de licenciamento de empreendimentos de base familiar e cooperativada	NE73	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Recuperação da capacidade da microrregião de atrair investimentos produtivos, com consolidação de competitividade regional para além do eixo BR 101 e fortalecimento e adensamento das cadeias produtivas locais, valorizando a diversificação econômica da microrregião.	NE86	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
ECONÔMICO	NORDESTE	Aprimoramento dos Programas de Incentivo Fiscal gerenciados pelo Estado (Invest-ES e Compete-ES) para estender ainda mais os benefícios fiscais para as empresas que desejam se instalar na microrregião	NE82	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Venda direta: criar espaços fixos específicos para a comercialização da produção agroecológica nos municípios, complementares e distintos das feiras tradicionais	NE75	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Apoiar a criação de tecnologias que conectem diretamente o produtor ao consumidor final, sem atravessadores	NE76	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Capacitar profissionais quanto à qualidade dos produtos e exigências de mercado nacional e internacional de café	NE78	Diagnóstico
ECONÔMICO	NORDESTE	Laboratórios da Petrobras em São Mateus (solicitação)	NE70	Demanda CT - Infraestrutura logística
GESTÃO PÚBLICA	NORDESTE	Executar curso de capacitação para técnicos de prefeituras sobre conservação e manutenção das estradas vicinais.	NE25	Demandas CT - Segurança Hídrica e Manejo do Solo
GESTÃO PÚBLICA	NORDESTE	Qualificar o corpo técnico das municipalidades, principalmente aqueles lotados em gestão estratégica administrativa e fiscal	NE68	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	NORDESTE	Simplificar o licenciamento AMBIENTAL e unificar os procedimentos para a microrregião de forma que eles sejam semelhantes;	NE67	Diagnóstico
GESTÃO PÚBLICA	NORDESTE	Criação de consórcios municipais para áreas em que não há atuação destes	NE69	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Implantação de Núcleos de Produção e capacitação nas comunidades	NE34	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Avaliar com áreas afins a implantação do Centro de Referência das Juventudes (CRJ);	NE44	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Promover e Proteger o patrimônio cultural quilombola	NE16	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Implantar rede de proteção à criança e ao adolescente com participação dos Conselhos Tutelares e outros atores	NE59	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
SOCIAL	NORDESTE	Promover e Proteger a infância e as mulheres quilombolas	NE33	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Ampliar e melhorar a oferta de políticas públicas atendendo às especificidades culturais e organizacionais dos quilombolas	NE37	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Criar Programa de transferência de renda municipal	NE40	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Criação de centro de convivência para a 3ª idade	NE38	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Aumento na atenção à saúde do idoso	NE39	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Criar uma política estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais e Povos do Campo	NE26	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Ampliar rede de atendimento à mulher vítima de violência, com participação do sistema de garantia de direitos, saúde, assistência SOCIAL e direitos humanos para garantia do acesso aos serviços	NE60	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Garantir a inserção dos trabalhadores beneficiários do Programa Bolsa Família e da área rural nas políticas de geração de trabalho e renda;	NE61	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Inserir famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda nas atividades voltadas à cultura, esporte e lazer	NE62	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Articular com áreas afins projetos de moradia para a população em situação de extrema pobreza e riscos	NE58	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Dar treinamento e capacitar os quilombolas para participarem de forma adequada nas ações do estado que afetem as suas vidas	NE35	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Elaborar Plano intersetorial e intermunicipal de atendimento à População em Situação de Rua	NE57	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Qualificar a oferta de benefícios eventuais (auxílios funeral e natalidade, entre outros) e sua integração com os serviços	NE41	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Reorganizar a Assistência SOCIAL do município, com foco nas ações preventivas e de bloqueio ao acolhimento institucional	NE42	Diagnóstico

Eixo	Microrregião	Proposta	Código	Origem
SOCIAL	NORDESTE	Redimensionar a rede de CRAS e avaliar implantação de novas unidades em regiões que apresentam maior demanda, além de implantar os serviços de CRAS móvel para atendimento de populações rurais e ribeirinhas (necessidade de São Mateus, Conceição da Barra, Montanha)	NE43	Diagnóstico
SOCIAL	NORDESTE	Avaliar implantação de Projeto de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que integre a Proteção SOCIAL Básica do Sistema Único de Assistência SOCIAL (SUAS) nos municípios, e que se destine a promover a inclusão de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em situação de vulnerabilidade e risco SOCIAL, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários por meio de desenvolvimento de capacidades e potencialidades através de atividades socioeducativas.	NE45	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NORDESTE	Ampliar a disposição de torres de telefonia pelo território a fim de melhorar a comunicação telefônica da população (MS)	NE03	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NORDESTE	Melhorar o acesso das famílias rurais de baixa renda à telefonia e internet nas propriedades rurais (MS);	NE04	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NORDESTE	Instalação e operação do Petrocity	NE64	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NORDESTE	Construir Ferrovias ligando o leste ao oeste	NE66	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NORDESTE	Criar Programas para a geração de energias renováveis	NE87	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NORDESTE	Duplicação da BR-381.	NE11	Demandas CT - Infraestrutura logística
TERRITÓRIO	NORDESTE	Emissão de títulos de terras devolutas	NE17	Diagnóstico
TERRITÓRIO	NORDESTE	Implementar incentivos, projetos e parâmetros urbanos atrativos para potencializar a centralidade de Montanha	NE63	Diagnóstico

Agentes de Governo Consultados

Maraney Araújo (Vice-Governadoria)

Álvaro Duboc (SEG)

Anna Claudia Aquino dos Santos Pela (SEP)

Ana Lucia de Lima Pansini (SEP)

Paulo Meneguelli (SECTIDES)

Fernanda Vieira (SECTIDES)

Alberto Gavini (ADERES)

Alexandre Passos (ADERES)

Ana Marques (ADERES)

Hugo Santos Tofoli (ADERES)

Cristina Engel (FAPES)

Paulo Foletto (SEAG)

Jonas Lisboa (SEAG)

Antônio Carlos Machado (INCAPER)

Lázaro Samir Abrantes Raslan (INCAPER)

Andressa Alves (INCAPER)

Fabricio Machado (SEAMA)

Ronaldo Lubiana (SEAMA)

Anderson Ferrari (SEAMA)

Ronaldo Salomão (SEAMA)

Marcos Sossai (SEAMA)

Fábio Ahnert (AGERH)

Ricardo Valory (AGERH)

Sandrini Silva (AGERH)

Anna Claudia Tristão (IEMA)

Fabricio Noronha (SECULT)

Lorena Louzada (SECULT)

Marcelo Siqueira (SECULT)

Nara Borgo (SEDH)

Juliane Barroso (SEDH)

Jonathan Henrique Vogas Menezes (SEDU)

Octavio Luiz Guimarães (SEDURB)
Fernando Gregório (SEDURB)

Cyntia Figueira Grillo (SETADES)
Victor Nunes Toscano (SETADES)
Talita Tolentino (SETADES)

Fernando Castro Rocha (SETUR)
Ana Claudia Buffon (SETUR)
Rafael Granvilla (SETUR)
Murilo Vago (SETUR)
Simone Patrocínio (SETUR)

Tadeu Marino (SESA)
Francisco Silva (SESA)
Luciana Taliuli (SESA)

Luiz Cesar Maretto Coura (DER)
Neomar Pezzin (DER)

Carlos Aurélio Linhalis (CESAN)
Sandra Silly (CESAN)

Demais Envolvidos por Atribuição

Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura – SEMOBI

Secretaria da Justiça - SEJUS

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SESP

Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF

Junta Comercial do Espírito Santo – JUCESS

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES

Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Capitania dos Portos do Espírito Santo – Marinha do Brasil

Equipes Projeto DRS/Fapes

Coordenação Geral

Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica

Lívia Tulli

Coordenação IDRS

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein

Coordenação de Gestão Institucional

Michele Gasparini de Miranda

Equipe Técnica IJSN

Clemir Regina Pela Meneghel;

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

Edna Moraes Tresinari

Hélio Gomes Filho

Isabella Batalha Muniz Barbosa

João Luiz Paste

Kiara de Deus Demura

Marlon Neves Bertolani

Pablo Medeiros Jabor

Sandra Mara Pereira

William Joubert Ramos de Almeida

Pesquisadores Convidados - IJSN

Orlando Caliman

Celso Bissoli Sessa

Dieter Muehe

Eliane Araújo

Pesquisadores – IJSN/FAPES

Ana Luiza Morati Receputi

Bruno Casotti Louzada

Christian Ndege Kobunda

Fabiano Luiz Alves Barros

Gilberto Daniel Lima Figueiras

Iago de Carvalho Nunes

Igor Anacleto da Silva

Lázaro Cezar Dias

Letícia Souza

Lígia Lóss Corradi

Lígia Poncio

Matheus de Oliveira Fernandes Adão

Murilo Ribeiro Spala

Nathalia Nogarolli Bonadiman

Nycolas de Castro Alves

Sarita Prati Marin